MICHELY JABALA MAMEDE VOGEL

Avaliação da Pós-Graduação Brasileira:
Análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas
da comunidade acadêmica

São Paulo

2015

MICHELY JABALA MAMEDE VOGEL

**Avaliação da Pós-Graduação Brasileira:
Análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas
da comunidade acadêmica**

Tese apresentada à Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de
Doutora em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Cultura e
Informação

Orientadora: Profa. Dra. Nair Yumiko
Kobashi

ECA/USP

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vogel, Michely Jabala Mamede

Avaliação da Pós-Graduação Brasileira: análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica / Michely Jabala Mamede Vogel. -- São Paulo: M. Vogel, 2015. 187 p.: il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientadora: Nair Yumiko Kobashi
Bibliografia

1. Avaliação da Pós-Graduação no Brasil 2. Sistema Nacional de Pós-Graduação 3. CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) 4. Critérios e instrumentos de avaliação de Cursos de Pós-graduação I. Kobashi, Nair Yumiko II. Título.

CDD 21.ed. - 020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: VOGEL, Michely Jabala Mamede

Título: Avaliação da Pós-Graduação Brasileira: análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

Banca examinadora:

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Para Penélope, Apolônio e Rodrigo, com amor.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições colaboraram para realização desta tese. Espero lembrar-me de todos. Dessa forma, agradeço à minha querida orientadora Nair Yumiko Kobashi, pela dedicação, rigor, conselhos e revisões atentíssimas dos meus textos. Ela fez o que pode como orientadora, e tudo o que não deu certo é resultado da minha inexperiência e desobediência.

Ao Ed Noyons, que me orientou durante meu estágio sanduíche na Holanda, sempre prestativo e incentivador do meu trabalho. Também agradeço a toda equipe do CWTS da Universidade de Leiden, especialmente a Clara Calero-Medina que meu deu oportunidade de conhecer e participar do Brazilian Research Ranking.

À ECA/USP, sobre tudo ao pessoal da secretaria de pós da ECA e do PPGCI, especialmente Izabela Silva e Ivete Mello, sempre disponíveis para resolver os pepinos da vida acadêmica, e à Asa Fujino, Marilda Lara, e Marcelo Santos, membros da coordenação durante meus estudos de doutorado.

À CAPES, pela bolsa concedida no Brasil e também pela bolsa para o estágio sanduíche na Holanda.

Aos colegas do PPGCI, alunos e professores, pelas ideias e sugestões ao meu trabalho, bem como ao Raimundo Macedo dos Santos e Murilo Silveira da UFPE, pelos ensinamentos do mundo métrico.

A minha família e amigos, que além de aguentar meus sumiços e instabilidades de humor, sempre me propiciaram momentos de alegria: Leandro Mamede, Eric De Carvalho, Paulo Ferrer, Gabriela Previdello, Marcelo de Carvalho: let the party begin!

E especialmente aos meus pais Solange e Walter Vogel, e ao meu marido lindo Rodrigo Fernandes por todo apoio e por não me deixarem desistir nunca. Vocês são meu alicerce e meu amor sempre. Obrigada.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. **Avaliação da Pós-Graduação Brasileira: análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica.** 184p. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2015.

RESUMO

Esta pesquisa discute a avaliação da pós-graduação no Brasil, analisando, de um lado, o sistema de avaliação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e, de outro, a opinião da comunidade científica sobre esse sistema, focando especificamente nos critérios e instrumentos utilizados para esse fim. Pretendeu-se, com esta abordagem, contribuir para o aprimoramento do sistema de avaliação nacional da pós-graduação, tornando a avaliação um processo pactuado entre a CAPES e os programas de pós-graduação no Brasil. Para isso, foram confrontados os procedimentos utilizados no sistema de avaliação expressos nos documentos da CAPES e documentos das áreas de avaliação, com as opiniões da comunidade acadêmica apresentadas em artigos de periódicos e monografias. Foram estabelecidos como referenciais teóricos da pesquisa os conceitos de campo científico de Bourdieu e o de avaliação de Dahler-Larsen. O *corpus* da pesquisa foi coletado em três fontes: documentos criados pela CAPES, que contextualizam a pós-graduação e sua avaliação (PNPG 2011-2020); os Documentos de área elaborados pelas 48 áreas de avaliação e as críticas da comunidade acadêmica publicados em artigos de periódicos científicos. O *corpus* foi analisado e sistematizado por meio do método de Análise de Conteúdo. A análise teve como fio condutor os seis quesitos de avaliação de programas de pós-graduação da CAPES: Proposta do programa, Corpo docente, Corpo discente, teses e dissertações, Produção intelectual, Inserção social, e Internacionalização, bem como a Avaliação como um todo. Buscou-se identificar os comentários positivos, os comentários negativos e as sugestões da comunidade acadêmica. O quesito Produção intelectual foi o que recebeu a maior quantidade de críticas, identificando-se, portanto, como o foco das dúvidas e comentários da comunidade acadêmica. Os quesitos Proposta do programa, Corpo docente, Corpo discente, teses e dissertações, Inserção social, e Internacionalização receberam menor quantidade de comentários. Os resultados mostram que a avaliação, como um todo, apesar das críticas, é reconhecida como necessária pela comunidade acadêmica. Como contribuição final, foram feitas sugestões para aprimorar a

enunciação dos quesitos e critérios de avaliação, de forma a promover sua melhor compreensão e transparência.

Palavras-chave: Avaliação da Pós-Graduação no Brasil; Sistema Nacional de Pós-Graduação; CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); Critérios e instrumentos de avaliação de Cursos de Pós-graduação.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. **Brazilian graduate evaluation: analysis of items used by CAPES and the criticism of the academic community.** 184p. Thesis (PhD). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2015.

ABSTRACT

This research discusses the graduate evaluation in Brazil, analyzing, on the one hand, the evaluation system of CAPES (Higher Education Personnel Training Coordination) and, on the other, the opinion of the scientific community about this system, specifically focusing on criteria and instruments used for this purpose. It was intended, with this approach, contribute to the improvement of the national evaluation system, in order to make evaluation a process agreed between CAPES and graduate programs in Brazil. For this, they were confronted the procedures used in evaluation system expressed in the Capes documents and documents of the evaluation areas, with the views of the academic community presented in journal papers and monographs. The concepts of scientific field (Bourdieu) and evaluation society (Dahler-Larsen) were used as theoretical background of this research. The *corpus* of the research was collected from three sources: the documents created by CAPES which contextualize the evaluation process (PNPG 2011-2020), the documents prepared by the 48 evaluation areas and criticisms of the academic community published in scientific journals. The *corpus* was analyzed and systematized through the method of Content Analysis. The analysis was to thread the six evaluation items of graduate programs of CAPES: Program proposal, Faculty, Students, Theses and dissertations, Intellectual production, Social insertion, and Internationalization. One tried to identify the positive comments, negative comments and suggestions of the academic community. The item Intellectual Production has received the highest amount of criticism, becoming therefore the focus of the questions and comments of the academic community. The items Program proposal, Faculty, Students, Theses and dissertations, Social insertion, and Internationalization received fewer comments. The results show that evaluation, despite criticism, is recognized as necessary by the academic community. As a final contribution, suggestions were made to enhance the formulation of the evaluation criteria in order to promote their better understanding and transparency.

Keywords: Brazilian Graduate Programs evaluation; CAPES (Higher Education Personnel Training Coordination); Graduate programs evaluation criteria and instruments.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página da pós-graduação Stricto Sensu do Complexo Educacional FMU, de São Paulo.....	40
Figura 2 - Página da pós-graduação stricto sensu da UNIP, São Paulo.	40
Figura 3 - Página do Mestrado da Casper Líbero, São Paulo.....	41
Figura 4 - Página do Mestrado e Doutorado da Estácio de Sá.	41
Figura 5 - Página Pós-graduação da UFMG.....	42
Figura 6 - Página do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da UNESC..	42
Figura 7 - Página do Programa de Pós-Graduação em Medicina (Obstetrícia) da UNIFESP.....	43
Figura 8 - Página da Pós-Graduação da PUC do Rio Grande do Sul.....	43
Figura 9 - Página dos Cursos STRICTU SENSU da UFF.	44
Figura 10 - Página da Pós-graduação em Toxinologia do Instituto Butantan.....	44
Figura 11- Fluxo da Avaliação trienal.....	58
Figura 12–Distribuição dos cursos ou programas da área de Odontologia.	83
Figura 13 - Problemas na soma dos números apresentados..	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Publicações por Ano	122
Gráfico 2 - Tipos de Publicação	123
Gráfico 3 - Quantidade autores por ano, considerando as 62 publicações	123
Gráfico 4 - Quantidade de críticas por ano, considerando as 89 críticas feitas.....	124
Gráfico 5 - Quantidade de pesquisadores, editores científicos e consultores CAPES entre os autores das críticas.	126
Gráfico 6 - Teor dos comentários.....	126
Gráfico 7 - Tipo de comentários.....	127
Gráfico 8 - Distribuição dos comentários sobre a Produção intelectual.....	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Avaliações da CAPES.....	46
Quadro 2 - Áreas e Grandes Áreas da CAPES.....	56
Quadro 3- Critérios utilizados pelas áreas na avaliação..	68
Quadro 4 - Critério usados pela área.	89
Quadro 5 - Estratos do mesmo periódico em áreas diferentes	90
Quadro 6 - Uso das classificações de eventos, técnica e artística pelas áreas.....	95
Quadro 7 - Críticas ao quesito Proposta do programa.....	128
Quadro 8 - Críticas aos quesitos Corpo docente e Corpo discente, teses e dissertações.	128
Quadro 9 - Críticas ao quesito Inserção social.	129
Quadro 10 - Críticas ao quesito Internacionalização.....	129
Quadro 11 - Críticas à Avaliação da CAPES como um todo.	131
Quadro 12 -Constatações sobre o quesito Produção intelectual.....	132
Quadro 13 - Sugestões para o quesito Produção intelectual.....	132
Quadro 14 - Críticas positivas ao quesito Produção intelectual.	133
Quadro 15 – Críticas negativas ao quesito Produção intelectual.....	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultados da comparação dos ISSN dos periódicos listados pela CAPES com os indexados na Web of Science, por triênio.....	64
Tabela 2 - Quantidade de periodicos nos quais brasileiros publicam, na Web of Science	65
Tabela 3- Quantidade e percentual do uso dos indicadores e demais critérios utilizados pelas áreas.....	89
Tabela 4 - Uso em quantidade e porcentagem da classificação de livros.....	91
Tabela 5 - Quantidade e percentual do uso da classificação da produção em eventos, técnica e artística.	95
Tabela 6 - Comentários distribuídos pelas Áreas e Grande Áreas	125

SUMÁRIO

RESSUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Problema da pesquisa	6
1.2 Hipóteses de trabalho.....	7
1.3 Objetivos.....	7
2 METODOLOGIA.....	9
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3.1 Campo científico	12
3.2 Avaliação	16
3.2.1 Características da avaliação.....	17
3.2.2 Evolução da avaliação	19
3.3 Rankings	28
3.3.1 Conceito e Características dos <i>rankings</i>	36
4 AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	39

4.1 A CAPES e o processo de avaliação da Pós-Graduação Brasileira	39
4.2 O Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020	49
4.2.1 O PNPG 2011-2020 e a avaliação	51
4.3 O Modelo Atual de Avaliação da CAPES.....	55
4.3.1 O Qualis.....	60
4.3.1.1 Um olhar sobre a Produção intelectual brasileira na Web of Science.....	63
4.3.2 Critérios de avaliação	66
4.3.2.1 Proposta do programa.....	69
4.3.2.2 Corpo docente.....	69
4.3.2.3 Corpo discente, teses e dissertações	70
4.3.2.4 Produção intelectual	70
4.3.2.5 Inserção social	71
4.3.2.6 Internacionalização.....	71
5 DISCURSOS SOBRE A AVALIAÇÃO: UMA LEITURA CRÍTICA.....	74
6 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE ÁREA	80
6.1 Análise das considerações gerais sobre o estágio atual da área	81
6.2 Análise dos Qualis	87
6.2.1 Avaliação dos Periódicos.....	87
6.2.2 Avaliação de Livros.....	91
6.2.3 Avaliação de produção técnica e artística.....	93

7 CRÍTICAS À AVALIAÇÃO CAPES PELA COMUNIDADE ACADÊMICA	96
7.1 Críticas da comunidade acadêmica.....	96
7.2 Sistematização das críticas da comunidade científica	122
7.3 Discussão dos resultados	137
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	147
Apêndice A – Artigos de Ciência da Informação.....	153
Apêndice B – Documentos de Área CAPES	156
Apêndice C – Artigos com críticas à Avaliação CAPES	164

1 INTRODUÇÃO

No final dos anos 1960 e nos anos 1970, surgiram críticas de diversos setores da comunidade científica sobre o real impacto da ciência na sociedade. Como afirma Lea Velho, “Foi neste contexto que a ciência e a tecnologia, assim como suas relações com a sociedade, se tornaram objetos de estudos, dando origem aos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia” (VELHO, 2010, p.10). Para a autora, esse contexto “levou a uma visão de que, ainda que o conteúdo da ciência seja livre de influências sociais, seu foco, sua direção e seu uso podem e devem ser controlados” (idem).

A produção de conhecimento científico no país é feita majoritariamente nas universidades, mais precisamente no interior de programas de pós-graduação (PRANDI, 1986; BALBACHEVSKY, 2010; MUGNAINI, 2011). Estes programas são avaliados pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), instância que também é responsável por sancionar ou não a criação de novos programas e cursos.

Criada no início dos anos cinquenta, a CAPES é uma fundação vinculada ao MEC (Ministério da Educação), focada na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Essa ação é consoante com o momento vivido pelo país na época: o termo pós-graduação começa a ser usado na sociedade brasileira desde os anos quarenta para designar programas e convênios com universidades do exterior. No início dos anos sessenta, são criados cursos de mestrado e/ou doutorado na Universidade de Brasília, no Instituto de Matemática Pura e Aplicada, na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (SANTOS, 2003, p. 628). Porém, a formalização da implantação de cursos de pós-graduação ocorre nos anos sessenta, especificamente em 1965, com a publicação do parecer 977 do Conselho Federal de Educação.

O Parecer 977 estabelecia a pós-graduação conforme o modelo norte-americano. A pós-graduação *stricto sensu* dar-se-ia em dois níveis independentes e sem relação de pré-requisitos entre o primeiro e o segundo (mestrado e doutorado). A primeira parte dos cursos seria destinada a aulas e a segunda à confecção do trabalho científico de conclusão (dissertação ou tese). Os currículos seriam compostos conforme o modelo norte-americano, que compreendia o *major* (área de concentração) e o *minor* (matérias conexas) (SANTOS, 2003, p. 629-630).

Entre 1976 e 1977, a CAPES passa a empregar um sistema de avaliação em que as informações enviadas pelos cursos de pós-graduação são analisadas por comissões especificamente criadas para essa finalidade. “A proposta era avaliar, acompanhando a evolução quantitativa e detectando os níveis de qualidade, problemas e carências desses programas” (SOUZA; PAULA, 2002, p.7). De acordo com as autoras:

Esse sistema apoiou-se na orientação e princípios básicos do I Plano Nacional de Pós Graduação (PNPG), no qual se explicitava a preocupação com a regulamentação da expansão do sistema de cursos, a manutenção do padrão de qualidade, a qualificação docente das instituições de ensino superior, a eficiente alocação de recursos públicos e o estabelecimento de um fluxo permanente de informações que permitissem aos órgãos públicos a operacionalização de estratégias e a fixação de prioridades (SOUZA; PAULA, 2002, p.7).

Esse sistema de avaliação “passou por mudanças periódicas, e sua estrutura e funcionamento foram ajustados às exigências decorrentes dos avanços da ciência e tecnologia e do desenvolvimento da pós-graduação no Brasil” (SOUZA; PAULA, 2002, p.7).

Em junho de 1997, a CAPES recebeu a visita de um grupo de consultores internacionais cuja missão é “fazer uma avaliação do sistema de avaliação de programas de pós-graduação mantido pela agência” (BRASIL, 1997, p.21). Essa visita reflete o reconhecimento da mudança do papel da Avaliação da CAPES:

A finalidade histórica da avaliação, no Brasil, foi inicialmente a de selecionar cursos de pós-graduação para receberem apoio financeiro do governo federal, principalmente por meio de bolsas de estudo. Hoje, ela continua a ter esse papel ratificador e classificador, mas também serve como uma fonte de aconselhamento crítico para as instituições (BRASIL, 1997, p.22).

O grupo de consultores considera o sistema benéfico por promover o aumento da qualidade e quantidade dos programas de pós-graduação no Brasil, num esforço de atingir padrões internacionais. A comissão de consultores apresenta, ainda, recomendações sobre a necessidade de adoção de uma política e de procedimentos de avaliação, como segue:

- Política de Avaliação:

- A CAPES e outras agências de financiamento devem atuar de forma coordenada com outras fontes de financiamento para assegurar um apoio coerente à pesquisa e aos programas acadêmicos.
- Os comitês de avaliação devem incluir um representante de outra disciplina e, sempre que possível, um representante da mesma disciplina, de outro país.
- Os programas de pós-graduação devem ser avaliados num ciclo de 3 a 5 anos.
- As categorias de classificação usadas no processo de avaliação dos programas precisam ser definidas e esclarecidas pela CAPES em conjunto com cada comitê de área.
- O Processo de Avaliação:
 - A CAPES precisa simplificar a tarefa de coleta de dados.
 - Visitas *in loco* devem ser obrigatórias para qualquer programa novo a ser avaliado pela CAPES.
 - Visitas *in loco* devem ser obrigatórias para qualquer programa cujo conceito vai baixar para C ou menos. Neste caso, a visita dos representantes do comitê de avaliação tem que ser feita antes da oficialização do novo conceito.
 - Todo programa deve receber uma visita dos representantes do comitê de avaliação a cada período de avaliação.
 - Uma auto-avaliação pelo programa deve fazer parte do processo de avaliação.
 - Considerações referentes à infraestrutura, aos fundos para pesquisa e ao suporte técnico devem servir de indicadores importantes para avaliar a viabilidade de um programa novo e o potencial de um programa já estabelecido.
 - Os programas devem indicar o tempo médio de titulação e as taxas de desistência e de titulação para cada nova turma admitida.
 - No caso de programas que tenham tido o seu conceito diminuído e ficado com C ou menos, um conceito preliminar deve ser comunicado ao pró-reitor de pós-graduação.

- Devem ser implementados procedimentos que permitam acompanhar as carreiras dos doutores formados em programas financiados pela CAPES.
- Os programas devem apresentar à CAPES, anualmente, um curto relatório de *follow-up* para indicar quais ações foram adotadas em resposta às recomendações contidas no relatório da avaliação. (BRASIL b, 1997, p.23-25).

O acompanhamento anual de programas de pós-graduação, iniciado em 1976, foi sendo modificado. Desse modo, em 1984 foi adotado o processo de avaliação bienal, que passou a ser feita em ciclos trienais a partir de 1998 (BRASIL b, s.d.).

Também em 1998 foi implantada a base de dados Qualis. Trata-se de um “conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação” (BRASIL c, s.d.). Concebido para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação, o Qualis é alimentado, atualmente, por meio dos dados fornecidos pelos programas de pós-graduação à Plataforma Sucupira¹ (anteriormente denominado Sistema Coleta CAPES). De acordo com a CAPES, a Plataforma Sucupira é uma “ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação” (BRASIL, 2014).

Como resultado do uso desse sistema, a CAPES espera aumentar a transparência dos dados, facilitar a inserção dos dados necessários à avaliação pelos programas de pós-graduação, agilizar a consulta e o acompanhamento dos dados e aumentar a confiabilidade, precisão e segurança das informações (BRASIL, 2014).

Essa busca de aprimoramento está também na base da avaliação:

O sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios) (BRASIL a, s.d.).

¹ Plataforma Sucupira: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/> Acesso em: 20 nov. 2014.

Balbachevsky cita esse sistema de avaliação como um dos fatores que contribuem para a qualidade e o sucesso da pós-graduação brasileira. Para a autora, “A realização periódica dessa avaliação permitiu vincular o apoio oficial ao desempenho dos programas e terminou por estabelecer um padrão mínimo de qualidade acadêmica para os programas” (BALBACHEVSKY, 2005, p. 276). Entende-se, assim, que o sistema de avaliação da CAPES tem papel importante no desenvolvimento da pós-graduação brasileira por estabelecer, de um lado, um marco regulatório e, de outro, o incentivo à sua melhoria.

Para Velho:

O “sucesso” de um instrumento de política não se mede mais apenas pelos resultados dos projetos financiados em termos de produção acadêmica (número de publicações e citações), ainda que esses indicadores continuem a ser chave e usados de maneiras e em situações em que têm pouca legitimidade. Desenvolvem-se metodologias para estimar os impactos econômicos e sociais, assim como novos instrumentos para detectar oportunidades como *foresight* e até de participação pública na identificação das prioridades para financiamento da pesquisa pública. Há busca por indicadores de inovação, com a criação de estruturas sistemáticas para coleta de informação, bases de dados e métodos de análise e interpretação (VELHO, 2010, p.16).

Nessa perspectiva de aprimoramento e de ampliação de seu escopo de atividades, a CAPES atua, hoje, com base nas seguintes prioridades (BRASIL, s.d.):

- Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*.
- Acesso e divulgação da produção científica.
- Investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior.
- Promoção da cooperação científica internacional.
- Indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

Para o ciclo mais recente de análise dos programas de pós-graduação (2010-2012, publicado em 2013), os quesitos de avaliação considerados foram: Proposta do programa; Corpo docente; Corpo discente, teses e dissertações; Produção intelectual; Inserção social; e Internacionalização (BRASIL, 2013 a, p.31-55).

Pode-se afirmar que as diretrizes propostas pela CAPES não estão isentas de críticas. Entender as diretrizes e metas da CAPES e as críticas da comunidade científica parece ser importante para contribuir para o aprimoramento de seu processo de avaliação. Reconhecer os méritos do processo de avaliação, e também das críticas e propostas da comunidade científica em relação a esses processos, são passos importantes para percorrer o caminho do aprimoramento da pós-graduação no país.

Para os objetivos do estudo foi realizado, inicialmente, um levantamento das teses e dissertações sobre a avaliação da pós-graduação, defendidas em programas de Ciência da Informação reconhecidos pela CAPES: UNIRIO, UFBA, UFPB, UFPE, UEL, UFF, UFSC, USP, UNESP, UFRJ-IBICT, UNB, UFMG e UDESC, por meio da consulta ao acervo *online* dessas instituições, e também do Banco de Teses da USP e do Banco de Teses da CAPES. Foram observados títulos, resumos e palavras-chave em busca de pesquisa sobre a CAPES ou algum de seus produtos. Chegou-se a 31 trabalhos, 25 de mestrado e 6 de doutorado, que abordam em sua maioria a produção científica dos programas de pós-graduação, muitas vezes analisando o Portal de Periódicos da CAPES. Alguns trabalham analisam a avaliação de programas, sempre com foco em uma área específica².

No entanto, nenhum desses trabalhos da Ciência da Informação se propôs a uma análise de todas as 48 áreas da CAPES, com um olhar sobre todos os seis quesitos da avaliação observados pela instituição.

São esses pressupostos que permitem enunciar o problema de pesquisa, as hipóteses de trabalho e os objetivos deste trabalho.

1.1 Problema da pesquisa

Esta pesquisa procura discutir a avaliação da pós-graduação no Brasil analisando, de um lado, o sistema de avaliação da CAPES e, de outro, a opinião da comunidade científica sobre esse sistema, focando especificamente nos critérios e instrumentos utilizados para

² A lista desses trabalhos pode ser vista no Apêndice A.

esse fim. Adotam-se, em processos de avaliação da pós-graduação, critérios padronizados aplicáveis ao conjunto de programas, a fim de estabelecer comparações e atribuir notas aos programas. Moreira, Hortale e Hartz (2000, p. 30) já se perguntaram: “É possível padronizar a avaliação e, ao mesmo tempo, levar em conta a heterogeneidade das áreas de saber e das instituições”. Semelhante heterogeneidade cria tensões que revelam as disputas entre campos de conhecimentos e entre os programas de pós-graduação e a instituição avaliadora. Nessa medida, a pergunta de pesquisa pode ser enunciada como segue: quais são as tensões estabelecidas no processo de avaliação da CAPES? Quais são as suas principais características? Um possível caminho para responder a essa questão consiste em compreender que cada processo avaliativo requer objetivos claros, instrumentos adequados, constante monitoramento e acordos entre avaliados e avaliadores.

1.2 Hipóteses de trabalho

O sistema de avaliação da pós-graduação é, de um modo geral, considerado necessário para o bom desempenho dos programas e cursos. Há, no entanto, críticas relativas à inadequação de certos critérios que não consideram suficientemente as peculiaridades ou a heterogeneidade das áreas de conhecimento em relação a vários quesitos de avaliação. São estabelecidas, portanto, tensões que requerem pactos entre avaliados e avaliadores. Nossa hipótese de trabalho fundamenta-se no pressuposto de que sistematização das críticas, o confronto destas últimas com o sistema de avaliação poderá contribuir para estabelecer pactos que se dirijam ao aprimoramento do sistema de avaliação nacional da pós-graduação. A análise das críticas às diretrizes CAPES pelas áreas avaliadas, bem como as propostas e sugestões da comunidade científica poderão contribuir para estabelecer novas bases de diálogo entre a comunidade acadêmica e seu órgão avaliador e, em decorrência, tornar a avaliação um processo pactuado entre sistema de avaliação e sistema de pós-graduação no Brasil.

1.3 Objetivos

Tendo em vista o problema de pesquisa e as hipóteses operacionais de trabalho, são enunciados a seguir os objetivos da pesquisa.

O objetivo geral da pesquisa é conhecer o sistema de pós-graduação do país, com a finalidade de contribuir para o aprimoramento do processo de avaliação da pós-graduação. Para isso, serão identificados os principais pontos de tensão do processo de avaliação pela análise dos procedimentos utilizados no sistema de avaliação, expressos nos documentos da CAPES e das áreas de avaliação, com as opiniões da comunidade acadêmica, apresentadas em artigos de periódicos e monografias.

Os objetivos específicos decorrentes do objetivo geral são:

- analisar a política de pós-graduação proposta pela CAPES, expressa no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, em documentos de área da última avaliação (2010-2012, publicados em 2013) e nas informações constantes em sua página oficial.
- identificar os pontos de tensão: as críticas (positivas e negativas) ao sistema de avaliação da CAPES
- analisar as propostas de aprimoramento do sistema de avaliação da Produção intelectual, por ser este quesito o aspecto nuclear da avaliação.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa foi adotada como ponto de partida a proposta metodológica de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977). Segundo esta proposta, um trabalho científico apresenta quatro dimensões, ou polos: epistemológico, teórico, morfológico e técnico.

O **polo epistemológico** se refere ao *locus* da apreensão da ciência como processo, à concepção e construção do objeto e à vigilância interna sobre os procedimentos e resultados. É o polo da delimitação da problemática, “que permite submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade postos em relação pela questão que lhes é colocada” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p.57). Nesse sentido, foi definido como objeto de pesquisa desta tese a avaliação de programas de pós-graduação pela CAPES, processo sujeito a debates e discussões pela comunidade científica. A observação metódica desses processos e sua confrontação com a opinião da comunidade científica, sobretudo no que se refere aos objetivos da avaliação, critérios e instrumentos utilizados para esse fim, permitem sistematizar seus aspectos positivos e negativos e, em decorrência disso, sugerir caminhos para seu aprimoramento.

O **polo teórico** trata da definição dos conceitos, da construção das hipóteses, dos objetivos, da proposição de regras para interpretar os dados e da definição de soluções provisórias para o problema de pesquisa. Nessa perspectiva, são definidos o referencial teórico e as hipóteses de trabalho. Partiu-se, nesta pesquisa, do pressuposto de que a avaliação da atividade científica, na qual se inclui a avaliação da pós-graduação, é um campo de disputas, como já enunciado por Bourdieu (2004). Associam-se a esse campo de lutas modos específicos de avaliar, fundados em conceitos e procedimentos também específicos. As manifestações sobre o sistema de avaliação, expressas pelos pesquisadores, poderão contribuir para o aprimoramento desse sistema – e este é o objetivo finalístico. Para isso, a organização dos dados – o Plano Nacional da Pós-Graduação 2011-2020, os documentos de área da CAPES da avaliação 2010-2012, as críticas publicadas pela comunidade científica – e sua sistematização, de modo a verificar as proposições positivas, negativas e as sugestões, serão fundamentais. O confronto das críticas da comunidade científica com o sistema de avaliação e

instrumentos adotados pela CAPES, como o PNPG, são fundamentais para desenvolver a pesquisa.

O **polo morfológico** compreende a estruturação formal do objeto científico por meio da exposição do objeto do conhecimento, escolha do estilo pelo qual o investigador expressa os resultados, a construção dos modelos de interpretação e a criação do espaço de causação. De acordo com os autores, “causação é uma posição de coerência lógica e/ou significativa que articula os fatos científicos numa configuração operativa” (BRUYNE; HARMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p.165). Trata-se, portanto, da estruturação da pesquisa, exposta a seguir.

Na Introdução, são apresentados o problema da pesquisa, seu objeto, suas hipóteses de trabalho e objetivos. No Capítulo 2 está exposta a Metodologia da pesquisa. No Capítulo 3 “Referencial teórico”, é apresentado o Marco teórico de referência, cujos fundamentos são os conceitos de campo científico de Bourdieu, o conceito de avaliação de Dahler-Larsen e o cenário dos *rankings* e sua relação com a avaliação. O Capítulo 4, “Avaliação da pós-graduação no Brasil”, apresenta a CAPES e o desenvolvimento e evolução da avaliação da pós-graduação brasileira, passando pelo Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 até o estágio atual de avaliação realizada pela CAPES. Também situa a classificação Qualis para periódicos, livros e produção técnica e artística, bem como descreve os seis critérios de avaliação considerados pela CAPES: Proposta do programa, Corpo docente, Corpo discente, teses e dissertações, Produção intelectual, Inserção social, Internacionalização. É também neste capítulo que se apresenta a produção brasileira constante da Web of Science. O Capítulo 5, “Análise crítica dos discursos sobre avaliação”, aborda o percurso metodológico para análise do material empírico desta tese, com base na Análise de Conteúdo. O Capítulo 6, “Análise dos documentos de área”, trabalha os documentos de área, focando sobretudo nas considerações sobre o estágio atual das áreas, bem como a classificação Qualis como é utilizada por cada uma das áreas para cada tipo de produção (periódicos, livros, produção técnica e artística). No Capítulo 7, “Críticas à avaliação da CAPES pela comunidade acadêmica”, são apresentados os comentários, críticas e sugestões feitos pela comunidade acadêmica por meio de artigos publicados em diversos periódicos. Esse material é sistematizado e são feitas algumas considerações sobre as questões

apontadas. Finalmente, no Capítulo 8, “Considerações finais”, são apresentadas as conclusões encontradas ao longo desta pesquisa, bem como as lacunas e sugestões.

O **polo técnico**, por fim, é aquele no qual se estabelece a relação entre a construção do objeto científico e o mundo dos acontecimentos, no qual são recolhidas as informações sobre o mundo real e em que essas informações são convertidas em dados pertinentes, face à problemática da investigação. O detalhamento do polo técnico - o corpus da pesquisa para a coleta de informações e os procedimentos analíticos realizados sobre o corpus - estão descritos no capítulo 5.

Sobre as notas de rodapé: além de indicar algumas informações adicionais, foram utilizados os recursos de apresentar os textos citados, sempre que possível, no idioma original. Sendo assim, há notas que começam com "Traduzido de", indicando que a tradução foi realizada pela autora da tese, e "No original em inglês", indicando que no texto colocamos a tradução para o português publicada oficialmente, mas que houve acesso também ao texto original.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A avaliação da pós-graduação requer o estabelecimento de um marco teórico de referência que permita interpretar adequadamente os dados empíricos. Partiu-se do pressuposto de que a pós-graduação, além de seus objetivos de formação de quadros para a pesquisa e o ensino, configura-se como um campo de disputas científicas. Para isso, recorreu-se, inicialmente, ao conceito de campo, de Bourdieu (1983; 2004), que estendeu essa noção também para explicar as disputas do campo científico. Em seguida, foi abordado o conceito de avaliação. Na obra do pesquisador sueco Peter Dahler-Larsen (2011) encontra-se uma profunda e atualizada revisão bibliográfica sobre o assunto.

3.1 Campo científico

Segundo Bourdieu, campo é o:

universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias (BOURDIEU, 2004, p.20).

Desse modo, Bourdieu não acredita na existência de atividades científicas puras ou neutras, desvinculadas do político e do social, mas também não vê a ciência sendo apenas determinada por demandas político-econômicas. Para o autor, por seu caráter social, o campo científico tem peculiaridades. Dentre elas, uma certa independência em relação ao mundo global que o envolve (BOURDIEU, 2004, p.21). Portanto, o campo científico é “um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p.22-23).

Afirma ainda Bourdieu:

É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. Essa estrutura é, *grosso modo*, determinada pela

distribuição do capital científico num dado momento. Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço (BOURDIEU, 2004, p.23-24).

O campo científico é, então, o lugar de uma luta concorrencial que coloca em questão o monopólio da “autoridade científica” (a capacidade técnica e o poder social) ou o monopólio da “competência científica” (capacidade de falar e agir legitimamente, de maneira autorizada e com autoridade). Essa autoridade ou competência é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983, p.122-123).

Assim, um indivíduo somente tem poder no campo se for socialmente forte, e esse poder aumenta conforme o seu “crédito científico” ou “sua posição na estrutura da distribuição do capital” (BOURDIEU, 2004, p.25).

O crédito científico é parte do capital científico. No âmbito acadêmico,

(...) o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se é sempre fundado sobre atos de conhecimento reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico (o número de menções do *Citation Index* é um bom indicador, que se pode melhorar, como o fiz na pesquisa sobre o campo universitário francês, levando em conta os sinais de reconhecimento e de consagração, tais como os prêmios Nobel ou, em escala nacional, as medalhas do CNRS [*Centre National de la Recherche Scientifique*, Paris] e também as traduções para as línguas estrangeiras (BOURDIEU, 2004, p.26).

O capital científico pode ser caracterizado ao menos de duas maneiras (2004, p.35):

- Capital científico institucionalizado: poder temporal, político, institucional e institucionalizado, poder sobre os meios de produção e de reprodução;
- Capital científico puro: prestígio, poder específico, reconhecimento por pares;

Esse contexto é chamado de estruturas objetivas, que são cercadas por lutas. Não importa qual seja o campo, “ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade” (BOURDIEU, 2004, p.29). Nessa luta, “os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição de ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem” (BOURDIEU, 1983, p.128).

A luta pela autoridade científica, espécie particular de capital social que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital, deve o essencial de suas características ao fato de que os produtores tendem, quanto maior for a autonomia do campo, a só ter como possíveis clientes seus próprios concorrentes. Isto significa que, num campo científico fortemente autônomo, um produtor particular só pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtos (“reputação”, “prestígio”, “autoridade”, “competência”, etc.) dos outros produtores que, sendo também seus concorrentes, são menos inclinados a reconhecê-lo sem discussão ou exame (BOURDIEU, 1983, p.127).

Dentro do campo, quanto maior o capital, mais influentes são os indivíduos. Nessa disputa, cada um desenvolve estratégias, seja para a conservação das estruturas vigentes, seja para sua transformação. A luta maior, no entanto, volta-se para a autonomia: “Quanto mais os campos científicos são autônomos, mais eles escapam às leis sociais externas” (BOURDIEU, 2004, p.30). E:

Quanto mais um campo é heterônomo, mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não-científicas nas lutas científicas. Ao contrário, quanto mais um campo é autônomo e próximo de uma concorrência pura e perfeita, mais a censura é puramente científica e exclui a intervenção de forças puramente sociais (argumento de autoridade, sanções de carreira, etc.) e as pressões sociais assumem a forma de pressões lógicas, e reciprocamente: para se fazer valer aí, é preciso fazer valer razões; para aí triunfar, é preciso fazer triunfar argumentos, demonstrações e refutações (BOURDIEU, 2004, p.32).

Para aumentar o capital científico os indivíduos devem, portanto, ou ter poder político ou prestígio. Nessa busca por capital, é preciso lidar com a ‘verdade da pesquisa’: “os plágios, o roubo de ideias, as querelas de prioridades e tantas outras práticas que são tão antigas quanto a própria ciência” (BOURDIEU, 2004, p.31):

O paradoxo dos campos científicos, entretanto, é que eles produzem, ao mesmo tempo, essas pulsões destrutivas e o controle dessas pulsões. Se você deseja triunfar sobre um matemático, é preciso fazê-lo matematicamente pela demonstração ou refutação. Evidentemente, há sempre a possibilidade de que o soldado romano corte a cabeça de um matemático, mas isso é um “erro de categoria”, diriam os filósofos. Pascal veria nisso um ato de tirania que consiste em utilizar numa ordem um poder que pertence a outra ordem. Mas um tal triunfo não o é, realmente, segundo as normas próprias do campo (BOURDIEU, 2004, p.32).

A autonomia de uma ciência depende, por sua vez, “do grau de necessidade de recursos econômicos que ela exige para se concretizar” e sobretudo:

do grau em que o campo científico está protegido contra as intrusões (mediante, principalmente, o direito de entrada mais ou menos elevado que ele impõe aos recém-chegados e que depende do capital científico coletivamente acumulado) e do grau em que é capaz de impor suas sanções positivas ou negativas (BOURDIEU, 2004, p.34-35).

Como as áreas têm diferentes necessidades de recursos econômicos, alguns pesquisadores tornam-se administradores desses recursos. Esse controle lhes permite exercer um poder tirânico sobre a pesquisa (BOURDIEU, 2004, p.41). E mais uma luta é fomentada no campo científico. Sobre isso há, ainda, outra questão:

Sabe-se que um dos problemas a resolver, para passar da invenção à inovação, e sobre o qual numerosos analistas têm refletido, é o da comunicação entre o campo científico e o campo econômico. Os desafios não são os mesmos, os fins não são os mesmos, os agentes têm filosofias de vida inteiramente diferentes, e até opostas, e, portanto, geradoras de profundos mal-entendidos: de um lado, a lógica da luta específica, interna ao campo; de outro, a pesquisa do lucro, da rentabilidade que leva a dar prioridade ao problema do *screening*, da indicação de intervenções capazes de se tornar inovações (como descobrir as descobertas e os descobridores interessantes e, antes ainda, como estar informado disso) que remete ao problema dos *gobetween*, dos mediadores capazes de fazer vincular a informação e de assegurar o vínculo (BOURDIEU, 2004, p.54).

Dessa forma, para fazer progredir a ciência, é preciso fazer progredir as condições práticas da autonomia, excluindo o uso do que Bourdieu chama de ‘armas não específicas’, de forma que somente uma competição regulada, adequada ao campo e lógica seja praticada (BOURDIEU, 2004, p.42-43). Isso é parte do uso social da ciência: “colocar a ciência, e, mais especificamente, a ciência da ciência, a serviço da ciência, do progresso desta” (BOURDIEU, 2004, p.43). Além disso, “(...) o equipamento científico necessário à revolução científica só pode ser adquirido na e pela cidadela científica” (BOURDIEU, 1983, p.143).

Por trás das problemáticas dos especialistas sobre o valor relativo dos regimes universitários se esconde, inevitavelmente, a questão das condições ótimas para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, do melhor regime político – os sociólogos americanos tendem a fazer da “democracia liberal” de estilo americano a condição de “democracia científica” (BOURDIEU, 1983, p.130).

Há também o alerta para o perigo da homogeneização. As trajetórias de pesquisa são variadas, como também são variados os modos de entrar e sair da pesquisa, de tornar-se pesquisador. “Toda descrição que se limita às características gerais de uma carreira qualquer faz desaparecer o essencial, isto é, as diferenças” (BOURDIEU, 1983, p.136).

Portanto:

O primeiro ato de uma ciência social realmente científica consistirá em tomar por objeto de análise a construção social dos objetos de estudo propostos pelas instâncias estatais à sociologia – por exemplo, hoje, a delinquência, as “periferias”, a droga, etc. – e as categorias de análise que os acompanham e que são acionadas sem problema pelas grandes instituições de pesquisa estatais, INSEE, CREDOC, sem falar dos institutos de opinião (BOURDIEU, 2004, p.56).

Em síntese, antecede a análise da atividade científica a compreensão das características políticas, sociais e econômicas desse campo, que Bourdieu (1983; 2004) caracteriza como um campo de lutas por prestígio e poder político. E os processos de avaliação da atividade científica são certamente afetados por essas disputas, como é possível ver a seguir.

3.2 Avaliação

Em 2011, Peter Dahler-Larsen publicou uma obra específica sobre as características e o papel da avaliação na sociedade contemporânea. Dahler-Larsen, professor do departamento de Ciência Política e Administração Pública da Universidade de Copenhague, Dinamarca, presidiu, entre 2006 e 2007, a Sociedade Europeia de Avaliação³. O autor parte, nos seus escritos, da seguinte constatação:

Vivemos na era da avaliação. Nos últimos anos, testemunhamos uma explosão da avaliação. Hoje, mal se consegue entrar num hospital, candidatar-se a um trabalho, ou pedir informação na prefeitura sem ter que avaliar ou ser avaliado. Muitos países estabeleceram centros com equipes em tempo integral que não fazem nada mais do que avaliar – e estes centros devem ser eles mesmos avaliados (DAHLER-LARSEN, 2011, p.1).⁴

A atividade de avaliação é abrangente e está relacionada à auditoria, à inspeção, à garantia de qualidade e ao credenciamento (DAHLER-LARSEN, 2011, p.3). Segundo o autor, não é possível, hoje, rejeitar a avaliação ou ser contrário a ela: “Que deva haver

³ <http://www.europeanevaluation.org/>

⁴ Traduzido de: “We live in the age of evaluation. In recent years, we have witnessed a boom in evaluation. Today, one can hardly enter a hospital, apply for a job, or seek information at city hall without having to evaluate or be evaluated. Many countries have established centers with full-time staff who do nothing else but evaluate – and these centers must themselves be evaluated”.

avaliação tornou-se o que James March chama de ‘discurso protegido’, algo virtualmente sagrado, sobre o qual as forças dominantes na sociedade não fazem perguntas” (DAHLER-LARSEN, 2011, p.3)⁵. O autor afirma que a avaliação ajuda a reestruturar a vida de todos: “As avaliações tornaram-se parte de nossa cultura e estão ajudando a estruturar aquilo sobre o que falamos, aquilo que pensamos serem problemas importantes, e aquilo que pensamos que faremos sobre eles” (DAHLER-LARSEN, 2011, p.4)⁶.

3.2.1 Características da avaliação

Algo recorrente à avaliação é a noção de que ela se vincula ao mérito, ao merecimento ou valor de alguma coisa. De acordo com Scriven (1991, p.139 apud DAHLER-LARSEN, 2011, p.6) e Verdung: “a avaliação é uma ação retrospectiva cuidadosa do mérito, merecimento, e valor da administração, saídas, e resultados das intervenções governamentais, a qual deve desempenhar no futuro um papel em situações práticas” (VERDUNG, 1997, p.3 apud DAHLER-LARSEN, 2011, p.8)⁷. É uma questão de premiação, de reconhecimento após um período de conduta ao menos satisfatória. Além do reconhecimento, a avaliação é um processo que permite a identificação de padrões para alcance do mérito e do valor, de modo a determinar a performance dos avaliados. Outro ganho do processo de avaliação é uma síntese dos resultados (DAHLER-LARSEN, 2011, p.6).

A avaliação requer também “a coleta sistemática de informações sobre as atividades, características, e resultados de programas para tecer julgamentos sobre eles, melhorar sua eficácia, ou informar decisões sobre programações futuras” (PATTON, 1997, p.23 apud DAHLER-LARSEN, 2011, p.7)⁸. Essa preocupação com o futuro, representada por um constante aperfeiçoamento, pelo alcance de metas de eficiência e de eficácia,

⁵Traduzido de: “That there must be evaluation has gradually become what James March calls “protected discourse”, something virtually sacred, about which the dominant forces in society do not pose questions”.

⁶Traduzido de: “Evaluations have become part of our culture and are helping to structure what it is we talk about, what we think are important problems, and what we think we will do about these problems”.

⁷Traduzido de: “a careful retrospective assessment of the merit, worth, and value of administration, output, and outcome of government interventions, which is intended to play a role in the future, practical action situations”

⁸Traduzido de: “Program evaluation is the systematic collection of information about the activities, characteristics, and outcomes of programs to make judgments about the program, improve program effectiveness, or inform decisions about future programming”.

sobretudo de instituições e programas sociais, pode ser também considerada um resultado da avaliação. Dessa forma:

A aplicação sistemática de procedimentos para assessorar a conceituação e desenho, implementação, e utilidade de programas sociais de intervenção (...) envolve o uso de metodologia de pesquisa social para julgar e aprimorar o planejamento, monitoramento, eficácia e eficiência de programas de saúde, educação, bem-estar, e outros programas sociais (ROSSI; FREEMAN, 1985, p.19 apud DAHLER-LARSEN, 2011, p.7).⁹

Essa definição é completada com a ideia de que tais procedimentos são “adaptados aos ambientes políticos e organizacionais e são desenhados para informar ação social e melhorar as condições sociais” (ROSSI; FREEMAN; LIPSEY, 2004, p.16 apud DAHLER-LARSEN, 2011, p.8)¹⁰.

Ainda segundo Dahler-Larsen, as avaliações são também um momento de rever o passado e rever criticamente as experiências. É uma ocasião para reinterpretação bem como para desacordos, de modo que novos significados surjam ou sejam negociados. No entanto, é também um momento potencialmente controverso. É um processo criado artificialmente para tentar trazer uma nova visão sobre velhas práticas e quebrar hábitos e convicções existentes (DAHLER-LARSEN, 2011, p.13-14). Portanto a:

Avaliação ilustra assim as fronteiras das ideias predominantes da sociedade. É um processo de delimitação especialmente interessante porque a sociedade deve explicitamente (1) declarar suas próprias questões de avaliação; (2) desenhar um mecanismo artificial ou assistido para endereçar tais questões; (3) lidar com quais de suas áreas toleram ser examinadas; (4) observar as consequências da avaliação, e talvez refletir sobre uma potencial diferença entre consequências previstas e as atuais consequências; (5) às vezes avaliar a avaliação (meta-avaliação). E todos estes cinco pontos envolvem controvérsia (DAHLER-LARSEN, 2011, p.16)¹¹.

⁹Traduzido de: “systematic application of social research procedures in assessing the conceptualization and design, implementation, and utility of social intervention programs... [It] involves the use of social research methodologies to judge and improve the planning, monitoring, effectiveness, and efficiency of health, education, welfare, and other human service programs”.

¹⁰Traduzido de : “adapted to their political and organizational environments and are design to inform social action to improve social conditions”

¹¹Traduzido de: “Evaluation thus illustrates the boundaries for society’s predominant ideas. It is an especially interesting boundary-drawing process because society must explicitly (1) declare its own evaluation questions; (2) design an artificial or assisted mechanism for addressing these questions; (3) deal with which of its areas it can tolerate having scrutinized; (4) observe the consequences of evaluation, and perhaps reflect upon a potential difference between intended consequences and actual consequences; (5) sometimes evaluate evaluation (meta-evaluate). All five of these points involve controversy”.

Ao olhar para a frente e para trás, a avaliação busca alcançar seus objetivos, que são a prestação de contas, o esclarecimento, ou ainda levar informação sobre o programa ou as instituições ao público (DAHLER-LARSEN, 2011, p.18).

A maioria das definições de avaliação inclui quatro fatores chave, com os quais toda avaliação deve lidar: “(1) um avaliado, (2) alguma avaliação baseada em alguns critérios, (3) uma abordagem ou metodologia sistemática de coleta de informações sobre a performance do avaliado nesses critérios, e (4) um propósito ou uso intencional” (DAHLER-LARSEN, 2011, p.9)¹².

Pode-se, portanto, entender a avaliação como um procedimento que oferece reconhecimento (mérito, valor) ao olhar as atividades realizadas por alguém durante um período determinado. Esse olhar, mais do que mera observação de ações e dados, converte-se em uma sistematização de processos, que são evidenciados de modo a registrar boas práticas e problemas a serem evitados, sempre com o propósito de buscar aperfeiçoamento.

3.2.2 Evolução da avaliação

A avaliação é uma prática social, que já passou por três estágios:

No seu início, o campo da avaliação era muito pequeno e preocupado com o como ele poderia ser definido como um campo distinto, analítico e conceitualmente. (...) Em um segundo estágio, a ênfase estava no propósito, uso, e pragmatismo. (...) No seu terceiro estágio a avaliação torna-se orientada à contingência (DAHLER-LARSEN, 2011, p.10)¹³.

Por ser uma prática social, a avaliação acaba por adequar-se às próprias mudanças sociais. Seguindo esse raciocínio, Dahler-Larsen divide o que chama de sociedade moderna em três momentos, aos quais chama de: Modernidade, Modernidade Reflexiva, e Sociedade de Auditoria, que serão apresentados a seguir.

¹²Traduzido de: “(1) an evaluand, (2) some assessment based on some criteria, (3) a systematic approach or methodology to collect information about how the evaluand performs on these criteria, and (4) a purpose or intended use”

¹³Traduzido de: “In its early days, the field of evaluation was small and preoccupied with how it could define itself as a distinct field, analytically and conceptually. (...) In the second stage, the emphasis was on purpose, use, and pragmatism. (...) in the third stage evaluation becomes contingency-oriented”.

Sobre a Modernidade:

Como base, a avaliação carrega a ideia de que a qualidade das atividades humanas, projetos e instituições podem ser medidas em escalas abstratas. A avaliação carrega consigo a ideia de que o avaliado (o objeto da avaliação) – qualquer que seja – pode ser dividido e decomposto em entradas, atividades, programas, critérios, e resultados de forma que possa ser manejado e reorganizado (DAHLER-LARSEN, 2011, p.101)¹⁴.

Nesse contexto, a avaliação apresenta uma “crença otimista na possibilidade de melhoria da sociedade por meio da reunião dedados racionais e tomada de decisão” (DAHLER-LARSEN, 2011, p.102)¹⁵. Essa postura foi logo criticada “por sua ênfase na engenharia social, sua crença quase supersticiosa no poder dos métodos científicos em produzir resultados inequívocos, reduzindo as questões políticas a questões técnicas” (ALBAEK, 1998 apud DAHLER-LARSEN, 2011, p.102-103)¹⁶.

O segundo momento, a Modernidade Reflexiva, “é um conjunto de ideias e formas sociais estruturais que têm impacto em certo momento do tempo, enquanto é sobreposta a resíduos transmitidos de outras épocas” (DAHLER-LARSEN, 2011, p.121)¹⁷. É um momento também em que a noção de progresso começa a ser vista com outros olhos, uma vez que seus efeitos colaterais trouxeram novos problemas. Na Modernidade Reflexiva, fala-se em desenvolvimento em vez de progresso (DAHLER-LARSEN, 2011, p.123). É nesse contexto em que é feita a pergunta: “é possível assegurar que uma agência ou instituição que produza efeitos colaterais e que cresça de forma complexa no tempo e espaço também reconheça e reinternalize sua responsabilidade por esses efeitos colaterais?” (DAHLER-LARSEN, 2011, p.127)¹⁸. O autor identifica na Modernidade Reflexiva uma sociedade de risco, ainda que não seja de fato mais perigoso nela viver

¹⁴Traduzido de: “As its base, evaluation carries the idea that the quality of human activities, projects, and institutions can be measured on abstract scales. Evaluation carries with it the idea that the evaluand (the object of evaluation) – whatever it might be – can be divided and decomposed into inputs, activities, programs, criteria, and outcomes so that it can be managed and reorganized”.

¹⁵Traduzido de: “optimistic belief in the possibilities of improving society via rational data gathering and decision making”.

¹⁶Traduzido de: “for its emphasis on social engineering, its almost superstitious belief in the power of scientific methods to produce unequivocal results, and its reduction of political questions to technical questions (Albaek 1998)”.

¹⁷Traduzido de: “is a set of ideas and social structural forms that make their impact at a certain point of time, while it is superimposed on large remainders transmitted from other epochs”.

¹⁸Traduzido de: “An important question in reflexive modernity is whether it is possible to make sure than an agency or institution that produces side effects that grow in complex ways in time and space also recognizes and reinternalizes its responsibility for these side effects”.

(idem, p. 125), época em que o conceito de qualidade torna-se típico, uma vez que todos os tipos de frustrações são transmitidos e uma variedade de pontos de vista são revelados (idem, p.140).

Em uma sociedade reflexivamente moderna, as organizações devem avaliar. Elas devem mostrar que estão atualizadas com seu tempo. Elas devem aparecer considerando seriamente a questão dos efeitos colaterais, serem capazes de escutar, e serem capazes de adaptar-se às condições de mudança. Elas devem lidar com a contingência (DAHLER-LARSEN, 2011, p.144)¹⁹.

A “avaliação se tornou o sinal manifesto que mostra que uma organização está alinhada com as expectativas culturais atuais” (DAHLER-LARSEN, 2011, p.144)²⁰. Isso significa que a avaliação, na Modernidade Reflexiva, a despeito de sua função de avaliar, está coberta por um forte elemento simbólico, ritualístico (idem). É um ritual necessário (DAHLER-LARSEN, 2011, p.120).

Assim, milhões de questionários de pesquisa são enviados aos usuários, estudantes e clientes, não porque suas respostas necessariamente fazem alguma diferença prática, mas porque o exercício da autoridade sob modernizações reflexivas deve incluir uma atitude de ouvir e refletir, pois os respondentes estão acostumados a terem suas opiniões questionadas e porque a avaliação significa boa organização (DAHLER-LARSEN, 2011, p.147)²¹.

Por isso, muitas vezes a avaliação é feita ainda que não exista clareza sobre o seu propósito. Ela tornou-se, por conta disso, algo adequado, legítimo, esperado e mesmo demandado pelas instituições (DAHLER-LARSEN, 2011, p.150). Apesar da alta popularidade, seu uso intenso levou a uma fadiga da avaliação: “as pessoas não são ingênuas; o uso marginal da sua primeira avaliação pode ser ótimo, mas a 57ª avaliação pode não ser levada a cabo com o mesmo entusiasmo” (DAHLER-LARSEN, 2011, p.152)²².

¹⁹“In a reflexively modern society, organizations must evaluate. They must show that they are up to date with the times. They must appear to take the issue of side effects seriously, be able to listen, and be capable of adapting themselves to changing conditions. They must handle contingency”.

²⁰Traduzido de: “Evaluation thus becomes the manifest sign showing an organization is in line with present cultural expectations in society”.

²¹Traduzido de: “Hence, millions of questionnaire surveys are sent out to users, students, and clients, not because their replies necessarily make any practical difference but because the exercise of authority under reflexive modernizations must include an attitude of listening and reflection, because the respondents are accustomed to being asked their opinions, and because evaluation signifies proper organization”.

²²Traduzido de: “People are not naïve; the marginal utility of their first evaluation may be great, but the 57th evaluation may not be carried out with enthusiasm”.

O terceiro momento proposto por Dahler-Larsen é o que ele denominou Sociedade de Auditoria: uma “sociedade engajada em constantes verificações e controles, uma sociedade de auditoria regida por um estilo particular de prestação de contas formalizado” (POWER 1997 apud DAHLER-LARSEN, 2011, p.169)²³. Esta sociedade segue o “neorrigorismo” militar, político, administrativo e cultural a fim estabelecer valores e princípios não negociáveis – em absoluto contraste com o momento anterior, em que tudo poderia ser discutido (DAHLER-LARSEN, 2011, p.169). Trata-se, portanto, de uma sociedade “preocupada com a segurança e a proteção, que vê os procedimentos de avaliação como um modo de administrar riscos e ter uma garantia” (DAHLER-LARSEN, 2011, p.170)²⁴. A sociedade da auditoria abre caminho para novas formas de avaliação, que o autor chama de “máquinas de avaliação”:

As máquinas de avaliação devem funcionar de maneira previsível e confiável. (...) A sociedade da auditoria baseia sua avaliação não em processos de avaliação feitos sob medida, desenhados retrospectivamente (com todas as suas complicações) mas em critérios, indicadores, guias, manuais e processos pré-desenhados (DAHLER-LARSEN, 2011, p.170)²⁵.

Ao disseminar a sensação de controle, a Sociedade da Auditoria produz a sensação de conforto, mas não necessariamente resolve seus problemas. Seu foco não é exatamente a qualidade, mas a garantia de qualidade – é o controle do controle. Essa sociedade acredita que esse controle é o que a impede de desabar, que a mantém unida. (DAHLER-LARSEN, 2011, p.175-176). “O propósito da avaliação não é mais estimular discussões sem fim, mas sim preveni-las (DAHLER-LARSEN, 2011, p.176)²⁶.

A avaliação funciona como as máquinas de avaliação que

oferecem chaves de interpretação que dirigem a atenção, definem discursos, e orientam ações em determinadas direções. Sua função mais básica não é

²³Traduzido de: “society engaged in constant checking and verification, an audit society in which a particular style of formalized accountability is the ruling principle”.

²⁴Traduzido de: “preoccupied with security and safety and sees evaluation procedures as a way to manage risk and provide reassurance”.

²⁵Traduzido de: “Evaluation machines are supposed to work predictably and reliable. (...) the audit society bases its evaluation not on tailor-made, retrospectively designed evaluation processes (with all their complications) but on predesigned criteria, indicators handbooks, manuals, and processes”.

²⁶Traduzido de: “The purpose of evaluation is no longer to stimulate endless discussions in society, but to prevent them”.

verificar o que acontece em uma área particular de atividade mas construir uma definição da atividade para que elas possam ser avaliadas (POWER, 1996, p.293 apud DAHLER-LARSEN, 2011, p.204)²⁷.

Passa-se, nessa medida, a temer a avaliação, a buscar aprovação e reconhecimento de méritos.

Cada momento analisado pelo autor (Modernidade, Modernidade Reflexiva, e Sociedade da Auditoria) propõe desafios para a avaliação:

Na modernidade, a forte ênfase na racionalidade e no progresso leva a mentalidades tecnocráticas que tendem a suprimir o elemento político da avaliação. Na modernidade reflexiva, os avaliadores dão voz a uma cacofonia de perspectivas que não se somam a uma agenda comum. A perspectiva social vai desaparecendo. (...) A sociedade da auditoria e suas máquinas de avaliação apresentam outro conjunto de complicados problemas democráticos. Critérios de avaliação que são democraticamente complicados são frequentemente usados de maneira robotizada. As máquinas de avaliação demolem a prestação de contas a suas partes mais atomizáveis, mensuráveis, e administráveis, mas não conseguem motivar diferentes parceiros da sociedade a trabalhar juntos para resolver problemas complexos e dinâmicos. Elas sacrificam a macroqualidade pela microqualidade (DAHLER-LARSEN, 2011, p.236-237)²⁸.

3.2.3 O processo de avaliação e seus critérios

Como já foi visto, de acordo com Bourdieu, os conflitos de valores serão sempre, do ponto de vista filosófico, alvo de discussão. Porém, do ponto de vista prático, é preciso escolher alguns critérios para levar a avaliação adiante (DAHLER-LARSEN, 2011, p.19).

²⁷Traduzido de: “They offer interpretive keys that draw attention, define discourse, and orient actions in certain directions. Their most basic function is not to verify what goes on in a particular area of activity but to construct a definition of the activity so it can be evaluated”.

²⁸Traduzido de: “In modernity, strong emphasis on rationality and progress leads to technocratic mentalities that tend to suppress the political element in evaluation. In reflexive modernity, evaluators give voice to a cacophony of perspectives that do not add up to a common agenda. A societal perspective is vanishing. (...) The audit society and its evaluation machines present another set of complicated democratic problems. Evaluation criteria that are democratically problematic are often used in a robot like manner. Evaluation machines break accountability down to its most atomized, measurable, and manageable parts, but they cannot motivate different partners in society to work together to solve complex and dynamic problems. They sacrifice macroquality for microquality”.

É esperado que as instituições usem informação de forma racional. Além disso, faz parte da eficácia organizacional conseguir explicar a própria eficácia dos procedimentos adotados. Por isso, algum tipo de procedimento que leve à produção de dados se faz necessário – é desta necessidade que surge o uso de critérios. (DAHLER-LARSEN, 2011, p.67).

Para o estabelecimento de critérios é preciso primeiro separar aquilo que é mensurável daquilo que não o é. O que é mensurável pode ser padronizado e avaliado. A partir daí, cria-se um espaço comum institucionalizado e socialmente construído, espaço em que serão definidas e avaliadas políticas, de acordo com critérios que representam valores e objetivos válidos para todos os avaliados (DAHLER-LARSEN, 2011, p.71). Como afirma o autor, os critérios de avaliação “são aqueles usados para tecer julgamentos sobre mérito, merecimento ou valor da atividade. Os critérios constituem uma interpretação daquilo que os objetivos poderiam significar, a menos que os objetivos sejam muito claramente estabelecidos” (DAHLER-LARSEN, 2011, p.73)²⁹. Os critérios devem ser sempre atualizados: “se um conjunto de critérios é utilizado por muito tempo, a capacidade para discriminar entre bons e maus avaliados provavelmente diminui” (MEYER; GUPTA, 1994 apud DAHLER-LARSEN, 2011, p.76)³⁰. Esse tipo de situação pode favorecer, inclusive, aqueles que buscam, por métodos escusos, se sair bem nas avaliações, lançando mão de artifícios para burlar o sistema. Prática que, para Bourdieu, é tão antiga quanto a própria ciência (BOURDIEU, 2004, p.31).

Como exemplo dessas situações, podem ser citados os *rankings* baseados em reputação. A reputação é definida pelo próprio *ranking* e, com o passar do tempo, aqueles que estão no *ranking* passam a se comportar de acordo com os critérios utilizados pelo *ranking*, ou seja, são direcionados pelo próprio *ranking* (DAHLER-LARSEN, 2011, p.205).

Isso significa que o mundo muda enquanto é medido, como consequência da própria avaliação. Por conseguinte, mudam também os significados dos critérios utilizados.

²⁹Traduzido de: “Evaluation criteria are those used to make actual judgments about the merit, worth, our value of the activity. The criteria constitute an interpretation of what the goals might mean, unless goals are very clearly stated”.

³⁰Traduzido de: “if a set of criteria are used to over time, the ability to discriminate between good and bad evaluands is likely to diminish”.

Para entender o que está acontecendo, é necessário mudar o modo como são interpretados os critérios. Para Dahler-Larsen,

A chave para entender esse processo não são as intenções por de trás da auto-lógica desse processo. Independentemente dessas mudanças serem ou não intencionais, ou inventadas pelo caminho, elas são verdadeiras construções sociais com consequências reais (DAHLER-LARSEN, 2011, p.216-217)³¹.

Por exemplo, os indicadores bibliométricos são cada vez mais utilizados para medir a produtividade científica. Acredita-se que o crescimento do seu uso seja resultado de pressões por legitimação e de descrença na revisão por pares. Essa mudança está baseada em duas prerrogativas equivocadas: a primeira, que considera que os indicadores bibliométricos são sempre confiáveis e, a segunda, que os considera independentes do processo de revisão por pares. Porém, a maior parte dos indicadores bibliométricos considerados sérios diferenciam as publicações que recebem revisão por pares daquelas que não as recebem (DAHLER-LARSEN, 2011, p.217-218). Portanto, um não substitui o outro, e é possível que ambos se completem. Logo, “não podemos mais aceitar a afirmação de que um critério de avaliação é puramente uma questão técnica em um mundo estável” (DAHLER-LARSEN, 2011, p.218)³².

Um aspecto a ser considerado na avaliação refere-se ao debate entre métodos qualitativos e quantitativos. De um lado, os avaliadores que utilizam métodos qualitativos argumentam que estes ajudam a resolver a questão da falta de utilização dos resultados da avaliação. Palavras, e não somente números, facilitam a compreensão do processo. Por outro lado, os avaliadores que utilizam métodos quantitativos acreditam que o problema não é o método, mas que faltam pesquisas rigorosas sobre o uso dos resultados da avaliação resultante desses métodos. Talvez o problema não esteja na escolha dos métodos, mas em quanto a comunidade avaliada está acostumada a eles:

O fato de que duas metodologias contrastantes ofereçam-se para resolver o mesmo problema sugere que o problema do impacto da avaliação está não nos aspectos técnicos das metodologias mas na legitimidade que lhe é outorgada. Numa dada situação, a credibilidade de qualquer método é uma construção

³¹Traduzido de: “The key to understanding this process is not the intentions behind the self-logic of that process. Regardless of whether these changes are intended or unintended, or invented along the way, they are real social constructions with real consequences”

³²Traduzido de: “We can no longer accept a claim that an evaluation criterion is a purely technical matter in a stable world”.

social que depende das características organizacionais e institucionais bem como da configuração específica das partes interessadas, com todos seus títulos institucionais (WEISS, 1984 apud DAHLER-LARSEN, 2011, p.84-85)³³.

Além dos critérios, deve ser dada atenção também ao desenho da avaliação, para que este seja institucionalmente determinado. O momento da avaliação deve ser considerado, especialmente no caso de avaliações que são repetitivas. Por exemplo, quando é pedido para que estudantes avaliem o ensino, os resultados irão variar se o formulário de avaliação for aplicado antes ou após os exames finais (DAHLER-LARSEN, 2011, p.83).

Outra questão relativa ao momento da avaliação é que ele pode ser indicativo do *status* das pessoas avaliadas: “Há uma tendência para que pessoas com *status* mais baixo sejam avaliadas em intervalos mais curtos de tempo, (...) enquanto que pessoas com *status* alto sejam avaliadas apenas raramente ou nunca” (DAHLER-LARSEN, 2011, p.83)³⁴. Sobre isso, é possível ver que o próprio Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020 – já sugere que os programas de pós-graduação de cursos de excelência, aqueles que recebem as notas mais altas (6 ou 7 no caso da avaliação da CAPES), sejam avaliados em um prazo de tempo maior que o de três anos utilizado de forma geral (BRASIL, 2010, p.130-131).

De todo modo, é preciso prestar atenção à validade e abrangência dos critérios. Dahler-Larsen faz um depoimento pessoal:

Durante meus primeiros anos como professor universitário, os objetivos mais altos eram aqueles relacionados a atingir publicações internacionais. Então, vieram alguns anos com um foco político na qualidade do ensino, o qual parecia ter sido esquecido. Sistemas para avaliação do ensino foram instalados. Após alguns anos, a interação entre a universidade com o mundo ao redor era a questão principal; deveríamos documentar bolsas externas, interações com jornalistas, e a disseminação dos nossos resultados de pesquisa com o público. Recentemente, um novo sistema de indicadores para publicações está sendo implantado. Assim, houve uma atenção sequencial a objetivos ligados a

³³Traduzido de: “The fact that two contrasting methodologies offer to solve the same problem suggests that the problem of evaluation impact lies not in methodological technicalities but in the legitimacy with which it is bestowed. In a given situation, the credibility of any method is a social construction that depends on the organizational and institutional setting as well as the specific configuration of stakeholders all with their own institutional bonds (Weiss 1984)”.

³⁴Traduzido de: “There is a tendency for people with low status to be evaluated with short time intervals, (...) whereas people with high status are evaluated only rarely or not at all”

diferentes partes do catálogo geral de valores de uma universidade. É uma boa coisa eu não ter colocado toda minha energia em nenhum dos objetivos que foram institucionalmente salientados em um dado momento. O intervalo de tempo de um objetivo particular é bem mais curto que o intervalo de tempo de toda a minha vida na universidade. Hoje, o ministro de pesquisa mais perturbador e suas ideias se foram, mas eu ainda sou um professor universitário (DAHLER-LARSEN, 2011, p.72)³⁵.

Finalmente, é preciso avaliar a própria avaliação. Algumas questões são sugeridas:

- Existe descrição clara do programa? Se não, os recursos são melhor gastos no esclarecimento do programa do que na avaliação de um programa propriamente dito;
- O programa está realmente bem implementado? Se uma avaliação preliminar já revela que não, pode ser mais sábio melhorar a implementação do programa antes de avaliá-lo. A habilidade de desenhar conclusões claras sobre o impacto de um programa melhora dramaticamente se os problemas de implementação são listados de forma que os riscos de falha dos programas sejam reduzidos;
- Existe uma boa teoria do programa? Se não, é melhor esclarecer a lógica do programa e talvez melhorá-lo antes de fazer uma avaliação;
- Existem objetivos realistas e bem descritos? Se não, o resultado da avaliação pode ser previsível sem avaliação e os recursos podem ser poupados;
- Os dados relevantes estão ao alcance? Se não, um esforço de avaliação seria incerto, senão impossível.
- As oportunidades de melhorar o programa estão identificadas? Se os usuários pretendidos da avaliação mostram estar relutantes ou serem incapazes de usar os resultados, não há sentido em começar uma avaliação (DAHLER-LARSEN, 2011, p.109-110).

³⁵Traduzido de: “During my early years as university lecturer, the highest goals were those connected to achieving international publications. Then came some years with a political focus on the quality of teaching, which seemed to have been forgotten. Systems of evaluating teaching were installed. After some years, the interaction between the university in the surrounding world was a major issue; we should document external grants, interaction with journalists, and dissemination of our research results to the public. In recent years, a new indicator system for publications is being implemented. Thus there has been sequential attention to goals attached to different parts of the overall value catalogue of a university. It is a good thing that I have not put all my energy in any of the goals that were institutionally highlighted at a given time. The time span of a particular goal is much shorter than the time span of my whole life at the university. Today, the most troublesome minister of research and his ideas are gone, but I am still a university professor”.

“Na nossa sociedade, a pressão para *fazer* avaliação é mais forte do que a pressão para *fazer boa* avaliação” (DAHLER-LARSEN, 2011, p.227)³⁶. Avaliar a avaliação é muito importante, pois ela deve ser clara para não decepcionar os envolvidos e não desestimulá-los.

Um fenômeno fortemente associado à avaliação, muitas vezes como o resultado dessa ação, são os *rankings* para a classificação de instituições, que será exposto a seguir.

3.3 Rankings³⁷

Os *Rankings* de instituições de ensino e pesquisa são uma manifestação daquilo que DAHLER-LARSEN considera um sintoma da sociedade contemporânea. O alto crescimento da divulgação de *rankings* afeta as instituições, particularmente porque são repercutidos pelos órgãos de imprensa para diversos fins.

O assunto é recorrente na imprensa brasileira. Um exemplo disso: foi feito um levantamento breve, de 16 de setembro a 17 de dezembro (cerca de 3 meses) em jornais e revistas brasileiros (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Correio Braziliense, Zero Hora, O Globo, Carta Capital, e Veja), utilizando na busca simples os termos ‘*Ranking*’ e ‘universidade’, simultaneamente. Foram alcançados 31 resultados, como pode ser visto na lista a seguir.

1. FERNANDES, Leticia; TINOCO, Dandara. Acesso de jovens de baixa renda a universidades públicas no país é 4 vezes maior que em 2004. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 dez, 2004. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/acesso-de-jovens-de-baixa-renda->

³⁶Traduzido de: “In our society, the pressure to *do* evaluation is stronger than the pressure to *do good* evaluation”.

³⁷Parte desta seção em base no trabalho apresentado pela autora, orientadora, coorientador holandês e colaboradores no XV ENANCIB: VOGEL, Michely; MILANEZ, Douglas; NOIJONS, Ed; KOBASHI, Nair; FARIA, Leandro. Como ler um *ranking*: a proposta do Brazilian Research *Ranking*. In: XV ENANCIB. *Anais*. Belo Horizonte, 2014. Disponível em:
<<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt7>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

- universidades-publicas-no-pais-4-vezes-maior-que-em-2004-14851674>.
Acesso em: 19 dez. 2014.
2. USP sobe 17 posições em *ranking* mundial de empregabilidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 dez. 2014. Disponível em:
<<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,usp-sobe-17-posicoes-em-ranking-mundial-de-empregabilidade,1604415>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 3. DIAS, Guilherme Soares. Conheça os três MBAs brasileiros listados entre os melhores do mundo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 dez. 2014. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,conheca-os-tres-mbas-brasileiros-listados-entre-os-melhores-do-mundo,1589041>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 4. Aos olhos do mercado, Brasil tem apenas uma universidade entre as melhores do mundo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 dez. 2004. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/aos-olhos-do-mercado-brasil-tem- apenas-uma-universidade-entre-as-melhores-do-mundo-14765766>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 5. VIEIRA, Leonardo. Universidades brasileiras sofrem para aparecerem em *rankings* internacionais. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 dez. 2004. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/universidades-brasileiras-sofrem-para-aparecerem-em-rankings-internacionais-14761032>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 6. USP é a 10ª melhor universidade entre os países do Brics. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 dez. 2014. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/12/1557628-usp-e-a-10-melhor-universidade-dos-paises-do-brics.shtml>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 7. BIBIANO, Bianca. USP aparece entre as top 10 de países emergentes. *Veja*, São Paulo, 4 dez. 2014. Disponível em:
<<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/usp-aparece-entre-as-top-10-de-paises-emergentes>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 8. TOLEDO, Luiz Fernando. 'Chave para sucesso é autonomia', diz editor de *ranking* universitário. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 dez. 2014. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,chave-para-sucesso-e->

- autonomia-diz-editor-de-ranking-universitario,1601730>. Acesso em: 19 dez. 2014.
9. VIEIRA, LEONARDO. USP fica entre as 10 melhores do mundo emergente, mas Brasil permanece estagnado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 dez. 2004. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/usp-fica-entre-as-10-melhores-do-mundo-emergente-mas-brasil-permanece-estagnado-14729135>>. Acesso em: 14 dez. 2014.
 10. GALO, Igor. Diversidade, um valor cada vez mais importante nas Universidades. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 dez. 2004. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/educacao-la-fora/posts/2014/12/01/diversidade-um-valor-cada-vez-mais-importante-nas-universidades-555930.asp>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 11. TAKAHASHI, Fábio. Sala de aula na faculdade deve ter clima de pré-escola, diz presidente da Olin College. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/11/1555200-sala-de-aula-na-faculdade-deve-ter-clima-de-pre-escola.shtml>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 12. MARCONDES, Jorge. Universidade, mérito e conservadorismo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 nov. 2004. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniaio/universidade-merito-conservadorismo-14671873>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 13. TISSENBAUM, Andrea. *Rankings* - As melhores Universidades do mundo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 nov. 2014. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-da-tissen/rankings-as-melhores-universidades-do-mundo-2/>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 14. *Ranking* de 200 melhores escolas de MBA do mundo tem só uma brasileira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2014. Disponível em: <<http://classificados.folha.uol.com.br/empregos/2014/11/1550477-ranking-de-200-melhores-escolas-de-mba-do-mundo-tem-so-uma-brasileira.shtml>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 15. ALVES, Gabriel. Gasto brasileiro com ciência é muito pouco eficiente, diz 'Nature'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2014. Disponível em:

- <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2014/11/1549183-gasto-brasileiro-com-ciencia-e-muito-pouco-eficiente-diz-nature.shtml>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
16. USP é a 77ª melhor universidade do mundo em novo *ranking* americano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 nov. 2014. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/11/1544854-usp-e-a-77-melhor-do-mundo-em-novo-ranking-americano.shtml>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 17. LOBO, Roberto. USP fica na 77ª posição no *ranking* US News and World Report. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 nov. 2014. Disponível em:
<<http://educacao.estadao.com.br/blogs/roberto-lobo/usp-fica-na-77a-posicao-no-ranking-us-news-and-world-report/>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 18. Universidades: instituições procuram inovação constante, sem perder tradição. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 out. 2004. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/economia/universidades-instituicoes-procuram-inovacao-constante-sem-perder-tradicao-14297148>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 19. Brasil tem três programas de MBA executivo no *ranking* do Financial Times. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 out. 2004. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/economia/emprego/brasil-tem-tres-programas-de-mba-executivo-no-ranking-do-financial-times-14338951>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 20. Procon divulga *ranking* de universidades campeãs de reclamação em 2014. *Veja*, São Paulo, 20 out. 2014. Disponível em:
<<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/usp-aparece-entre-as-top-10-de-paises-emergentes>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 21. FRAGA, Érica. Analistas cobram controle de qualidade no Fies e ProUni. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 out. 2014. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/10/1527384-analistas-cobram-controle-de-qualidade-no-fies-e-prouni.shtml>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
 22. USP melhora, mas Brasil continua sem faculdades entre as 200 melhores. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 out. 2014. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/10/1525582-usp-melhora-mas-brasil-continua-sem-faculdades-entre-as-200-melhores.shtml>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

23. SANTOS, Bárbara Ferreira. USP sobe de posição, mas País ainda não tem universidades entre as 200 melhores do mundo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 out. 2014. Disponível em:
<<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,usp-sobe-de-posicao-mas-pais-ainda-nao-tem-universidades-entre-as-200-melhores-do-mundo,1569190>>.
Acesso em: 19 dez. 2014.
24. TESSLER, Leandro. Análise: Precisamos de mais universidades no *ranking* do THE. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 out. 2014. Disponível em:
<<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,analise-precisamos-de-mais-universidades-no-ranking-do-the,1569182>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
25. BIBIANO, Bianca. USP avança em *ranking*, mas segue fora do grupo de elite. *Veja*, São Paulo, 1 out. 2014. Disponível em:
<<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/usp-avanca-em-ranking-mas-segue-fora-do-grupo-de-elite>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
26. PAIVA, Thais. O topo é deles. *Carta Capital*, São Paulo, ed. 90, set. 2014. Disponível em: <<http://www.cartanaescola.com.br/single/show/418>>. Acesso em 19 dez. 2014.
27. VIEIRA, Leonardo; VANINI, Eduardo. Brasil não tem universidades entre as 200 melhores do mundo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 set. 2004. Disponível em:
<<http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2014/09/brasil-nao-tem-universidades-entre-200-melhores-do-mundo.html>>. Acesso em: 14 dez. 2014.
28. RIGHETTI, Sabine. Unicamp é 15ª melhor universidade 'jovem' do mundo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2014. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/10/1525582-usp-melhora-mas-brasil-continua-sem-faculdades-entre-as-200-melhores.shtml>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
29. Unicamp fica entre as 15 primeiras em *ranking* de instituições jovens. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2014. Disponível em:
<<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,unicamp-fica-entre-as-15-primeiras-em-ranking-de-instituicoes-jovens,1564887>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
30. Mesmo subindo em *rankings*, universidades latinas atraem poucos estrangeiros. *Carta Capital*, São Paulo, 17 set. 2014. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/educacao/mesmo-subindo-em-rankings-universidades-latinas-atraem-poucos-estrangeiros-9313.html>>. Acesso em 19 dez. 2014.

31. Brasil tem 22 universidades entre as melhores do mundo, segundo *ranking*.

Correio Braziliense, Brasília, 16 set. 2014. Disponível em:

<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/09/16/interna_brasil,447272/brasil-tem-22-universidades-entre-as-melhores-do-mundo-segundo-ranking.shtml>. Acesso em: 19 dez. 2014.

Trata-se de uma pequena amostra, a título de exemplo. Guardadas as devidas proporções, é como se uma notícia ou reportagem sobre *rankings* fosse publicada a cada três dias na imprensa nacional. Entre os *rankings* apresentados nas reportagens, há destaque para THE: Times Higher Education World University Rankings, QS: Quacquarelli Symonds Ltd; SCImago Institutions Rankings; Academic Ranking of World Universities (ARWU); RUF: Ranking Universitário Folha, Webometrics, e CWTS Leiden Ranking. O Times Higher Education World University Rankings (THE) é provavelmente um dos mais populares. Esse *ranking* mede o desempenho global das universidades, considerando: ensino, pesquisa, transferência de conhecimento e internacionalização. O THE utiliza treze indicadores, divididos em cinco áreas: (1) ensino: o ambiente de aprendizagem; (2) pesquisa: volume, renda, e reputação, (3) citações: a influência da pesquisa; (4) verba advinda de indústria: inovação; (5) internacionalização: colaboradores, alunos e pesquisa. Não são consideradas, no THE, universidades que não oferecem cursos de graduação, ou que ofereçam ensino em apenas um tema, ou ainda aquelas cujo produto de pesquisa seja menor do que mil artigos entre 2007 a 2011 (o equivalente a 200 por ano) para o período 2013-2014. Os dados vêm da base de dados Web of Science e também das próprias universidades. O resultado é um *ranking* com as 400 universidades mais bem colocadas (TIMES HIGHER EDUCATION WORLD UNIVERSITY RANKINGS, s.d.).

O ranking QS ou Quacquarelli Symonds Ltd, com sede em Londres, é atualizado anualmente e oferece uma visão geral das universidades de acordo com os seguintes critérios: (1) reputação acadêmica, (2) reputação como local de trabalho, (3) corpo discente, (4) corpo docente internacional, (5) alunos internacionais, (6) citações por

corpo docente. São consideradas mais de 2000 universidades do mundo, das quais mais de 700 são avaliadas, sendo apresentadas em sua página as 400 melhores. É possível criar cenários por corpo docente, áreas, regiões, BRICS e melhores cidades para se estudar. Seus dados vêm de diversos *rankings* internacionais e nacionais (o ‘provão’³⁸, no caso do Brasil, por exemplo). Desde 2013 são considerados os indicadores sobre produção científica, tomando como base dados extraídos da base de dados Scopus (QS TOP UNIVERSITIES, s.d.).

O espanhol SCImago Institutions Rankings foi lançado em 2009. Apresenta, anualmente, um *ranking* de instituições que tenham ao menos 100 artigos/ano indexados na base de dados Scopus, em períodos base de cinco anos. O objetivo do *ranking* é “caracterizar os produtos de pesquisa das organizações a fim de oferecer informação cientométrica útil para instituições, formadores de políticas e gerentes de pesquisa para que eles possam analisar, avaliar e melhorar seus resultados de pesquisa” (SCIMAGO RESEARCH GROUP, 2014, p.1). O *ranking* traz informações de mais de 2.500 instituições de pesquisa, sempre considerando os cinco anos anteriores.

O Academic Ranking of World Universities (ARWU) foi criado em 2003 pelo Center for World-Class Universities da Universidade Shanghai Jiao Tong e se baseia nos seguintes indicadores: (1) número de alunos e colaboradores indicados a prêmios Nobel e medalhas por campo de conhecimento, (2) número de pesquisas altamente citadas selecionadas pela Thomson Scientific, (3) número de artigos publicados nos periódicos Science e Nature, (4) número de artigos indexados no Science Citation Index – Expanded e no Social Sciences Citations Index, e (5) performance per capita, de acordo com o tamanho da instituição. O ARWU avalia atualmente mais de mil universidades

³⁸ De acordo com o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o provão, ou Exame Nacional de Cursos é um exame aplicado aos formandos, com o objetivo de avaliar os cursos de graduação da Educação Superior, sobretudo os resultados do processo de ensino-aprendizagem. Em 2007 foi substituído pelo ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), que mede o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação. FONTE: INEP. *Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade>> Acesso em: 20 jan. 2015.

do mundo, apresentando as 500 melhores na sua página na internet. Este *ranking* é atualizado anualmente (ACADEMIC RANKING OF WORLD UNIVERSITIES, s.d.).

Desenvolvido pelo jornal Folha de São Paulo e atualizado anualmente, o Ranking Universitário da Folha (RUF) analisa cinco dimensões de 192 universidades brasileiras: (1) Ensino: avaliado por meio de entrevistas com amostra de professores, quantidade de professores com doutorado, quantidade de professores com dedicação integral e nota no ENADE (Exame Nacional de Desempenho de estudantes); (2) Internacionalização: avaliado pelo número citações presentes em periódicos internacionais, coautoria internacional e docentes estrangeiros; (3) Inovação: pelos pedidos de patentes depositados pelas instituições; (4) Inserção no mercado de trabalho: avaliado por meio de pesquisa amostral de responsáveis por departamentos de recursos humanos de diversas empresas; (5) Pesquisa: avaliada por meio da produção científica, das citações desses trabalhos, da proporção de citação por publicação, das publicações por docente, das citações por docente, das publicações em revistas científicas nacionais e dos recursos captados em agências de fomento. O objetivo é medir a qualidade das Instituições de Ensino Superior brasileiras (FOLHA DE S. PAULO, 2013). Uma diferença em relação aos demais *rankings* é a preocupação com a inserção no mercado de trabalho.

Produzido pelo Centro de Estudos em Ciência e Tecnologia (CWTS) da Universidade de Leiden, Holanda, o CWTS Leiden Ranking (LR), atualizado anualmente, analisa as 750 universidades do mundo com maior produção em periódicos científicos internacionais, durante quatro anos (para 2014, olha-se o período 2009-2012). Tem como fonte as publicações indexadas na base de dados Web of Science. Organiza as publicações conforme áreas do conhecimento, obtidas pelo agrupamento das próprias publicações por citação direta, baseando-se em metodologia pré-estabelecida (WALTMAN; VAN ECK, 2012). Na coleta de dados, o LR tenta identificar as similaridades e diferenças entre as universidades, na forma como estão organizadas nos países de origem – por exemplo, comparar universidades federais entre si e públicas entre si e também comparar universidades públicas e privadas. Analisa também as hierarquias organizacionais entre universidades e institutos de pesquisa, classificando-os

como Componentes, Grupos e Afiliações. Há também uma diferenciação para hospitais universitários.

Esse *ranking*, que contempla sete áreas do conhecimento, utiliza os seguintes critérios:

1) Indicadores de impacto, que inclui o indicador pontuação média de citação, pontuação média de citação normalizada, que se baseia na contagem normalizada de publicações de uma organização, em determinada área, e ainda a proporção de publicações de uma organização que, em comparação com outras publicações do mesmo campo, pertencem ao conjunto das mais citadas; 2) Indicadores de colaboração, considerando a proporção de publicações colaborativas interinstitucionais, proporção de publicações com colaboração internacional, proporção de publicações em colaboração com a indústria, proporção de publicações colaborativas de curta distância, e proporção de publicações colaborativas de longa distância. Há filtros por área de conhecimento, região, país, contagem mínima de publicações, contagem fracionária do indicador e contagem independentemente do tamanho da organização (CWTS LEIDEN RANKING, 2014).

O Ranking Web of Universities, ou Webometrics, foi criado em 2004 pelo Cybermetrics Lab do Conselho Nacional de Pesquisa da Espanha. Seu objetivo é aumentar a presença acadêmica das instituições espanholas na internet por meio da promoção de iniciativas de Acesso Aberto (*Open Access*) e aumentar a transferência de conhecimento científico e cultural gerados nas universidades. O indicador utilizado é o $aL + bW$, onde “L” são os links normalizados, “W”, as páginas da internet normalizadas, e “a” e “b” são pesos. Esse indicador é composto pela visibilidade como critério de impacto. Também considera a presença, abertura e excelência como critérios de atividade, considerando o tamanho das instituições como forma de normalização dos dados. O Webometrics é atualizado duas vezes por ano (RANKING WEB OF UNIVERSITIES, s.d.).

Existem ainda outros *rankings* produzidos por jornais e revistas, tais como o inglês Financial Times e os norte-americanos US News e Nature, ou ainda *rankings* produzidos para fins específicos, como os do IBGE e do PROCON. Como pode ser visto a seguir, é importante conhecer os objetivos e critérios utilizados por cada *ranking*, a fim de evitar equívocos na interpretação dos dados publicados.

3.3.1 Conceito e Características dos *rankings*

Os *rankings* são classificações que organizam elementos de um conjunto segundo algum critério pré-estabelecido (CLAPHAM; NICHOLSON, 2013). No caso de *rankings* universitários ou de instituições de pesquisa, o objetivo é avaliar a qualidade das instituições sobre aspectos relativos ao ensino, à pesquisa e às atividades de extensão, conforme critérios pré-estabelecidos.

A divulgação da reputação e da visibilidade das organizações é uma das funções dos *rankings*. Para as agências de fomento e outros patrocinadores de pesquisas científicas, estes servem como ferramentas para a tomada de decisão sobre onde e quanto investir; para um pesquisador, eles podem ser utilizados, dentre outras finalidades, como ferramenta para selecionar centros de excelência para estabelecer parcerias.

O crescente interesse e popularização dos *rankings* sobre o desempenho de instituições de ensino superior pode ser atribuído à internacionalização dessas instituições, à competição entre elas para atrair estudantes de diversas partes do planeta e, ao mesmo tempo, para garantir a obtenção de recursos para financiar suas atividades. (AGUILLO et al., 2010; BILLAUT; BOUYSSOU; VINCKE, 2009; BUELA-CASAL et al., 2007; DE FILIPPO et al., 2012; DILL; SOO, 2005; FERNANDES e NUNES, 2011; WALTMAN et al., 2012).

Os *rankings* não são iguais. Cada um faz sua classificação de acordo com objetivos específicos e critérios também específicos. Por isso, antes de usar um *ranking*, é preciso identificar os objetivos com que foram elaborados. Além disso, é importante considerar os interesses político-econômicos de quem os elabora e os utiliza (AGUILLO et al., 2010; FERNANDES; NUNES, 2011; BUELA-CASAL et al, 2007; DILL; SOO, 2005).

A European University Association (apud FERNANDES; NUNES, 2011, p.5) propôs uma taxonomia que tem como fio condutor justamente os objetivos dos *rankings*:

- *Rankings* acadêmicos, cujo objetivo principal é produzir tabelas classificatórias das universidades;
- *Rankings* que se concentram somente no desempenho da pesquisa (com ou sem tabelas classificatórias);

- *Multirankings* que usam uma série de indicadores sem a intenção de produzir tabelas classificatórias;
- *Web rankings*, que analisam a inserção das instituições na internet.

A tipologia dos *rankings* varia conforme os indicadores adotados na sua construção. Os *rankings* multidimensionais, tais como ARWU, THE, QS e RUF envolvem os aspectos de ensino, pesquisa, inovação, atuação no mercado, etc. das instituições avaliadas. Há também *rankings* que avaliam aspectos mais específicos, como o desempenho científico (no caso, por exemplo, do LR), e *rankings* voltados para a visibilidade do conteúdo da organização na *web*, como por exemplo, o Webometrics.

Os *rankings* não são neutros e representam contextos específicos. Um olhar crítico se faz necessário a pelo menos cinco de seus aspectos: a abrangência dos *rankings*, pois não existe uma base universal que contenha dados completos de todas as instituições (AGUILLO et al., 2010; FERNANDES; NUNES, 2011; BUELA-CASAL et al., 2007; DILL; SOO, 2005); a variação dos pesos aplicados nos *rankings*, que pode estar associada aos interesses socioeconômicos das instituições promotoras dos *rankings* (AGUILLO et al., 2010) ou à dificuldade em estabelecer um peso ideal para cada indicador (AGUILLO et al., 2010; FERNANDES; NUNES, 2011; BUELA-CASAL et al., 2007; DILL; SOO, 2005); ao que é medido pelo *ranking*, confrontado com a missão da universidade e a influência dos idiomas (FERNANDES; NUNES, 2011); e, ainda, o tamanho das universidades, já que aquelas de maior porte tendem a ter um número de publicações científicas superior ao das universidades menores (FERNANDES; NUNES, 2011), o que justifica a adoção do critério de proporcionalidade dos indicadores, em conformidade com o tamanho da instituição.

Os *rankings* são feitos a partir de avaliações, e novas avaliações podem ser feitas a partir dos resultados neles apresentados. É preciso lembrar que os dados divulgados não abrangem a organização como um todo, refletindo somente os aspectos medidos pelo *ranking*. É imperativo, desse modo, conhecer a metodologia adotada e os objetivos subjacentes aos *rankings* para entender o que os dados significam. É também importante lembrar que os principais *rankings* internacionais que classificam universidades e institutos de pesquisa baseiam suas análises em produção científica publicada em periódicos científicos indexados em renomadas bases de dados como, por exemplo,

Web of Science e Scopus. Assim, uma boa instituição de pesquisa, de acordo com esses *rankings*, é aquela que publica muito, com regularidade, em periódicos presentes nessas bases. No entanto, os critérios de seleção de indexação de periódicos pelas bases de dados não são neutros, reforçando a necessidade de interpretação cuidadosa desses dados.

Como lembra Bourdieu, as disputas no campo científico fazem com que seus membros adaptem-se às regras do jogo. A interpretação dos *rankings* também faz parte desse jogo. A avaliação das instituições de ensino e pesquisa, de forma geral, e a avaliação da pós-graduação, em particular, são parte dessas disputas por distinção e poder, que repercutem na vida das instituições. É sob essa ótica que a pós-graduação no Brasil será analisada, com especial atenção nas questões relativas aos critérios de avaliação utilizados pela CAPES.

4 AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Neste capítulo são apresentados dados sobre a pós-graduação brasileira, com foco no processo de avaliação. Nessa perspectiva, apresenta-se um breve histórico da criação e desenvolvimento da CAPES, por seu papel de instituição balizadora da qualidade da pós-graduação brasileira e as recomendações mais recentes apontadas no Plano Nacional da Pós-Graduação, o PNPG 2011-2020. Em seguida, é apresentado o modelo atual de avaliação, o Qualis, e os critérios da avaliação. Por se tratar de análise e discussão da avaliação de programas de pós-graduação brasileiros, não serão apresentados dados sobre os mecanismos de avaliação adotados fora do Brasil.

4.1 A CAPES e o processo de avaliação da Pós-Graduação Brasileira

“Uma vitrine do ensino superior brasileiro”. Essas são as palavras de Eunice Durham em seu depoimento para o livro *CAPES, 50 anos* (2002, p. 122). No mesmo trabalho, concordam com essa opinião todos os diretores que passaram pela instituição, bem como diversos autores de trabalhos que observam e analisam seu papel no desenvolvimento da pós-graduação brasileira. Dizer que um curso de mestrado ou doutorado é recomendado pela CAPES é um selo de qualidade altamente popular e reconhecido pela sociedade brasileira, e muitas universidades públicas, privadas, confessionais e comunitárias utilizam esse selo para comprovar qualidade, como exemplificado nas próximas figuras (Figuras 1 a 10):

Stricto Sensu: Mestrado em Administração

CONHEÇA O PROGRAMA
[Home](#)
[Apresentação](#)
[Área de Concentração](#)
[Linhas de Pesquisa](#)
[Grade Curricular](#)
[Corpo Docente](#)
[Estrutura de Pesquisa](#)
[Parcerias](#)
[Regulamento](#)

PROCESSO SELETIVO
[Informações Gerais](#)
[Perfil do Candidato](#)
[Edital de Seleção](#)
[Inscrição On-line](#)
[Acompanhamento e Matrícula](#)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
[Investimento e Bolsas de Estudo](#)
[Período FMU](#)
[Mestrados FMU](#)
[Fale Conosco](#)

Bem-vindo
 Recomendado em 2013 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA da FMU, e Área de Concentração em ORGANIZAÇÕES INOVADORAS, vem a suprir uma importante demanda no ambiente acadêmico paulista e nacional.

Estude na FMU
 Mestrado em Administração
Campus Liberdade
 Avenida da Liberdade, 899
Início: Março/2015
 Saiba mais: [clique aqui](#).

MENSALIDADE
 R\$ 1.490,00
 Vigência inicial semestral com renovação a cada seis meses. Valores válidos para pagamento até o dia 5 de cada mês.

Mais FMU

Figura 1 - Página da pós-graduação Stricto Sensu do Complexo Educacional FMU, de São Paulo. Disponível em <http://www.portal.fmu.br/mestrado/ppga/?_ga=1.212072404.1957350934.1414196882> Acesso em: 24 out. 2014.

UNIP
 UNIVERSIDADE PAULISTA

0800 010 9000 Unidades Central do Aluno

Universidade Ensino Pesquisas Serviços Comunicação Vestibular

Você está em: Universidade Paulista / Pós-Graduação / Programas de Mestrado e Doutorado

Programas de Mestrado e Doutorado
 A UNIP possui Programas de Mestrado e Doutorado recomendados pela CAPES nas áreas da saúde, das ciências exatas e humanas.

Esses Programas objetivam o desenvolvimento de estudos aplicados, a realização de pesquisas e a produção de conhecimentos que concorram para o avanço científico e para a melhoria da qualidade de vida no País e no mundo.

Conheça o Laboratório de Extração, o Laboratório de Biologia Celular e Molecular e o Laboratório de Produção e Meio Ambiente (LaProMA).

Confira os Programas:

- Programa de Mestrado em Administração
- Programa de Pós-Graduação em Comunicação
- Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção
- Programa de Mestrado em Odontologia
- Programa de Pós-Graduação em Patologia Ambiental e Experimental

[Voltar](#) [Topo](#) [Imprimir](#)

© 1999-2014 - Universidade Paulista - Todos os direitos reservados.

Figura 2 - Página da pós-graduação stricto sensu da UNIP, São Paulo. Disponível em: <http://www3.unip.br/ensino/pos_graduacao/strictosensu/index.aspx>. Acesso em: 24 out. 2014.

MENU

- Mestrado
- Área de Concentração
- Linhas de Pesquisa
- Grupos de Pesquisa
- Projetos de Pesquisa
- Estrutura Curricular
- Corpo Docente
- Regulamento
- Processo Seletivo
- Bolsas de Estudo
- Informações Gerais
- Notícias
- Próximas Defesas
- Dissertações
- Interprogramas

Reunião de PPGCOMs

A Cásper sediou o encontro dos Programas de Pós-graduação em Comunicação de São Paulo com mais nove faculdades

Futuro da pesquisa

O **Seminário Caminhos da Pesquisa em Comunicação no Brasil** tratou de diferentes temas de interesse dos pesquisadores da área.

Mestrado em USC

Aluno do programa da **Pós-graduação de Cásper Líbero** vai para Califórnia como bolsista do programa de mestrado da USC.

Mestrado em destaque

O curso de **mestrado em comunicação** da Cásper Líbero recebeu nota 4, de um máximo de 5, na avaliação trienal feita pela Capes.

Figura 3 - Página do Mestrado da Casper Líbero, São Paulo. Disponível em: <<http://casperlbero.edu.br/mestrado/>> Acesso em: 24 out. 2014.

[Eu quero](#) [Dúvidas](#) [Chat](#)

[Estude na Estácio](#) [Graduação](#) [Pós | MBA](#) [Cursos Livres](#) [Cursos Técnicos](#) [Unidades | Polos](#) [Institucional](#)

Cursos > Mestrado e Doutorado > Introdução

Mestrado e Doutorado

[Introdução](#) | [Administração e Desenv. Empresarial](#) | [Direito](#) | [Educação](#) | [Odontologia](#) | [Saúde da Família](#)

A Universidade Estácio de Sá oferece cinco programas de pós-graduação **stricto sensu**, dos quais três oferecem mestrado e doutorado (Direito, Educação e Odontologia) e dois **profissionais** (Administração e Desenvolvimento Empresarial e Saúde da Família). Os programas estão vinculados à Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

ADMINISTRAÇÃO E
DESENV. EMPRESARIAL

DIREITO

CAMPUS VIRTUAL

Estado UF	Instituição Selecione uma Instituição
Matrícula (somente números)	
<input type="text"/>	
ENTRAR	

[não sei ou esqueci minha matrícula.](#)

Reconhecimento de diplomas de universidades do exterior

[:: Resolução nº 30/CONSEPE/2010](#)

[:: Edital 2014 – condições e prazo de recebimento de solicitações](#)

Manual do Aluno de Mestrado e Doutorado

[\(PDF, 69kb\)](#)

[DOWNLOAD DO MANUAL](#)

Diferenciais

Figura 4 - Página do Mestrado e Doutorado da Estácio de Sá. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/cursos/mestrado-e-doutorado/introducao.aspx>> Acesso em: 24 out. 2014

PRPG **UFMG**
PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO

Tel: 55-xx-31-3409-4040
Fax: 55-xx-31-3409-4044

pressione enter... **buscar** **Login**

HOME INSTITUCIONAL CÂMARA SETORES CURSOS BOLSAS NOTÍCIAS FORMULÁRIOS LEGISLAÇÕES CONTATOS

Pós-Graduação

Bem vindo a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFMG.

Programas de pós-graduação qualificados são indicadores seguros da maioridade de uma Instituição Universitária. Evidenciam o investimento na pesquisa e na formação de quadros, requisitos indispensáveis para a consolidação de qualquer uma das áreas de conhecimento. Permitem, ainda, a expansão de grupos de pesquisa com alto valor agregado e a articulação indispensável com o ensino de graduação.

Se a localização acadêmica confere ao campo da pós-graduação uma distância crítica em relação a demandas sociais mais imediatas, também é verdade que a sociedade pode esperar desse campo propostas inovadoras e corajosas decorrentes do compromisso com o conhecimento como fonte de desenvolvimento social. Na pós-graduação, o binômio excelência acadêmica e relevância social, valores pelos quais a atividade da UFMG tem se pautado, encontra as condições mais adequadas de articulação. É justamente a distância crítica propiciada pelos estudos mais avançados que permite o surgimento das soluções mais arrojadas.

Presente na diversidade dos campos de conhecimento, a pós-graduação stricto sensu na UFMG vem alcançando, sucessivamente, patamares sempre mais elevados na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), situando-se entre uma das melhores do Brasil.

Caracterizada por uma distribuição largamente equitativa de seus méritos e com uma crescente irradiação nacional, a pós-graduação na UFMG conta com dispositivos capazes de assegurar uma sólida formação especializada e, ao mesmo tempo, com mecanismos que facilitam uma constante adaptação às mudanças exigidas pelo avanço do conhecimento. A diversidade na concepção dos programas, em um arco que inclui desde programas mais ortodoxamente disciplinares até programas claramente multidisciplinares, está respaldada nos valores da excelência acadêmica e da sensibilidade social, indicadores do compromisso da UFMG com o Ensino Superior Público no Brasil.

Prof. Rodrigo Antônio de Paiva Duarte
Pró-Reitor de Pós-Graduação da UFMG (março/2014 a março/2018)

Figura 5 - Página Pós-graduação da UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prpg/pos-graduacao/> Acesso em: 14 dez. 2014

unesco **nosso curso** central do estudante serviços **pesquisa e extensão** sites do portal documentos contatos

O que você procura?

início / pós / ppgcs / apresentação

Página Inicial do PPGCS

Apresentação

Linhas de Pesquisa

Disciplinas

Orientadores

Laboratórios

Processo Seletivo

Cronograma de Aula

Área Restrita

Documentos

Comissões

Coordenação

Disciplina Isolada

Links Interessantes

Apresentação

O Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS) da Unesc é um grande instrumento articulador da pesquisa biomédica em nosso meio. Pesquisadores de reconhecida capacidade científica coordenam laboratórios onde os alunos de Pós-Graduação desenvolverão seus projetos de pesquisa. Além da sólida fundamentação teórica, nosso programa dá especial ênfase à produção de conhecimento e à consequente formação de pesquisadores.

Recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em novembro de 2004, em nível Mestrado e, em agosto de 2006, em nível Doutorado, o PPGCS está vinculado à Área de Medicina I.

Objetivos

O objetivo do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Unesc é proporcionar uma sólida formação científica e didático-pedagógica aos profissionais da área da saúde, capacitando-os à produção e divulgação do conhecimento científico e à docência nas ciências da saúde. Os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo PPGCS englobam diversas áreas do conhecimento na tentativa de poder formar profissionais com diferentes perfis dentro das Ciências da Saúde.

Os alunos de Pós-Graduação terão uma sólida formação nas linhas de pesquisa oferecidas pelo Programa. Para tanto, nosso quadro docente tem a participação de pesquisadores com diferentes ênfases na grande área das Ciências da Saúde.

Área de concentração

Medicina I

Fique Ligado

Twitter Facebook YouTube

CIÊNCIA UNESC Unesc

CNPq

CAPES

Plataforma Lattes

periodicos

Figura 6 - Página do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da UNESC. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/capa/index/79/3216> Acesso em: 14 dez. 2014

Programa de Pós-Graduação em Medicina (Obstetrícia)

Níveis: Doutorado / Mestrado Acadêmico

Código CAPES: 33009015013P9

span Conceito CAPES:

Período	Conceito	Portaria	Data D.O.U.
2010/2011/2012	5		
2007/2008/2009	4	MEC 1.077/2012, 31/08/2012	13/09/2012
2004/2005/2006	4	MEC 524/2008, 29/04/2008	30/04/2008
2001/2002/2003	5	MEC 2.878/2005, 24/08/2005	26/08/2005
1998/1999/2000	4	MEC 2.530/2002, 04/09/2002	06/09/2002
1996/1997	4	MEC 132/1999, 02/02/1999	03/02/1999
1994/1995	A	MEC 490/1997, 27/03/1997	31/03/1997
1992/1993	A	MEC 1.461/1995, 29/11/1995	11/12/1995
1990/1991	A		

Coordenador(a): Prof(a). Dr(a). Nelson Sato

Secretários(as): Rosi

Telefone(s): 5571-0761 / 5081-7279

Usuários Unifesp:: Faça login para visualizar o conteúdo diferenciado.

Nome de Usuário

Senha

☐ Lembrar-me

Entrar

1.186
Orientadores
Credenciados

Figura 7 - Página do Programa de Pós-Graduação em Medicina (Obstetrícia) da UNIFESP. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/propgpq/index.php/pos-graduacao/stricto-sensu/cursos?codCAPES=33009015013P9>> Acesso em: 14 dez. 2014.

PÓS-GRADUAÇÃO

Mestrado

Doutorado

Especialização

Downloads

[Material Informativo da Pós-Graduação](#)

PUCRS MELHOR
UNIVERSIDADE PRIVADA DO BRASIL

Pós-graduação

Com mais de 40 anos de história, a pós-graduação da PUCRS é exemplo bem sucedido de excelência e tradição no ensino superior brasileiro. Desde 1969, ano da criação dos dois primeiros cursos em nível de mestrado, a constante evolução e atualização dos programas tem sido fator determinante para a manutenção dos altos níveis de qualidade obtidos.

Oferecendo as condições necessárias para o desenvolvimento da [pesquisa](#) e do ensino, a PUCRS vem fazendo, ao longo de sua [história](#), investimentos expressivos nos programas de pós-graduação. A criação de laboratórios nas diversas áreas impulsionou o ensino e o engajamento dos docentes e discentes, elevando a produção científica e o nível de formação acadêmica e profissional na Universidade a patamares superiores. Um dos resultados desse empenho foi o reconhecimento que a Universidade tem obtido com a melhor avaliação do conjunto de programas de pós-graduação entre as universidades privadas da região Sul do Brasil, de acordo com a [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior \(CAPES\)](#) (5).

Os 45 cursos de Mestrado e Doutorado, cobrindo todas as grandes áreas do conhecimento, proporcionam aos alunos a vivência em projetos de pesquisa, preparando-os para o futuro. São oferecidos 24 [cursos de mestrado](#) e 21 [cursos de doutorado](#). Os diferentes programas contam com laboratórios e centros de pesquisa que integram discentes e pesquisadores.

Mestrado e Doutorado PUCRS

Figura 8 - Página da Pós-Graduação da PUC do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/portal/?p=pos-graduacao>> Acesso em: 14 dez. 2014

FACULDADE DE ECONOMIA						
Curso	Nível	Email	Telefone	Conceito Capes	Edital	Ações
ECONOMIA	DOUTORADO	economia@vm.uff.br	(21)2629-9699	5		Avise-me
ECONOMIA	MESTRADO ACADÊMICO	economia@vm.uff.br	(21)2629-9735	5		Avise-me
FACULDADE DE EDUCAÇÃO						
Curso	Nível	Email	Telefone	Conceito Capes	Edital	Ações
EDUCAÇÃO	DOUTORADO	poseduc@vm.uff.br	(21)2629-2664	6		Avise-me
EDUCAÇÃO	MESTRADO ACADÊMICO	poseduc@vm.uff.br	(21)2629-2664	6		Avise-me
FACULDADE DE FARMÁCIA						
Curso	Nível	Email	Telefone	Conceito Capes	Edital	Ações
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	MESTRADO PROFISSIONAL	gafar@vm.uff.br	(21)2629-9602	3		Avise-me
CIÊNCIAS APLICADAS A PRODUTOS PARA SAÚDE	MESTRADO	pgcaps@vm.uff.br	(21)2629-9561	3		Avise-me

Figura 9 - Página dos Cursos STRICTU SENSU da UFF. Disponível em: <https://sistemas.uff.br/sispos/candidatura/cursos?tipo_curso=2> Acesso em: 14 dez. 2014.

Pós-graduação em Toxinologia - INSTITUTO BUTANTAN

Página Inicial

Últimas Notícias

Disciplinas

Linhas de Pesquisa

Corpo Docente

Produção Científica

Dissertações e Teses

Inscrição e Seleção

Eventos

Formulários e Downloads

Normas e Regulamentos

Links

PÓS - GRADUAÇÃO TOXINOLOGIA

INSTITUTO BUTANTAN

Pós-graduação em Toxinologia - INSTITUTO BUTANTAN

Atenção

Inscrição para o processo seletivo para o 1º semestre de 2015

II Curso de Verão

Conceitos básicos para o estudo de toxinologia **saiba mais**

Contextualização:

A área de Toxinologia compreende os estudos de venenos e toxinas de origem animal, vegetal e microbiana, incluindo o desenvolvimento de fármacos e da biologia dos animais peçonhentos ou venenosos, inseridos em um contexto multidisciplinar. O programa abrange estudos nas áreas de ecologia, fisiologia, morfologia, bioquímica, biofísica, farmacologia, imunologia e biologia celular e molecular voltados à Toxinologia.

Apresentação do Programa:

O Programa de Pós-graduação em Toxinologia, iniciado em 2010, foi aprovado pela CAPES em agosto de 2010, com conceito 5, para níveis de Mestrado Acadêmico e de Doutorado. Este programa de pós-graduação, único no Brasil, visa contribuir para o aprimoramento da pesquisa e do ensino, por meio da formação de recursos humanos de alto nível, com capacitação para o exercício da docência e da

Figura 10 - Página da Pós-graduação em Toxicologia do Instituto Butantan. Disponível em: <<http://www.butantan.gov.br/posgrad/>> Acesso em: 14 dez. 2014.

A CAPES foi criada em 1951, como “Campanha de Nacional Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”, subordinada ao Ministério da Educação e da Cultura, MEC,

com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”³⁹. Anísio Teixeira foi seu primeiro diretor, permanecendo no cargo de 1951 até 1964. Neste último ano, a instituição alterou seu nome para ‘Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior’, denominação mantida até os dias atuais.

Desde que foi fundada, a CAPES procurou criar mecanismos para a promoção de intercâmbios e cooperação entre universidades, principalmente por meio da oferta de bolsas de estudos no Brasil e no exterior. Em 1966, com a implantação dos planos nacionais de desenvolvimento, a instituição ampliou seus objetivos, incluindo: “qualificação do corpo docente e formulação de nova política para a Pós-Graduação” (BRASIL a, s.d.).

Cada vez mais preocupada com o controle e aprimoramento dos cursos, a CAPES passou a fazer avaliações, buscando uma metodologia adequada. Os membros da comunidade acadêmica participam como consultores tanto na avaliação de projetos que solicitam bolsas de estudos quanto nos processos globais de avaliação de programas.

A partir de 1977, essas consultorias assumiram a forma de comissões, e mais tarde foram institucionalizadas, com seus presidentes passando a integrar um conselho técnico científico, com direito inclusive a participação no conselho superior da agência (CAPES, p.22).

Nesse período, e com a colaboração dos consultores, a CAPES desenvolveu uma sistemática de avaliação. “A primeira delas foi realizada ainda em 1978, após algumas experiências que permitiram a definição do quadro metodológico” (CAPES, 2002, p.22). Esta avaliação ofereceu um quadro sobre aquilo que vinha sendo feito desde 1976. Em 1982, o papel dos consultores acadêmicos foi reconhecido oficialmente, como uma das consequências do Decreto n. 86.816, de janeiro do mesmo ano.

As avaliações foram realizadas oficialmente desde 1976 (BRASIL e, s.d.), anualmente. A partir de 1984 assumem caráter bienal. Essa periodicidade é mantida até 1998,

³⁹Decreto nº 29.741, de 11 de Julho de 1951, Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>

quando o intervalo avaliado passa a ser trienal, modelo em vigor atualmente, conforme Quadro 1 (BRASIL, s.d. b, p.1; CAPES, 50 anos, 2002, p.26). A partir de 2014, a avaliação será quadrienal.

Período Coberto			Ano de Publicação
1976			1977
1977			1978
1978			1979
1979			1980
1980			1981
1981			1982
1982			1983
1983			1984
1984	1985		1986
1986	1987		1988
1988	1989		1990
1990	1991		1992
1992	1993		1994
1994	1995		1996
1996	1997		1998
1998	1999	2000	2001
2001	2002	2003	2004
2004	2005	2006	2007
2007	2008	2009	2010
2010	2011	2012	2013

Quadro 1 - Avaliações da CAPES

De 1976 a 1997, a CAPES utilizou, para a classificação dos programas de pós-graduação, uma escala conceitual de A até E, em que A é o maior valor, atribuído aos cursos com padrão internacional. O segundo sistema, implantado a partir de 1997, adotou uma escala numérica de classificação, que vai de 1 a 7, em que 7 ocupa o topo do sistema (BRASIL, 2010, p.125).

Nessa escala, os cursos que recebem notas 1 e 2 são descredenciados, sendo 3 a nota mínima para credenciamento. A nota 5 é atribuída aos cursos de excelência, enquanto as notas 6 e 7 são atribuídas aos cursos consolidados que têm inserção internacional. Há

que se destacar, no entanto, que as informações sobre as avaliações anteriores a 1998 não são amplamente divulgadas, aparecendo como itens pontuais e sem discussões aprofundadas⁴⁰. Cláudio de Moura Castro, diretor da CAPES entre 1979 e 1982, em depoimento, afirma que até a gestão de Darcy Closs (1974-1979) o procedimento se dava a portas fechadas:

Anteriormente, [a avaliação] era feita a portas fechadas, com informações assistemáticas, casuais. Criamos um sistema informatizado de informação, pelo qual as instituições preenchiam todos os quadros, produção científica, tudo. Inclusive, tínhamos um sistema pelo qual não precisavam preencher tudo todo ano, só as alterações; ou seja, criamos uma base de informação muito sólida. E começamos a exigir que enviassem amostras de produção científica. Segundo, continuamos com a mesma liberdade do tempo do Darcy na montagem dos comitês assessores e aperfeiçoamos um sistema iniciado por ele: a rotatividade de consultores. A cada ano, metade era substituída; a outra metade transmitia a experiência (CAPES, p.92).

Para Reinaldo Guimarães, integrante do Grupo Técnico Consultivo da CAPES entre 1985 e 1988, também há mistério sobre o início das avaliações: “Essa história ainda não foi escrita em detalhes, mas sabe-se que as primeiras experiências de avaliação pela CAPES ocorreram em 1977, ainda não vinculadas ao fomento, isto é, aquilo que o programa recebia da CAPES não dependia de ter sido avaliado” (CAPES, 2002, p.279). De acordo com outros documentos consultados, a data é 1976 e não 1977 (BRASIL, s.d., b, p.1; CAPES, 2002, p.242).

Em 1994, a CAPES publicou um documento sobre o que seria o perfil dos cursos nota A, em um boletim periódico, o Infocapes. Neste documento, foram apresentados os “critérios a serem adotados pelas Comissões de Consultores da CAPES na avaliação dos cursos de mestrado e doutorado” (BRASIL, 1994). Os critérios da época eram: Corpo docente; atividades de ensino e pesquisa; atividades de orientação; produção acadêmica docente; participação na graduação; produção e titulação do corpo discente; e infraestrutura. Além disso, o documento apresenta uma síntese de cada grande área, a saber: 1. Ciências Agrárias; 2. Ciências Biológicas; 3. Engenharias; 4. Ciências Exatas e

⁴⁰Nos documentos consultados não foi possível identificar os padrões de avaliação adotados. Inclusive no site da CAPES, a memória da avaliação cobre somente o período a partir de 1998.

da Terra; 5. Ciências Humanas; 6. Letras; 7. Música e Artes; 8. Ciências da Saúde; 9. Ciências Sociais Aplicadas.

Na gestão de Abílio Baeta Neves (1995-2003), além da adoção da escala de notas de 1 a 7, com periodicidade trienal, foi enfatizada a necessidade de adoção de critérios de pontuação das publicações em periódicos, processo operacionalizado com a criação do Qualis Periódicos. Trata-se do “conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação” (BRASIL, s.d. d). Concebido para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação, o Qualis é alimentado pelos dados fornecidos pelos programas de pós-graduação por meio do sistema Coleta CAPES. Nas palavras de Neves: “A tarefa consistia em definir quais são os periódicos que realmente contam quando se quer aferir excelência no produto da pós-graduação e na divulgação científica” (CAPES, 2002, p.195).

Para Rosana Arcoverde Bezerra Batista, que atuou nos setores de avaliação da CAPES desde 1979:

Até 98, aconteceram várias mudanças, mas nada radical, que desfigurasse o processo; a mudança atual trouxe inovações que alteraram aquela rotina usualmente seguida. Começamos por mudar a escala de avaliação; desde 1976 era a mesma escala, utilizando letras de A a E, ou seja, cinco níveis de pontuação. Quando fechamos a avaliação daquele ano, constatamos que mais ou menos 75% já recebiam A e B; a escala não tinha mais o poder discriminatório. Era preciso um estímulo para que os programas buscassem mais qualidade, níveis internacionais. Assim, durante todo o ano de 1997 discutimos novas formas de avaliação e, em 98, implantamos o novo sistema; uma escala numérica de 1 a 7, estabelecendo as notas 6 e 7 como classificações de excelência — uma novidade —, até porque havia necessidade de um diferencial maior.

Trouxemos consultores estrangeiros — da Inglaterra, do Canadá, da Alemanha, de Portugal e da Espanha — para dar uma olhada em todo o nosso processo e testar sua compatibilidade com outros países; a experiência foi extremamente positiva. Concluída a avaliação de 98, consultores internacionais visitaram os programas que obtiveram nota 6 e 7. Em todas as visitas eles ficaram surpresos com o nível do trabalho, o desenvolvimento da pesquisa, a qualidade dos nossos laboratórios, a participação discente — isso gerou, inclusive, um rápido processo de intercâmbio; alunos de biologia de Minas Gerais foram para a França. Em suma, foram mudanças altamente positivas, consolidando a seriedade e importância do processo de avaliação realizado pela CAPES. De fato, ano a ano esta avaliação contribuiu poderosamente para a significativa

melhoria dos programas de Pós-Graduação no país (CAPES, 50 anos, 2002, p.242).

Até chegar ao modelo de avaliação atual, várias mudanças ocorreram, com destaque pela busca de sistematização e transparência do processo. A atual política de pós-graduação e sua avaliação decorrem desse processo de sistematização e aprimoramento e estão consubstanciadas no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (PNPG 2011-2020), apresentado a seguir.

4.2 O Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 tem como objetivo definir diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas da política de pós-graduação e pesquisa no Brasil.

O PNPG foi publicado em dois volumes: o primeiro aborda a origem da pós-graduação brasileira, os avanços dos PNPGs anteriores e faz recomendações sobre diversos aspectos: a avaliação propriamente dita, a questão da multidisciplinaridade, as assimetrias a serem enfrentadas, a preocupação com a educação básica, a formação de recursos humanos para as empresas e para os programas nacionais, a internacionalização, o financiamento da pós-graduação e o papel das agências de fomento. No segundo volume, temas que merecem atenção, por caminharem junto com desenvolvimento do país, são discutidos em artigos de pesquisadores brasileiros.

O PNPG 2011-202 é o sexto plano criado pela CAPES. Os anteriores são:

- I PNPG (1975-1979): que introduziu o planejamento estatal das atividades de pós-graduação no Brasil, com o objetivo de formar docentes e pesquisadores.
- II PNPG (1982-1985): que se preocupou com a institucionalização da avaliação da pós-graduação, processo existente desde 1976, mas ainda incipiente.
- III PNPG (1986-1989): que propôs a subordinação das atividades de pós-graduação ao desenvolvimento econômico brasileiro, por meio de sua integração com o sistema nacional de ciência e tecnologia.

- IV PNPG: que não se concretizou como um plano oficial, mas teve suas diretrizes adotadas pela CAPES: ênfase na expansão do sistema, na inserção do Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG) e apresentação de propostas de mudanças no processo de avaliação.
- V PNPG (2005-2010): que propôs o aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da pós-graduação, a preocupação com a solidariedade entre os cursos e seu impacto social, a expansão da cooperação internacional, o combate às assimetrias, a formação de recursos humanos para a inovação tecnológica, a ênfase na formação de docentes para todos os níveis de ensino e a criação de uma nova modalidade de curso: o mestrado profissional.

Sumariando, os cinco Planos foram protagonistas de cinco importantes etapas na história da pós-graduação brasileira: 1 – a capacitação dos docentes das universidades, formando o primeiro contingente de pesquisadores e especialistas em âmbito federal; 2 – a preocupação com o desempenho e a qualidade; 3 – a integração da pesquisa desenvolvida na universidade com o setor produtivo, visando o desenvolvimento nacional; 4 – a flexibilização do modelo de pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ênfase na internacionalização; 5 – a introdução do princípio de indução estratégica, o combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade, resultando na incorporação da inovação no SNPG e na inclusão de parâmetros sociais no processo de avaliação. Destaca-se assim um forte componente de continuidade na gestão e na condução das atividades da agência face à sua missão institucional, aí incluída a efetiva participação da comunidade científica (BRASIL, 2010, p.16).

O PNPG 2011-2020 busca promover a integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade. Além disso, propõe a organização de uma agenda nacional de pesquisa em torno de temas, a superação das assimetrias e a formação de recursos humanos para empresas e programas nacionais (BRASIL, 2010, p.18). Embora reconheça que a pesquisa é a essência da pós-graduação há, neste plano, forte preocupação com a formação de professores para o ensino médio e básico.

A CAPES, que cuida dos cursos de pós-graduação, recebeu novas atribuições com a criação das Diretorias de Educação Básica e tem condições de comandar os esforços para consecução dessa tarefa. A interação mais definitiva com a educação básica é uma maneira de reforçar a aproximação do SNPG com os interesses da sociedade (BRASIL, 2010, p.21).

A Internacionalização também recebe destaque no PNPG 2011-2020. O plano estimula, nesse sentido, diversas ações: a expansão da quantidade de alunos estrangeiros nas

universidades brasileiras, o apoio aos estágios de pós-graduação no exterior – os doutorados-sanduíche –, o incentivo à maior participação dos pesquisadores brasileiros em congressos e eventos internacionais, bem como a realização de doutorado completo no exterior (BRASIL, 2010, p.22).

Ainda que no momento atual não se pretenda desenvolver um novo modelo de avaliação, algumas alterações estão previstas. A manutenção, por exemplo, das notas de 1 a 7, com a nota 3 como patamar mínimo para funcionamento dos cursos.

Ao se manter o essencial do sistema atual, o PNPG estará reconhecendo o vigoroso papel que a avaliação por pares vem desempenhando no SNPG ao longo das décadas, a exemplo do que acontece em outros países, mesmo naqueles que não contam com uma Agência coordenadora como a CAPES. Tal reconhecimento não desautoriza, porém, a exigência de introduzir novos parâmetros e procedimentos nos processos – tanto no sentido de aprimorar o modelo atual, quanto no de corrigir as distorções – havendo aquelas que induzem a um certo conservadorismo dos grupos, junto com a acomodação dos programas; e outras que levam ao produtivismo e à primazia da quantidade. Estando consolidado o sistema e universalizada a pós-graduação no país, é hora de se partir para metas mais ambiciosas nos conceitos: a meta poderá ser aumentar no decênio o número de cursos 7. Por seu turno, com respeito aos indicadores da produção, não se deve limitar a levantamentos quantitativos e à sua indexação: à semelhança de outros centros importantes do primeiro mundo, a base poderá consistir numa seleção das melhores publicações, puxando o nível para cima. Ademais, poderá ser introduzido o princípio do espaçamento da avaliação para os cursos com conceitos 6 e 7, por exemplo de 3 para 5 anos, conservando a periodicidade trienal para os demais. Por último, coerente com o princípio da flexibilização que orienta o novo Plano, os cursos 6 e 7, que ocupam o topo do sistema, poderão beneficiar-se de uma desregulamentação parcial em suas atividades, permitindo a busca do novo e de experimentações, com o acompanhamento de avaliadores estrangeiros, ficando o monitoramento mais estrito reservado aos demais programas (BRASIL, 2010, p.22).

O financiamento da pós-graduação é também uma das preocupações do PNPG 2011-2020. Dessa forma, a questão das bolsas de estudos é discutida juntamente com a criação de mecanismos que permitam que as universidades recebam doações e investimentos (BRASIL, 2010, p.23).

4.2.1 O PNPG 2011-2020 e a avaliação

O PNPG 2011-2020 considera que o processo de avaliação tem sido bem sucedido, embora reconheça suas imperfeições. Por isso, a avaliação é vista como processo a ser

continuamente aprimorado devendo, para isso, ajustar-se às mudanças e necessidades das áreas do conhecimento que avalia (BRASIL, 2010, p.125).

A avaliação é caracterizada por três eixos:

1 – ela é feita por pares, oriundos das diferentes áreas do conhecimento e reconhecidos por sua reputação intelectual; 2 – ela tem uma natureza meritocrática, levando à classificação dos e nos campos disciplinares; 3 – ela associa reconhecimento e fomento, definindo políticas e estabelecendo critérios para o financiamento dos programas (BRASIL, 2010, p.125).

O sistema de pós-graduação da CAPES foi criado nos anos setenta, como parte da Reforma Universitária promovida pela Ditadura Militar, com a missão de formar professores e pesquisadores. Sua base foi modelo americano de universidade⁴¹.

A expansão da pós-graduação é, desde os anos setenta, uma política do governo federal, cabendo à CAPES seu financiamento e avaliação de desempenho. Essa avaliação ocorre pela combinação de parâmetros acadêmicos (publicações científicas) e critérios acadêmicos. Recentemente, novos parâmetros, como a nucleação e a solidariedade, foram acrescentados, traduzidos na cooperação entre programas mais fortes e programas mais fracos e a capacidade de criarem outros cursos de forma a gerar impacto na sua área de conhecimento, bem como a classificação Qualis para periódicos científicos (BRASIL, 2010, p.126).

Com quase quarenta anos de existência, o sistema de avaliação ainda não satisfaz a diversidade das áreas. Historicamente, há a hegemonia ou a predominância de critérios, culturas e procedimentos das ciências exatas e naturais, as quais migraram para outras áreas e funcionaram como uma camisa de força. No curso dos anos, o taylorismo intelectual e o imperativo do *publish* ou *perish* invadiram todas as áreas e isso refletiu na avaliação, com o predomínio da quantidade sobre a qualidade. Ademais, as áreas profissionais e aplicadas continuam sendo avaliadas a partir de parâmetros das áreas básicas e acadêmicas, prevalecendo o *paper* e o livro sobre as criações e os inventos.

⁴¹ O modelo americano de universidade é aquele que coloca a ciência e a tecnologia em um lugar central, além de privilegiar a cooperação entre universidade e empresas. Fonte: DOMINGUES, Ivan. 'O melhor modelo de universidade é o que aposta na diversidade'. *Diversa: revista da UFMG*, ano 12, n.20, abr. 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/diversa/20/entrevista.html>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

Por fim, a periodicidade da avaliação continua sendo excessivamente curta para as necessidades dos programas, que têm pouco tempo para esperar pelos efeitos das mudanças implementadas e adensar as propostas e os resultados delas decorrentes (BRASIL, 2010, p.127).

Portanto, ajustes se fazem necessários, tendo em vista que o sistema de pós-graduação é constituído por um conjunto de universidades, com propostas e perfis diversos, com autonomia para criar ou fechar cursos – embora dependa do aval do MEC, que atribui o selo de qualidade para ser instalado e os recursos financeiros para bolsas de estudos e funcionamento dos programas (BRASIL, 2010, p.127).

No Brasil, o sistema de ensino universitário é constituído de um conjunto quantitativamente pequeno de universidades públicas (são 288 universidade públicas num total de 2650 instituições cadastradas no MEC, ⁴²ou seja, 10,87%) que patrocinam a “união indissolúvel do ensino e da pesquisa, com a pós-graduação à frente, servindo de modelo ou farol para o sistema”, de outras instituições públicas e comunitárias com ou sem esse tripé de atividades, e das instituições privadas, “distinguidas entre as comunitárias e as não-comunitárias, com menos vocação acadêmica e maior proximidade com o mercado e, por vezes, com o setor produtivo” (BRASIL, 2010, p.128). O primeiro grupo, chamado de humboldtiano⁴³, está no topo do sistema.

A CAPES reconhece essas diferenças: “será preciso criar mais de um sistema de avaliação e depurar diferentes critérios de teor acadêmico e não acadêmico, ajustados para as diferentes situações e necessidades, como no mestrado profissional” (BRASIL, 2010, p.128). Dessa forma, propõe as seguintes diretrizes:

1. Aumento do intervalo para avaliação dos cursos 6 e 7. Para os demais submetidos à periodicidade trienal, aumento da frequência de monitoramento a

⁴² Dados obtidos em <http://emec.mec.gov.br/>.

⁴³ Universidades humboldtianas são aquelas que associam pesquisa e ensino. Esse conceito surge em 1810 com a Universidade Humboldt de Berlim, criada pelo educador e linguista Wilhelm von Humboldt, que acrescenta à pesquisa elementos pedagógicos. Em 1862, surge outro modelo (que chamaremos de norte-americano) com a MIT (Massachusetts Institute of Technology) que acrescenta o desenvolvimento econômico regional à missão da universidade. Passa-se, portanto, a incorporar a questão da inovação à dupla pesquisa e ensino (MOTA, Ronaldo. De Humboldt ao mundo da inovação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2802201108.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2014).

fim de verificar a aproximação ou o distanciamento dos indicadores exigidos para a melhoria da nota (BRASIL, 2010, p.130-131).

2. Adoção da comparação com programas internacionais considerados de referência como um dos parâmetros de avaliação. Para isso, aumento da participação de avaliadores estrangeiros nos comitês (BRASIL, 2010, p.130-131).
3. Formação de pós-graduados voltados para atividades extra-acadêmicas, de modo a acompanhar o desenvolvimento econômico e social do país. A avaliação deve considerar, portanto, a incorporação de parâmetros que não sejam exclusivamente os das áreas básicas e acadêmicas (BRASIL, 2010, p.130-131).
4. Possibilidade de uso de critérios que contemplem a redução de assimetrias, especialmente no caso de mestrados localizados em regiões em estado de desenvolvimento ainda incipiente (BRASIL, 2010, p.130-131).
5. Avaliação dos programas de mestrado que deve apontar se, de fato, o programa em questão é acadêmico ou profissional, de modo a esclarecer suas finalidades. Os mestrados profissionais devem ser avaliados com a ajuda de parâmetros específicos (BRASIL, 2010, p.130-131).
6. Avaliação dos programas de natureza aplicada que deve incorporar parâmetros que incentivem a formação de parcerias com o setor extra-acadêmico, visando à geração de tecnologia e à formação de profissionais voltados para o setor empresarial. Deve ser estudado o reconhecimento de itens além de artigos e livros, bem como o reconhecimento de teses e dissertações ajustadas às suas demandas e necessidades (BRASIL, 2010, p.130-131).
7. Uso de novos critérios de avaliação somente no caso destes serem divulgados imediatamente após a conclusão da avaliação anterior (BRASIL, 2010, p.295).

As diretrizes para a avaliação da pós-graduação chamam a atenção para a importância do monitoramento dos programas, de modo a estimulá-los a alcançar melhores patamares de qualidade e a estabelecer distinção entre cursos acadêmicos, profissionais e formação *lato sensu*.

Evidentemente, como o próprio nome diz, esse plano pretende consolidar suas expectativas até 2020. A questão da interdisciplinaridade ainda carece de muitos ajustes,

cujas reverberações se dão no próprio sistema de avaliação. A adequação do modelo de avaliação também é objeto de discussão pela comunidade científica. Como visto no capítulo anterior, as áreas avaliadas tendem a se adequar à avaliação e, logo, boa parte passa a receber as melhores notas (DAHLER-LARSEN, 2011). Isso pode ser positivo do ponto de vista do avanço dos programas de pós-graduação, porém, surgem questionamentos em relação aos critérios adotados na alocação de recursos para o financiamento de pesquisas.

4.3 O Modelo Atual de Avaliação da CAPES

O sistema de avaliação da CAPES é constituído de 48 áreas do conhecimento às quais estão integrados os programas de pós-graduação. São áreas em níveis diferentes de adequação à avaliação da CAPES, com características também distintas quanto à produção intelectual de seus pesquisadores.

Essas 48 áreas são organizadas em nove grandes áreas, como mostra o Quadro2:

I. Ciências Exatas e da Terra	
1. Matemática, Probabilidade e Estatística	2. Ciência da Computação
3. Astronomia / Física	4. Química
5. Geociências	
II. Ciências Biológicas	
6. Ciências Biológicas I	7. Ciências Biológicas II
8. Ciências Biológicas III	9. Biodiversidade
III. Engenharias	
10. Engenharias I	11. Engenharias II
12. Engenharias III	13. Engenharias IV
IV. Ciências da Saúde	
14. Medicina I	15. Medicina II
16. Medicina III	17. Nutrição
18. Odontologia	19. Farmácia
20. Enfermagem	21. Saúde Coletiva
22. Educação Física	
V. Ciências Agrárias	
23. Ciências Agrárias (I)	24. Zootecnia / Recursos Pesqueiros
25. Medicina Veterinária	26. Ciência de Alimentos
VI. Ciências Sociais Aplicadas	
27. Direito	28. Administração, Ciências Contábeis e Turismo
29. Economia	30. Arquitetura e Urbanismo

31. Planejamento Urbano e Regional/ Demografia	32. Ciências Sociais Aplicadas I
33. Serviço Social	
VII. Humanidades	
34. Filosofia / Teologia	35. Sociologia
36. Antropologia / Arqueologia	37. História
38. Geografia	39. Psicologia
40. Educação	41. Ciência Política e Relações Internacionais
VIII. Linguística, Letras e Artes	
42. Letras / Linguística	43. Artes / Música
IX. Multidisciplinar	
44. Interdisciplinar	45. Ensino
46. Materiais	47. Biotecnologia
48. Ciências Ambientais	

Quadro 2 - Áreas e Grandes Áreas da CAPES

No processo de avaliação, cada área reúne as informações sobre os programas de pós-graduação que serão avaliados. Ao final de cada triênio, essas informações são sistematizadas. É então publicado, na página da CAPES, o “Documento de Área”, que traz os parâmetros e critérios adotados pela área na avaliação. Esse documento é dividido em seções:

- Identificação da Área: abrangência da área e nome dos coordenadores.
- Considerações gerais sobre o estágio atual da Área: texto com dados sobre o que aconteceu na área, com dados sobre avanços dos programas, por região, por subárea do conhecimento, e o que mais for considerado pertinente.
- Requisitos e orientações sobre as propostas de novos cursos: apontamento dos requisitos mínimos, seguindo os critérios de avaliação (Proposta do curso; Corpo docente; Atividade de pesquisa, Produção intelectual; Infraestrutura de ensino e pesquisa; e outras informações), separadas por Mestrado, Doutorado, e Mestrado Profissional.
- Considerações gerais sobre a Avaliação do triênio: comentários sobre como se deu a avaliação no triênio.
- Considerações sobre o Qualis Periódicos e os demais Qualis (Livros, Artístico) e critérios para estratificação e uso dos mesmos na avaliação: apresentação dos critérios utilizados para a estratificação de periódicos e outras produções intelectuais.

- Fichas de avaliação para o triênio para Mestrado Acadêmico, Doutorado e Mestrado Profissional: apresentação detalhada dos critérios (Proposta do programa; Corpo docente; Corpo discente, teses e dissertações; Produção intelectual; Inserção social) para Mestrados e Doutorados acadêmicos, e Mestrados profissionais.
- Considerações e definições sobre Internacionalização/inserção internacional: apresentação dos traços que levam um programa a ultrapassar a nota boa (cinco) e atingir padrões de excelência (notas seis e sete).
- Comissão de Área: ficha com nome e função de todos os colaboradores da área.

No que se refere à avaliação da produção científica, de acordo com Mugnaini e Sales, por meio dos documentos de áreas é possível “comparar os diferentes estágios do processo de comunicação científica de cada área” (MUGNAINI; SALES, 2011). Os autores citam o uso de indicadores diferentes entre as áreas, como o Fator de Impacto, e os índices de citação da Web of Science (WoS), Scopus, SciELO e Google Acadêmico, e outras fontes, deles decorrentes, como o Journal Citation Reports (JCR) e o SCImago Journal & Country Rank (SJR) (MUGNAINI; SALES, 2011). Além disso, a análise dos documentos de área mostra que pesos diferentes são dados para cada aspecto, por cada área de avaliação.

De acordo com a página na internet da CAPES,

A Avaliação dos Programas de Pós-graduação compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de "1" a "7" fundamentam a deliberação CNE/MEC [Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação] sobre quais cursos obterão a renovação de "reconhecimento", a vigorar no triênio subsequente (BRASIL f, s.d.).

Cada área é avaliada por uma comissão liderada por um Coordenador de Área. As comissões são formadas por consultores acadêmicos, escolhidos dentre profissionais com comprovada experiência e qualificação em ensino e orientação de pós-graduação, pesquisa e inovação (BRASIL g, s.d.). A avaliação vem sendo realizada trienalmente, seguindo os quesitos básicos estabelecidos pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), conforme Figura 11.

Figura 11- Fluxo da Avaliação trienal. Fonte: <http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/home-page/sobre-a-trienal>. Acesso em 23 jan. 2014.

De acordo com a página da avaliação de 2013, disponível na internet, os objetivos da avaliação trienal são (BRASIL, 2013 c):

- Contribuir para a manutenção da qualidade de desempenho da pós-graduação brasileira com:
 - a) identificação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* que, por atenderem o padrão mínimo de qualidade de desempenho exigido para cada nível de curso, tiveram a renovação de seu reconhecimento recomendada pela CAPES;
 - b) identificação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* que, por não atenderem ao padrão mínimo de qualidade de desempenho, perderam sua condição de curso recomendado e integrante do Sistema Nacional de Pós-Graduação.
- Retratar a situação da pós-graduação brasileira no triênio de forma clara e efetiva, ao especificar:
 - c) o grau diferencial de desenvolvimento alcançado pela pós-graduação nas diversas áreas;
 - d) a hierarquia dos programas no âmbito de suas respectivas áreas, expressando as diferenças quanto à qualidade de desempenho que eles apresentaram no triênio;

- e) a caracterização da situação específica de cada programa, mediante a apresentação de relatório detalhado sobre o desempenho do programa no triênio 2010-2012.
- Contribuir para o desenvolvimento de cada programa e área em particular e da pós-graduação brasileira em geral ao fornecer, a cada programa avaliado, as apreciações criteriosas sobre os pontos fortes e os pontos fracos de seu desempenho e antepor-lhes desafios e metas para o futuro.
- Fornecer subsídios para a definição de planos e políticas científico-acadêmicas de desenvolvimento e a realização de investimentos no Sistema Nacional de Pós-Graduação.

A CAPES também indicou os pressupostos seguidos na avaliação do último triênio (BRASIL, 2013d):

- Adoção do padrão internacional de desenvolvimento do conhecimento na Área como referência para o processo de avaliação;
- Aferição periódica dos referenciais de avaliação adotados (critérios, indicadores, parâmetros), ajustando-os à evolução do conhecimento, em consequência do estabelecido no item anterior.

Esses pressupostos são imperativos para que (BRASIL, 2013d):

- a) o processo não se restrinja a uma avaliação “intra-área”;
- b) os resultados da avaliação retratem as diferenças no nível de desenvolvimento das áreas no país e a dinamicidade de cada uma delas no que diz respeito à sua capacidade de acompanhar o ritmo de evolução do conhecimento em seu campo;
- c) não se verifique a perda progressiva da capacidade discriminatória da escala adotada em decorrência da alta concentração de programas nos níveis superiores da escala;
- d) seja garantida a qualidade dos relatórios sobre o desempenho de cada programa, devendo tais relatórios atender aos requisitos de fundamentação técnica, estruturação, clareza, coerência e precisão, fundamentais para que os resultados da avaliação sejam compreendidos, valorizados e considerados pelos programas e demais interessados nesse processo.

4.3.1 O Qualis

De acordo com Ziman, “Uma grande descoberta científica não passa a existir por força da autoridade moral ou do talento literário do seu criador, e sim pelo seu reconhecimento e sua apropriação por toda a comunidade científica”⁴⁴ (1979, p.83). Para que isso ocorra, a ciência é compartilhada por meio de publicação e livros e revistas científicas. Ainda de acordo com o autor, critérios são necessários – não se pode turvar a distinção entre comunicações científicas formais e informais:

O trabalho científico oficial, publicado numa revista conceituada, não é um anúncio ou item noticioso, e sim uma contribuição para o consenso do saber público (...) o trabalho é redigido de maneira impessoal, em linguagem mais ou menos abstrata, seguindo uma forma e um estilo rigidamente convencionais. Ele não deve afirmar nada que não seja passível de ser comprovado, não deve criticar o trabalho alheio desnecessariamente, mas deve dar o devido crédito a todo trabalho anterior do qual dependa – e assim por diante⁴⁵ (ZIMAN, 1979, p.122).

Ainda segundo Ziman,

O conhecimento científico não foi formado unicamente através da paciente acumulação de fatos pequenos e discretos num trabalho individual realizado de maneira uniforme e precisa por investigadores científicos. Os processos de crítica e avaliação, bem como de análise e síntese, são essenciais a todo sistema. É impossível a todos nós mantermo-nos a par de tudo o que ocorre à nossa volta, de maneira que possamos decidir instantaneamente sobre a importância de cada novo trabalho que é publicado. A tarefa de fazer esses julgamentos deve, pois, ser delegada àqueles entres nós que sejam mais sábios e mais capazes e que possam falar, não em seu próprio nome, mas em nome de toda a comunidade da Ciência. A anarquia constitui uma ameaça tão grande para essa comunidade quanto o é para qualquer tribo ou nação. É impossível que o consenso – o conhecimento público – consiga expressar-se, a não ser através da mente de pessoas exponenciais e depois de transformado em palavras que todos sejam capazes de ouvir (ZIMAN, 1979, p.148).

⁴⁴No original em inglês: “A great scientific discovery does not exist by the moral authority or literary skill of its creator, but by its recognition and appropriation by the whole scientific community” (Ziman, 1968, p.70).

⁴⁵No original em inglês: The real issue is that the distinction between formal and informal scientific communications should not be blurred. The official scientific paper in a reputable journal is not an advertisement, or a news item; it is a contribution to the consensus of public knowledge”. (...) “it is written in a special impersonal form, in somewhat abstract language, within a strong convention of form and style. It must claim no more than it can substantiate, it must not criticize other work on which it depends, and so on (ZIMAN, 1968, p.109).

Dentre os instrumentos utilizados na avaliação dos programas brasileiros, um dos principais é o Qualis, um sistema de estratificação ou classificação de produção intelectual. Os dados são obtidos por meio de um aplicativo, a Plataforma Sucupira (anteriormente chamado Coleta de Dados ou Coleta CAPES), no qual os programas de pós-graduação em avaliação informam os dados sobre a produção intelectual de seus professores, pesquisadores e alunos. Existem três Qualis: Qualis Periódicos; Roteiro para Classificação de Livros; e Qualis artístico.

Qualis Periódicos

A avaliação da Produção intelectual em periódicos é feita de acordo com uma escala de pontuação da revista na qual os artigos são publicados. A qualidade da revista, por sua vez, pode ser conferida de acordo com a base de dados na qual foi indexada. No caso de revistas não indexadas, é possível consultar outros critérios, como a consistência e a coerência do corpo editorial, periodicidade, idiomas, origem e titulação dos autores, entre outros.

São as áreas de avaliação que classificam os periódicos, anualmente. A classificação distribui os periódicos em estratos: A1 (o mais elevado), A2, B1, B2, B3, B4, B5, e C (este com peso zero). No entanto, um mesmo periódico pode figurar em estratos diferentes, dependendo da área de conhecimento, como explica a CAPES:

Note-se que o mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações. Isto não constitui inconsistência, mas expressa o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado. Por isso, não se pretende com esta classificação que é específica para o processo de avaliação de cada área, definir qualidade de periódicos de forma absoluta (BRASIL d, s.d.).

Para consultar os periódicos e sua estratificação, a CAPES oferece o aplicativo WebQualis, acessível via internet na página da instituição⁴⁶.

Roteiro para Classificação de Livros (Qualis-Livros)

⁴⁶WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>>. Acesso em 24 jan. 2014.

Em agosto de 2009, o CTC (Comissão Técnica e Científica) da CAPES aprovou um roteiro para classificação de livros (BRASIL, 2009). Essa classificação passou a ser utilizada na avaliação trienal de 2010 por 23 áreas. De acordo com a CAPES,

Em várias áreas do conhecimento, os livros constituem a principal modalidade de veiculação de produção artística, tecnológica e científica. As outras áreas de conhecimento, nas quais a produção de conhecimentos quase não se expressa na forma de livros, mas preferencialmente na forma de artigos em periódicos, não utilizarão o Roteiro para Classificação de Livros (BRASIL d, s.d.).

Os procedimentos para classificação de livros são descritos nos Documentos de Área e também em documento disponível na página da CAPES (BRASIL, 2009). Os livros são classificados em L1, L2, L3, e L4 (sendo este último o estrato mais elevado), tendo as áreas liberdade para atribuir o valor e os limites entre cada um dos quatro estratos.

Qualis Artístico

Esforço da área de Artes/Música, o Qualis Artístico está voltado para a classificação da produção artística diretamente vinculada aos programas de pós-graduação. Tal como no Qualis Periódicos, em que o que importa não é o artigo em si, mas a revista em que foi publicado, o Qualis Artístico avalia não uma obra de arte, mas sim a relevância da exposição ou da temporada em que ela foi apresentada.

São considerados, portanto, dois aspectos: “a) o impacto da obra, sua repercussão e abrangência (onde foi apresentada, se foi premiada, se foi selecionada por júri qualificado, se é obra única ou parte de uma série, etc.); b) o grau de vinculação com a linha de pesquisa ou projeto de pesquisa do autor” (BRASIL d, s.d.).

Atualmente, cinco Áreas de conhecimento fazem uso explícito dessa modalidade de avaliação:

- Arquitetura e Urbanismo
- Artes / Música
- Ciências Sociais Aplicadas I
- História
- Interdisciplinar

4.3.1.1 Um olhar sobre a Produção intelectual brasileira na Web of Science

A Web of Science⁴⁷, uma das maiores bases de dados bibliográficos do mundo, é uma importante fonte para a classificação dos periódicos nos quais os programas de pós-graduação do Brasil publicam.

A Web of Science é responsável por diversos índices: como Social Sciences Citation Index – SSCI; Arts & Humanities Citation Index – AHCI; Journal Citation Reports – JCR entre outros produtos.

Um exemplo da importância dessa base para a classificação Qualis é que, das 48 Áreas avaliadas pela CAPES, apenas 4 (Artes/Música; Filosofia/Teologia; Geografia; História) não utilizam a Web of Science ou um de seus índices como parâmetros para atribuir notas aos periódicos em que os pesquisadores dessas áreas publicam seus artigos.

Na página da CAPES, encontra-se o acesso para a base WebQualis⁴⁸, que contém a classificação de todos os periódicos nos quais os membros dos programas de pós-graduação brasileiros publicaram seus artigos. A classificação encontrada nessa base de dados refere-se ao resultado publicado em dezembro de 2013, portanto, ao último triênio avaliado (2010-2012). Por meio desse sistema, é possível ter acesso a um documento em formato pdf, com dados organizados por ISSN; Título do periódico; Estrato; Área de Avaliação; e Status.

Para processar os dados do WebQualis do período 2010-2012, para os fins da presente pesquisa, foi necessário transformar os dados em PDF para um formato processável em Excel. Isso foi feito com o auxílio da equipe técnica do CWTS⁴⁹, durante o estágio de doutorado sanduíche na instituição. O resultado dos quatro triênios anteriores (1998-2000; 2001-2003; 2004-2006; 2007-2009) haviam sido fornecidos pela Coordenadoria de Gestão da Informação da Diretoria de Avaliação da CAPES, em setembro de 2013.

⁴⁷ Mais informações em: <http://wokinfo.com/> Acesso em 13 de nov. 2014.

⁴⁸ WebQualis: Disponível em: <[<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>>](http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam)>. Acesso em 16 nov. 2014.

⁴⁹ Centre for Science and Technology Studies – Leiden University, Holanda: <<http://cwts.nl/Home>>. Nessa instituição foi realizada parte desta pesquisa, entre novembro de 2013 e julho de 2014.

Os dados sobre esses quatro triênios anteriores foram fornecidos em formato de tabela do Ms Excel.

De posse das informações dos cinco triênios foi feita a comparação, por meio do ISSN, dos dados das revistas da lista da CAPES com os dados da Web of Science. Para isso, primeiro foram removidas as duplicatas de ISSN em todos os anos. É importante lembrar que alguns periódicos listados pela CAPES não possuem ISSN. Por essa razão, são classificados no estrato C. Nesta pesquisa, não foram considerados os periódicos do estrato C. No entanto, como diferentes áreas publicam em um mesmo título de periódico, é comum encontrar a mesma revista diversas vezes na lista, com notas diferentes, de acordo com a área que a classificou. Exemplos desse fenômeno podem ser verificados na Tabela 4 - Estratos do mesmo periódico em áreas diferentes, já citada neste trabalho.

Para a comparação, contou-se novamente com o apoio do CWTS, que possui acesso total aos dados da Web of Science. Assim, por meio do uso de SQL, verificou-se quais ISSNs do Qualis Periódicos estão indexados na WoS.

Em síntese, foram considerados todos os periódicos classificados entre A1 e B5, com ISSN.

Os resultados foram os seguintes:

Triênio	Nº de periódicos	Nº de periódicos com ISSN	Nº ISSN sem repetições	Nº de ISSN na Web of Science
2010-2012	108.553	97.738	27.659	8.551
2007-2009	92.360	92.191	17.241	6.968
2004-2006	77.690	77.690	11.977	6.038
2001-2003	64.053	57.280	11.683	5.092
1998-2000	77.685	66.895	19.317	7.277

Tabela 1 - Resultados da comparação dos ISSN dos periódicos listados pela CAPES com os indexados na Web of Science, por triênio.

Na Tabela 1, as informações estão organizadas por triênios (primeira coluna). Na segunda coluna é apresentado o total, por triênio, de periódicos publicados, com a soma simples do que cada programa produziu.

Na terceira coluna, é apresentado o total de periódicos que apresentam ISSN. O ISSN ou *International Standard Serial Number* é o código internacional utilizado para identificar periódicos de todos os tipos de maneira única e individualizada⁵⁰. Revistas sem ISSN não são indexadas em bases de dados sem renome. Além disso, mesmo áreas que não utilizam a indexação como critério para pontuar seus periódicos exigem que o periódico apresente esse código. Ou seja, a terceira coluna refere-se aos periódicos que recebem pontuação na avaliação da CAPES (A1 a B5).

Na quarta coluna é possível ver que o número de periódicos sem repetições decresceu do triênio 1998-2000 em comparação com o triênio seguinte, 2001-2003, e que, a partir de então, retomou seu crescimento. No triênio mais recente, 2010-2012, a produção em número absoluto é maior do que em 1998-2000.

O mesmo acontece com o número de periódicos com produção brasileira na Web of Science (quinta coluna). Proporcionalmente, no entanto, essa participação da Web of Science apresenta uma evolução diferente, como pode ser visto na Tabela 2:

Triênio	% na WoS
2010-2012	7,88%
2007-2009	7,54%
2004-2006	7,77%
2001-2003	7,95%
1998-2000	9,37%

Tabela 2 - Quantidade de periodicos nos quais brasileiros publicam, na Web of Science

Em termos proporcionais, a participação de periódicos com produção brasileira na Web of Science, que era pouco menor que 10% no triênio 1998-2000, apresentou queda constante até 2007-2009, começando a recuperar-se apenas no último triênio, 2010-2012.

⁵⁰ Mais sobre o ISSN: <<http://www.issn.org/understanding-the-issn/what-is-an-issn/>>. Acesso em 9 jan. 2014.

Esse cenário justifica a pretensão do PNPG 2011-2020 de desenvolver estratégias que aumentem a participação de publicações brasileiras em contextos internacionais.

4.3.2 Critérios de avaliação

São seis os critérios utilizados para avaliar os Programas de Pós Graduação:

1. Proposta do programa
2. Corpo docente
3. Corpo discente, teses e dissertações
4. Produção intelectual
5. Inserção social

O sexto item é a Internacionalização ou Inserção Internacional que, apesar de não aparecer explicitamente na Ficha de Avaliação, é apresentado nos Documentos de Área como item de distinção entre os programas de excelência.

Os quesitos são comuns às 48 Áreas, com exceção dos que estão com seu número marcado em amarelo – as áreas que os utilizam estão sinalizadas com amarelo na primeira coluna do Quadro 3.

#	Critérios Específicos	Áreas que os utilizam
1. Proposta do Programa		
1.1	Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	Todas
1.2	Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme parâmetros da área.	Todas
1.3	Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	Todas
1.4	Infraestrutura para atividade experimental e ambiente para inovação.	Astronomia / Física
1.4	Autoavaliação do Programa.	Ciências Sociais Aplicadas I

1.4	Definição clara da proposta do programa como acadêmico, voltado para o desenvolvimento de pesquisa e formação de pesquisadores para ensino superior.	Educação
1.4	Existência de centros de documentação, centros de pesquisa, laboratórios de pesquisa e núcleos de pesquisa com atividades descritas.	História
1.4	Inserção do programa em atividades de inovação, desenvolvimento tecnológico e formação de recursos humanos para o setor produtivo.	Materiais
2. Corpo Docente		
2.1	Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa.	Todas
2.2	Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	Todas
2.3	Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	Todas
2.4	Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	Todas
2.5	Participação do docente em eventos alinhados com a sua área de atuação.	Administração, Ciências Contábeis e Turismo
2.5	Inserção acadêmica do corpo docente.	Educação; História
2.5	Proporção do corpo docente com importante captação de recursos para pesquisa (agências de fomento, bolsas, financiamentos nacionais e internacionais, convênios etc.).	Educação Física; Enfermagem; Farmácia; Medicina III; Nutrição; Planejamento Urbano e Regional/ Demografia
2.5	Captação de recursos para pesquisa (agências de fomento, bolsas, financiamentos nacionais e internacionais, convênios etc.) e inserção acadêmica.	Geografia
2.5	Captação de recursos em agências de fomento à pesquisa.	Medicina I; Medicina II; Odontologia
2.5	Maturidade, inserção acadêmica e liderança do corpo docente.	Psicologia
2.5	Captação de recursos para pesquisa (agências de fomento, bolsas, financiamentos nacionais e internacionais, convênios etc.).	Saúde Coletiva
3. Corpo Discente, Teses e Dissertações		

3.1	Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	Todas
3.2	Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	Todas
3.3	Qualidade das teses e dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	Todas
3.4	Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	Todas
3.5	Participação dos discentes e egressos em eventos alinhados à proposta do programa.	Administração, Ciências Contábeis e Turismo
3.5	Envolvimento do corpo discente com o ensino de graduação.	Arquitetura e Urbanismo
3.5	Participação de discentes em projetos de pesquisa.	Educação; Ensino
3.5	Atividades acadêmicas complementares visando a formação diversificada do corpo discente.	Geografia
4. Produção Intelectual		
4.1	Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	Todas
4.2	Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	Todas
4.3	Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	Todas
4.4	Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	Arquitetura e Urbanismo; Artes / Música; Ciências Sociais Aplicadas I; História; Interdisciplinar
4.4	Produção qualificada adicional.	Geografia
5. Inserção Social		
5.1	Inserção e impacto regional e/ou nacional do programa.	Todas
5.2	Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	Todas
5.3	Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	Todas

5.4	Internacionalização.	Ciência da Computação
-----	----------------------	-----------------------

Quadro 3- Critérios utilizados pelas áreas na avaliação. Em amarelo, os critérios que não são comuns a todas as áreas. Fonte: Documento de Área e Comissão Trienal 2013, das 48 áreas. Disponível em: <http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/paginas-das-areas>. Acesso em: 15 dez. 2013.

Cada um dos cinco primeiros quesitos, que somam 100% na nota, tem um valor na avaliação. No quesito Internacionalização, são estudadas as ações do programa nesse sentido (ver o item 3.3.1.6 Internacionalização). Os critérios mais específicos também recebem pontuação, variando seu peso de acordo com a área.

Discutem-se, a seguir, de forma breve, os aspectos mais relevantes de cada critério de avaliação e a Internacionalização.

4.3.2.1 Proposta do programa

A Proposta do programa tem valor zero, portanto não soma pontos. Isso não significa que não deva ser avaliada. Neste item, avalia-se se as áreas de concentração dos programas são coerentes e atualizadas e se estão em consonância com as suas linhas de pesquisa, com os projetos em andamento e com a proposta curricular do programa.

Avalia-se também se o planejamento para o desenvolvimento futuro contempla melhorias na produção do conhecimento, na formação dos alunos e na sua inserção social, bem como as atividades de Internacionalização. Além disso, a infraestrutura para o ensino, a pesquisa e a extensão e a existência de centros de documentação e pesquisa e de laboratórios são observadas, bem como a existência de núcleos e pesquisa e a descrição de suas atividades.

As atividades ligadas à inovação, desenvolvimento tecnológico ou à formação de recursos humanos para o setor produtivo também são valorizadas.

4.3.2.2 Corpo docente

Este quesito vale de 15% a 20% da nota do Programa. Dentre as 48 áreas da CAPES, 38 consideram que o corpo docente representa 20%, enquanto dez áreas (Biotecnologia; Ciências Ambientais; Educação; Enfermagem; Ensino; Geografia; Nutrição; Psicologia; Química; e Saúde Coletiva) atribuem 15% da nota ao quesito.

Avalia-se o perfil do corpo docente do programa, de modo a verificar titulação, diversidade na origem da formação e sua compatibilidade com a proposta do programa. A carga horária dedicada ao programa soma pontos, bem como a distribuição das atividades de pesquisa entre o corpo docente.

A participação dos docentes em atividades de ensino e em eventos alinhados à sua atuação no programa também são considerados, assim como seu papel como captador de recursos junto a agências de fomento.

4.3.2.3 Corpo discente, teses e dissertações

Este quesito vale de 30% a 35% da nota final. Das 48 áreas, 29 atribuem 35% como nota e 19 atribuem 30%. São elas: Antropologia / Arqueologia; Arquitetura e Urbanismo; Biotecnologia; Ciência da Computação; Ciência de Alimentos; Ciência Política e Relações Internacionais; Ciências Agrárias (I); Ciências Biológicas III; Ciências Sociais Aplicadas I; Direito; Educação Física; Enfermagem; Engenharias II; Farmácia; História; Matemática, Probabilidade e Estatística; Odontologia; Serviço Social e Sociologia.

Neste quesito, mede-se a quantidade de teses e dissertações defendidas no triênio avaliado, a distribuição das defesas e das orientações entre os docentes do programa, a qualidade desses trabalhos, bem como a produção total dos discentes.

Outro fator relevante é o tempo de formação dos discentes, sobretudo daqueles que recebem bolsas de estudo, e seu percentual entre o total de bolsistas e formados. Além disso, é considerada a participação dos discentes em eventos alinhados ao programa, sua participação em projetos de pesquisa e também seu envolvimento com o ensino de graduação.

4.3.2.4 Produção intelectual

Este é o quesito que recebe maior valor, juntamente com o anterior. As notas variam de 35% a 40%. 29 áreas atribuem 35% ao quesito, e 19 delas atribuem 40%. São elas: Antropologia / Arqueologia; Arquitetura e Urbanismo; Biotecnologia, Ciência da Computação; Ciência de Alimentos; Ciência Política e Relações Internacionais; Ciências Agrárias (I); Ciências Biológicas III; Ciências Sociais Aplicadas I; Direito;

Educação Física; Enfermagem; Engenharias II; Farmácia; História; Matemática, Probabilidade e Estatística; Odontologia; Serviço Social e Sociologia.

Este item avalia a quantidade de publicações qualificadas que cada docente permanente publicou no triênio avaliado. A distribuição de publicações entre os docentes também é considerada, de modo a identificar se há distribuição equilibrada entre os docentes. O Qualis é a fonte para essas análises, em suas duas modalidades: Qualis periódicos e Qualis livros. Contudo, produções técnicas e artísticas também são consideradas.

4.3.2.5 Inserção social

Este quesito vale entre 10% a 15% da nota. A maioria das áreas atribui 10%, e dez áreas (Biotecnologia; Ciências Ambientais; Educação; Enfermagem; Ensino; Geografia; Nutrição; Psicologia; Química; e Saúde Coletiva) atribuem 15% ao quesito.

A inserção e impactos nacionais e regionais são avaliados por meio das informações sobre os conhecimentos veiculados pelos programas por meio de publicações e conferências.

A integração e a cooperação com outros programas e centros de pesquisa também são considerados, principalmente se essas ações alavancam a produção de conhecimentos de programas ou regiões mais carentes.

A visibilidade do programa conta pontos, e é conferida por meio de consultas à sua página na internet, que deve conter informações relevantes sobre o programa, suas linhas de pesquisa e sua coordenação.

A área da Ciência da Computação, especificamente, inclui neste quesito a questão da Internacionalização, efetivada por meio da atração de professores e alunos de pós-doutorado estrangeiros, participação em corpo editorial de revistas científicas internacionais, projetos e bolsas em outros países e premiações internacionais.

4.3.2.6 Internacionalização

Este quesito, diferentemente dos outros, aplica-se somente a programas de doutorado que já atingiram um excelente nível nos demais quesitos, recebendo nota cinco, mas que

ainda podem ser diferenciados por suas ações com outros países. Assim, este quesito destina-se a atribuir a nota 6 ou 7 a um programa.

A área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo define a Internacionalização de um programa de pós-graduação como “a intensidade de seu trânsito em grupos de pesquisa e de formação em pesquisa atuando em outros países” (BRASIL, 2013 a, p.53). Para a Geografia, é “o processo de diálogo permanente com outros centros de produção do conhecimento no exterior, buscando uma aproximação maior a fim de quebrar preconceitos, barreiras e subordinações historicamente produzidas” (BRASIL, 2013 b, p.45). A ideia é, mais do que enviar e receber pesquisadores, manter o fluxo de pesquisa e dar continuidade às parcerias internacionais.

A Internacionalização pode significar a busca de padrão de excelência internacional.

Compreendeu-se por *formação* de excelência a desenvolvida em pós-graduação com qualidade compatível com as dos melhores programas internacionais de cada área, isto é, a que apresentasse bibliografias expressando o estado atual da arte, um corpo discente com participação em congressos e seminários no exterior e, finalmente, um fluxo expressivo e constante de estágios-sanduíche no exterior (HORTA, MORAES, 2005).

Royero afirma que a “qualidade deve ser entendida valendo-se de uma perspectiva complexa e multidimensional, cuja amplitude abarca os processos educativo, social e humano e se converte em um sistema conectado com outros sistemas interdependentes” (apud HORTALE, 2003, p.1839).

Os indicadores para aferir o quesito, no triênio avaliado, foram:

- Produção intelectual internacional.
- Participação de docentes em eventos científicos internacionais.
- Participação de docentes em instituições de ensino superior de outros países, na qualidade de visitantes ou para desenvolvimento de pós-doutorado.
- Participação de professores estrangeiros no programa.
- Intercâmbio de alunos do programa com apoio de agências de fomento.
- Inserção de alunos de origem estrangeira no programa.

- Parcerias com instituições de ensino superior de outros países para ensino ou pesquisa.
- Convênios com instituições de ensino superior de outros países para projetos de pesquisa.
- Docentes do programa como membros de corpo editorial de periódicos científicos internacionais.
- Participação efetiva em associações internacionais, que vão além da simples adesão.
- Estágios doutorais ou dourados sanduíche.

Trata-se do reconhecimento tanto da Internacionalização em si, como também das ações que visam à inserção internacional do programa. A escolha dos periódicos internacionais em que se publica é a estratégia mais utilizada e a manutenção do fluxo de colaboração internacional, a mais poderosa.

Como visto, apesar de ser um critério bastante forte, a Produção intelectual não é o único aspecto levado em consideração na avaliação. Para entender como isso reverbera nas áreas do conhecimento serão analisados, a seguir, os documentos de áreas e as críticas da comunidade acadêmica ao processo de avaliação da CAPES.

5 DISCURSOS SOBRE A AVALIAÇÃO: UMA LEITURA CRÍTICA

O objetivo geral desta pesquisa foi o de identificar as tensões que permeiam o processo de avaliação de programas de pós-graduação do país. Para isso, foram confrontados os procedimentos utilizados no sistema de avaliação, expressos nos documentos da CAPES e das áreas de avaliação, com as opiniões da comunidade acadêmica, apresentadas em artigos de periódicos e monografias.

Constituem *o corpus* da pesquisa os seguintes documentos:

- 48 Documentos de Área, publicados pelas áreas de conhecimento avaliadas no site da CAPES, referentes ao triênio 2010-2012, com versão final publicada em 2013.
- Documentos sobre avaliação da pós-graduação disponíveis no site da CAPES.
- O Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020.
- Artigos críticos sobre o sistema de avaliação CAPES, coletados na base de dados Web of Science e no Portal de Periódicos da CAPES, com os temas avaliação, *evaluation* e CAPES. Excluídas as versões do mesmo artigo publicadas em revistas diferentes, chegou-se a 62 artigos publicados entre 1997 e 2013, coletados em fevereiro de 2014.

Para a análise do *corpus* foi aplicado o método de Análise de Conteúdo. A Análise de Conteúdo (AC) é um procedimento que “procura compreender os dados, não como um conjunto de acontecimentos físicos, mas como fenômenos simbólicos e abordar sua análise direta” (KRIPPENDORFF, 1990, p.7)⁵¹. De acordo com o autor, este método é especialmente adequado para utilização nas Ciências Sociais e Humanas porque leva em conta significados, referências, valorações e intenções presentes em discursos.

A AC “*tem uma orientação fundamentalmente empírica, exploratória, vinculada a fenômenos reais e de finalidade preditiva*”⁵², e “*transcende as noções convencionais do*

⁵¹No original em inglês: “seeks to understand data not as collection of physical events but as symbolic phenomena and to approach their analysis unobtrusively” (KRIPPENDORFF, 1980, p.7).

⁵²No original em inglês: “The pursuit of content analysis is *fundamentally empirical in orientation, exploratory, concerned with real phenomena, and predictive in intent*” (1980, p.9)

conteúdo como objeto de estudo e está estritamente ligada a concepções recentes sobre os fenômenos simbólicos”⁵³ (KRIPPENDORFF, 1990, p.10, grifos do autor).

Os dados empíricos foram coletados em três fontes: documentos criados pela CAPES, que contextualizam a pós-graduação e a avaliação da pós-graduação, como o PNPG 2011-2020 e documentos disponíveis no seu site; documentos criados pelas equipes das 48 áreas avaliadas, que trazem dados do processo de avaliação de acordo com cada uma delas – os chamados Documentos de Área; a recepção e as impressões da pós-graduação relatadas por membros de comunidade acadêmica, como pesquisadores, editores científicos e membros dos comitês de avaliação da CAPES, publicados em forma de artigos críticos em periódicos científicos.

Para Krippendorff, a AC busca “formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que possam aplicar-se a seu contexto” (1990, p.28)⁵⁴. A análise deve levar em consideração o contexto dos dados, buscando sua validade.

Popular em estudos de comunicação, ela busca, portanto, isolar os temas de um texto, de acordo com o problema pesquisado e comparar com outros textos escolhidos da mesma maneira, a fim de evidenciar convergências e divergências e destacar os temas principais e os temas secundários na análise.

Entende-se que, pela natureza da AC, e por sua contribuição para áreas como a Comunicação, Psicologia, Antropologia, História, etc., a técnica é pertinente para a pesquisa em Ciência da Informação e adequada para o desenvolvimento deste projeto.

A AC é uma ferramenta para processar dados científicos. Trata-se de “uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que quando analisados adequadamente, nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis” (OLABUENGA; ISPIZÚA, 1989 apud MORAES, 1999). Assim, a AC busca obter descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, a

⁵³No original em inglês: “*transcends conventional notions of content* as an object of concern and is intricately linked to more recent conceptions of symbolic phenomena” (KRIPPENDORFF, 1980, p.10).

⁵⁴No original em inglês: “the task is to make inferences from data to certain aspects of their context and to justify these inferences in terms of the knowledge about stable factors in the system of interest.” (KRIPPENDORFF, 1980, p.27).

fim de reinterpretar as mensagens e compreendê-las, compreender seus significados além de uma leitura comum.

A AC pode ser:

1. Pragmática: procedimentos que classificam os signos segundo sua causa ou efeito provável, por exemplo, uma análise da quantidade de vezes que se pode dizer algo a um grupo, que seja capaz de produzir uma atitude favorável para alguém.
2. Semântica: procedimentos que classificam os signos de acordo com seus significados. Essa análise pode ocorrer em três dimensões, a das designações, a das atribuições, e a das afirmações:
 - a. Análise de designações: proporciona a frequência com que se faz referência a determinados objetos, como pessoas, coisas, grupos ou conceitos, e se faz uma análise temática dessas referências. Por exemplo, referências à política exterior alemã;
 - b. Análise de atribuições: proporciona a frequência com que se remete a certas caracterizações de um objeto, isto é, referências a qualidades ou atributos, por exemplo, referências à desonestidade;
 - c. Análise de afirmações: proporciona a frequência com que certos objetos são caracterizados de um modo particular, procedendo-se a uma análise temática dessas caracterizações, por exemplo, referências à política externa alemã como desonesta.
3. Análise de veículos-signos: procedimentos que classificam o conteúdo de acordo com as propriedades psicofísicas dos signos, por exemplo, a quantidade de vezes que a palavra Alemanha aparece. (KRIPENDORFF, 1990, p.45-46)⁵⁵.

Nesta pesquisa, optou-se pela Análise Semântica de afirmações. A partir do material estudado no *corpus*, foram coletados comentários sobre a Avaliação da CAPES, ao mesmo tempo em que houve esforço em identificar seu caráter positivo, negativo ou de recomendação.

⁵⁵No original em inglês: (JANIS, 1965, apud KRIPENDORFF, 1980, p.33).

As atividades na AC pressupõem uma primeira leitura do material, escolha dos documentos que farão parte da pesquisa e com potencial para atender o problema e objetivos do trabalho. A partir de então, passa-se à análise propriamente dita, com codificação, categorização e quantificação dos documentos que serão analisados.

Por meio da análise dos documentos é construída a categorização das informações, sendo possível utilizar uma abordagem aberta ou indutiva, na qual as categorias surgem ao longo do percurso da pesquisa, abordagem fechada ou dedutiva, derivada das primeiras leituras e estáveis até o final da pesquisa. Nesta pesquisa, o método indutivo foi o escolhido, de forma a abarcar todos os tipos de comentários sobre a avaliação da CAPES e, então, propor categorias ao longo do percurso da pesquisa.

Nessa perspectiva, a informação é descrita de acordo com a categoria a que pertence para passar, em seguida, à interpretação. Esta etapa pode ser feita utilizando estratégias como o emparelhamento ou associação dos dados coletados, que permite identificar convergências e divergências, ou a construção iterativa, que não pressupõe um ponto de vista teórico prévio e permite que o pesquisador elabore gradualmente uma explicação ou explicações para o fenômeno, examinando unidades de sentido e inter-relações.

Dito de outra maneira, a AC propõe cinco etapas para a sua realização (MORAES, 1999):

- Preparação das informações.
- Unitarização ou transformação de conteúdos em unidades.
- Categorização ou classificação das unidades em categorias.
- Descrição.
- Interpretação.

Preparação

A fase de preparação busca a objetivação da pesquisa. Aqui, são identificadas as amostras de informação a serem analisadas. Falar da avaliação da CAPES é mergulhar nos seus documentos de avaliação. Os documentos escolhidos foram os 48 Documentos

de Área do triênio 2010-2012 e o PNPG 2011-2020, bem como as demais informações fornecidas sobre avaliação no site da CAPES.

Unitarização

Base da AC, as unidades são definidas e identificadas por meio de leitura cuidadosa do material. Essas unidades são submetidas posteriormente à classificação. A natureza das unidades de análise é definida pelo pesquisador e estas podem ser: palavras, frases, temas ou documentos na íntegra. A unidade de análise depende da natureza do problema, dos objetivos da pesquisa, e do tipo de materiais a serem analisados. É importante isolar cada unidade para que ela possa ser submetida à classificação. Neste trabalho, optou-se por analisar trechos, no caso dos artigos da comunidade acadêmica, e seções do documento, no caso dos Documentos de Área.

Categorização

Nesta etapa, são agrupados os dados considerando seus aspectos comuns. Classifica-se por semelhança ou analogia segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Critérios semânticos geram categorias temáticas. Critérios sintáticos são definidos a partir de verbos, adjetivos ou substantivos. Os critérios também podem ser léxicos, com ênfase nas palavras e seus sentidos, ou ainda podem ser critérios expressivos, focando em problemas de linguagem. As categorias devem ser válidas, exaustivas e homogêneas e a classificação deve ser mutuamente exclusiva e consistente.

Dos artigos com as críticas da comunidade acadêmica, foram recolhidos trechos que comentam os quesitos e critérios de avaliação utilizados pela CAPES: (1) Proposta do programa, (2) Corpo docente, (3) Corpo discente, teses e dissertações, (4) Produção intelectual, (5) Inserção social. No caso dos Documentos de Área, foram utilizadas as seções pré-estabelecidas pelos comitês avaliadores da CAPES, a saber: (1) Considerações gerais sobre o estágio atual da área, (4) Considerações sobre o Qualis, (5) Fichas de avaliação para o triênio 2010-2012, e (6) Considerações e definições sobre Internacionalização.

Descrição

Trata-se da identificação e observação dos resultados da categorização. De posse da categorização proposta, foram comparados os documentos, de modo a criar um cenário em que fosse possível identificar os tipos de crítica feitas à avaliação da CAPES e também a coerência e as peculiaridades entre as 48 áreas de avaliação.

Interpretação

Finalmente, nesta etapa, procura-se formular as inferências para dados quantitativos e a compreensão dos dados qualitativos. Nesta etapa, foi feito o confronto entre o que a CAPES propõe para a avaliação e o que a comunidade acadêmica considera como positivo e como negativo, como também as suas sugestões.

Em síntese, foi feita uma pesquisa explicativo-descritiva, apoiada em análise de conteúdo indutiva, cujo *corpus* foi constituído por documentos da CAPES e artigos críticos da comunidade acadêmica brasileira, organizados de acordo com critérios usados na avaliação. Desta forma, pretendeu-se, com a tese, contribuir para fornecer um panorama dos processos de avaliação de Produção intelectual dos programas de pós-graduação que possa subsidiar as áreas de conhecimento e as agências de fomento na formulação de políticas de ciência, de modo a criar uma rede sistemática desses conceitos.

6 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE ÁREA⁵⁶

A estrutura dos documentos de área da CAPES do último triênio apresentado (2013, que cobre o período 2010-2012) assume a seguinte forma:

1. Identificação da Área: abrangência da área e nome dos coordenadores.
2. Considerações gerais sobre o estágio atual da área: texto com dados sobre o que aconteceu na área, dados sobre avanços dos programas, por região, por subárea do conhecimento, e o que mais for considerado pertinente. Composto por três partes: Introdução, Interdisciplinaridade, Ensino Fundamental e Médio (estas duas de acordo com as recomendações do PNPG 2011-2020).
3. Requisitos e orientações para propostas de cursos novos: apontamentos de requisitos mínimos, seguindo os critérios de avaliação (proposta do curso; corpo docente; atividade de pesquisa, produção intelectual; infraestrutura de ensino e pesquisa; e outras informações), separadas por mestrado, doutorado, e mestrado profissional.
4. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013: comentários sobre como se deu a avaliação no triênio, com destaque para os Seminários de Acompanhamento.
5. Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), roteiro para classificação de livros/eventos/produtos técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação: apresentação dos critérios utilizados para a estratificação de periódicos e outras produções intelectuais.
6. Fichas de avaliação para o triênio 2010-2012 para mestrado acadêmico, doutorado e mestrado profissional: apresentação detalhada dos critérios (Proposta do programa; Corpo docente; Corpo discente, teses e dissertações; Produção intelectual; Inserção social) para mestrados e doutorados acadêmicos, e mestrados profissionais.

⁵⁶ Os 48 documentos de Área serão listados separadamente da lista de referências bibliográficas, constituindo o Apêndice B desta tese.

7. Considerações e definições sobre a Internacionalização/inserção internacional: apresentação dos traços que levam um programa a ultrapassar a nota boa (cinco) e atingir padrões de excelência (notas seis e sete).
8. Comissão de Área – avaliação, ficha com nome e função de todos os colaboradores da área.

Nesta etapa da pesquisa, interessam o item 2, que traz dados sobre a avaliação do triênio, e o item 5, que aborda a classificação Qualis para periódicos. As partes 1 e 8 não são analisadas por conterem especificamente dados como nomes e áreas. As partes 6 e 7 já foram utilizadas no terceiro capítulo deste trabalho. Finalmente, as partes 3 e 4 não são discutidas nesta pesquisa, por apresentarem dados relacionados a propostas de novos cursos (item 3) e por fazerem comentários que já estão de alguma forma explicados e demonstrados nos itens precedentes (item 4), não sendo relevantes neste momento.

6.1 Análise das considerações gerais sobre o estágio atual da área

Uma primeira leitura dos 48 documentos de área da CAPES permite identificar algumas inconsistências do ponto de vista formal destes textos. Analisá-los é interessante para saber até que ponto as inconsistências podem atrapalhar a qualidade do conteúdo informacional apresentado sobre as áreas de conhecimento e seus programas. Seguindo os procedimentos da Análise de Conteúdo, procurou-se organizar os comentários em categorias, a saber: unidade de avaliação; número de programas *versus* número de cursos; distribuição regional dos cursos; denominação da área; tipo de instituição; apresentação de resultados numéricos; revisão de dados; associação entre instituições, e abrangência da área.

De forma geral, o panorama da área é apresentado no item I do documento, logo após a identificação.

Unidade de Avaliação

Em alguns casos, a comissão responsável pelo relatório apresenta claramente os campos constituintes dessa área e passa a trabalhar com referência a esses campos. É o caso, por exemplo, de Administração, Ciências Contábeis, Turismo; Arquitetura e Urbanismo; Antropologia e Arqueologia; Ciências Sociais Aplicadas I, Educação Física. No entanto, isso não significa que os dados estejam claros. Além disso, na apresentação dos campos e áreas, os conceitos de cursos e programas acabam por eventualmente caminhar juntos, aparecendo como campos híbridos, como no caso da Educação Física. Se voltarmos à proposta estabelecida pela CAPES, sugere-se que trabalhar com a unidade programa possa ser mais interessante.

Número de Programas versus Número de Cursos

Independentemente da apresentação por campo ou área, ocorre a apresentação de dois tipos de informações: número de programas da área e número de cursos de área. Em um primeiro momento é possível pensar que estas duas informações designam a mesma coisa, mas algumas áreas explicitam a informação de que um programa pode conter mais de um curso. No entanto, saber identificar quando o dado apresentado se refere ao número de cursos ou ao número de programa é um problema. Por exemplo, no documento de Geografia, fica difícil saber se há 81 cursos ou programas. Os dados ora referem-se a um universo de 53, ora a um universo de 81. Aparentemente, essa mistura de conceitos acompanha a CAPES com um todo, como é possível ver na Figura 12, na qual os conceitos cursos e programas aparecem juntos:

Figura 12–Distribuição dos cursos ou programas da área de Odontologia. Fonte: Documento de Área Odontologia, 2013, p. 1. Distribuição Cursos/Programas

Talvez um dos casos mais complexos seja o da área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, que identifica a área de Planejamento Regional por cursos, e a Demografia por programas. Por outro lado, as áreas de Química e de Psicologia fazem bem essa diferenciação apresentando separadamente dados sobre programas e cursos.

Distribuição Regional dos Cursos

O Brasil conta com cinco regiões: Norte (N), Nordeste (NE), Centro-Oeste (CO), Sul (S), e Sudeste (SE). Em geral, é essa divisão convencional que baseia a apresentação dos dados. No entanto, algumas comissões avaliadoras, além de utilizar essas cinco regiões, citam separadamente o Distrito Federal como uma sexta região, ou juntam regiões (Norte e Nordeste, por exemplo) sem apresentar o dado referente à região de forma isolada. Ao se pensar a avaliação geral da pós-graduação brasileira por triênio, haveria dificuldade na construção dos dados. Também foram encontrados dados confusos em documentos das Engenharias I – apesar destes comentarem a distribuição regional, não fornecem todos os números brutos e às vezes nem mesmo as porcentagens.

Denominação da Área

Algumas comissões referem-se à área avaliada por um número, a área da Educação Física começa seu documento com “A área 21 é formada por programas...” (grifo nosso). No entanto, não foi encontrado nenhum documento da CAPES em que essa codificação estivesse claramente expressa. E mesmo que as áreas fossem ordenadas em ordem alfabética, Educação Física, como exemplo, apareceria na posição 20.

Tipo de Instituição

Algumas comissões apresentam o tipo de instituição que oferece o programa: universidade federal, universidade estadual, universidade municipal, universidade particular, instituto de pesquisa, etc.. No entanto, isso é raro. Acredita-se que um dado como esse pode ser de interesse até para uma melhor distribuição de fomentos e bolsas de pesquisa, auxílio viagem, entre outros.

Apresentação de Resultados Numéricos

Algumas comissões apresentam seus números apenas como porcentagem do número total de programas (ou de cursos). E mais uma vez, informações como quantidade bruta de cursos (categoria) de mestrado, mestrado e doutorado e mestrado profissional, ou a localização geográfica de cada programa fica nebulosa. Porcentagem é um recurso de impacto importante, porém é igualmente importante haver a apresentação dos números absolutos.

Por exemplo, a área da Educação Física apresenta os seguintes dados:

- 35 Programas de Pós-Graduação, sendo:
 - 27% no Sul
 - 56% no Sudeste
 - 6% no Centro-Oeste
 - 9% no Nordeste

Em primeiro lugar, a soma total dos dados acima dá 98%. Pode-se pensar que os 2% faltantes referem-se à região Norte. No entanto, o texto parece indicar que não há

programa nessa área. Em segundo lugar, com base nesses dados tem-se, em números absolutos, o seguinte quadro:

- Sul (27% de 35) = 14,31 programas
- Sudeste (56% de 35) = 29,68 programas
- Centro-Oeste (6% de 35) = 3,18 programas
- Nordeste (9% de 35) = 4,77 programas
- Total de programas = 51,94

Faltam 1,06 programas: onde estariam esses programas?

O caso mais crítico encontrado foi o da área de Engenharias II: para saber quantos programas foram avaliados no triênio é preciso somar, durante a leitura, os números apresentados. A única tabela proposta traz dados do triênio anterior (2007-2009). Não há nenhum dado sobre notas dos programas/cursos, sua distribuição geográfica ou os tipos de instituição que oferecem os programas/cursos. A área da Matemática/Probabilidade e Estatística também oferece dificuldades para identificação da quantidade total de programas ou de cursos. O único número disponível está em uma tabela, grafado da seguinte forma (Figura 13):

Período	Programas	Titulados ME(MP)	Titulados DO	Artigos indexados no SCImago (média anual)
1998-2000	Total: 31 (7 em Estatística) ME/DO: 14 (1 em Estatística)	621	192	732
2001-2003	Total: 34 (7 em Estatística) ME/DO: 17 (1 em Estatística)	794	240	950
2004-2006	Total: 42 (7 em Estatística) ME/DO: 23 (6 em Estatística)	970	290	1385
2007-2009	Total: 46 (7 em Estatística) 23 ME/DO 3ME	1134 (35)	358	1601
2010-2012	Total: 54 (9 em Estatística) ME/DO: 26 (7 em Estatística) 5 MP; 3 DO em forma associativa	1202 (80)	486	1930

Fonte: SCImago

Figura 13 - Problemas na soma dos números apresentados. Fonte: Documento de Área Matemática/Probabilidade e Estatística 2013, p.1-2. Grifo nosso.

Revisão de Dados

A falta de revisão dos textos chama igualmente a atenção. Há dados inconsistentes. Por exemplo, a área de Filosofia/Teologia informa que há 42 programas. No entanto, na apresentação de dados por região, somente 40 aparecem. Biodiversidade apresenta o mesmo problema: dos 124 programas mencionados, apenas 122 aparecem na distribuição regional. Direito refere-se a 113 cursos, porém a distribuição nos gráficos remete a 82 itens – seriam 82 programas? A área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia apresenta confusão com relação ao período, como no trecho abaixo:

Na primeira da década do século XX, houve uma excepcional aceleração do crescimento da área especialmente na sua subárea de planejamento urbano e regional. Mesmo de 2010 a 2012 foram credenciados mais oito programas... (Documento de área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, 2013, p.1, grifo nosso).

É evidente que o documento fala do século XXI, pois como o próprio texto afirma, logo no início, os primeiros cursos datam do início dos anos setenta do século XX.

Associação entre Instituições

A área de Farmácia possui, entre seus programas, alguns que são de responsabilidade de mais de quatro instituições simultaneamente. São eles:

- Doutorado em Nanotecnologia Farmacêutica, com 10 universidades do Centro-Oeste, Sul e Sudeste: UFG, UFRGS, USP, UNESP, UFOP, UFSM, UFRN, UFSC, e UFMG.
- Doutorado em Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Medicamentos, com 4 universidades do Nordeste: UFRN, UFPB, UFRPE, e UFC.
- Doutorado em Inovação Farmacêutica, com 4 universidades do Norte e do Centro-Oeste: UFAM, UFPA, UNIFAP, e UFG.
- Mestrado em Assistência Farmacêutica, com 8 universidades do Nordeste, Sul e sudoeste: UFRGS, UFSC, UFPR, UFAB, UFSE, UFES, UVV, e USP.

Uma possível questão a ser feita: como se dá a avaliação do quesito corpo docente, nestes casos? Como visto no capítulo 4, um dos itens de avaliação se refere à quantidade de professores permanentes do programa. A responsabilidade pela contratação seria da universidade de origem ou do Programa?

Outra questão possível refere-se justamente ao problema das assimetrias. Todas as áreas apresentam seus números de acordo com as cinco regiões do país: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Para programas que são vinculados, simultaneamente, a instituições alocadas em diferentes regiões, como é feita a distribuição? Para cada região? Para a principal – supondo-se que exista uma?

Abrangência da Área

Apesar de único, o caso da Filosofia/Teologia chama a atenção. Apesar de ser uma das 48 áreas da CAPES, o documento de Área é dividido em dois, ou melhor, são apresentados dois documentos de área, independentes, em um só documento. O primeiro, da Filosofia, que vai da página 1 até 35, e o segundo, da Filosofia/Teologia – subcomissão Teologia – que vai da página 36 a 65. É indicada apenas uma comissão (item 8 do documento de área, como apontado no início deste capítulo), mas claramente há um problema na área – ou nas áreas. Teologia conta com 18 programas, enquanto Filosofia apresenta 42.

No documento, Teologia afirma seu desejo de se tornar independente, fundando o que seria a 49ª área da CAPES, Teologia e Ciências da Religião.

6.2 Análise dos Qualis

6.2.1 Avaliação dos Periódicos

O Qualis é uma parte importante do processo global de avaliação dos Programas de Pós-Graduação brasileiros. Todas as áreas utilizam este sistema como fonte para classificar e ranquear os periódicos nos quais seus pesquisadores publicam. Em uma

primeira análise dos relatórios de área da CAPES, constata-se que cada área utiliza indicadores diferentes para ranquear os periódicos, como mostra o Quadro 4:

Grande Área	Área	Indicadores Bibliométricos	Presença em BDs	Outros critérios
Ciências Exatas e da Terra	Matemática, Probabilidade e Estatística	FI, MV	-	-
	Ciência da Computação	FI, H	-	-
	Astronomia / Física	FI	-	-
	Química	FI	-	-
	Geociências	FI	Sim	Sim
Ciências Biológicas	Ciências Biológicas I	FI	-	-
	Ciências Biológicas II	FI	-	-
	Ciências Biológicas III	F	-	-
	Biodiversidade	FI + H	Sim	Sim
Engenharias	Engenharias I	FI	Sim	Sim
	Engenharias II	FI	Sim	Sim
	Engenharias III	FI	Sim	Sim
	Engenharias IV	FI, H	Sim	-
Ciências da Saúde	Medicina I	FI	Sim	-
	Medicina II	FI, CpD	Sim	-
	Medicina III	FI, CpD	Sim	-
	Nutrição	FI, H	Sim	-
	Odontologia	FI, CpD	Sim	-
	Farmácia	FI, H	Sim	-
	Enfermagem	FI, H, Cuiden	Sim	-
	Saúde Coletiva	FI, H, CpD	Sim	-
	Educação Física	FI	Sim	-
Ciências Agrárias	Ciências Agrárias I	FI	Sim	-
	Zootecnia / Recursos Pesqueiros	FI	Sim	-
	Medicina Veterinária	FI	Sim	-
	Ciência de Alimentos	FI, SJR	-	-
Ciências Sociais Aplicadas	Direito	-	Sim	Sim
	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	FI, H	Sim	Sim
	Economia	CLh	-	-
	Arquitetura e Urbanismo	-	Sim	Sim
	Planejamento Urbano e Regional/ Demografia	-	Sim	Sim
	Ciências Sociais Aplicadas I	-	Sim	Sim
	Serviço Social	-	Sim	Sim
Humanidades	Filosofia/Teologia	-	Sim	Sim
	Sociologia	-	Sim	Sim
	Antropologia/Arqueologia	-	Sim	Sim
	História	-	-	Sim
	Geografia	H	-	-
	Psicologia	-	Sim	Sim
	Educação	-	Sim	Sim
	Ciência Política e Relações Internacionais	FI, SJR	Sim	Sim

Linguística, Letras, Artes	Letras / Linguística	-	Sim	Sim
	Artes / Música	-	-	Sim
Multi- disciplinar	Interdisciplinar	FI, SJR, Q	Sim	-
	Ensino	FI	Sim	Sim
	Materiais	CpD	Sim	-
	Biotecnologia	FI	-	-
	Ciências Ambientais	Q, JCR	Sim	Sim

Quadro 4 - Critérios usados pela área. Legenda: FI=Fator de Impacto; H= Índice H; MV=Meia vida CPD=Citações por Documento; CLh=Scielo; Q=CAPES; Cuiden=Cuiden (Bd)

Na Tabela 3, os dados acima são apresentados em forma percentual:

Indicadores utilizados	Quantidade	Percentual
Utilizam somente indicadores bibliométricos	11	22,91%
Utilizam somente presença em base de dados	0	0,00%
Utilizam somente critérios	2	4,16%
Utilizam indicadores bibliométricos + presença em base de dados	8	16,66%
Utilizam indicadores bibliométricos + critérios	0	0,00%
Utilizam presença em base de dados + critérios	11	22,91%
Utilizam indicadores bibliométricos + presença em base de dados + critérios	9	18,75%
Áreas que utilizam indicadores bibliométricos	35	72,91%
Áreas que utilizam presença em base de dados	35	72,91%
Áreas que utilizam critérios	22	45,83%

Tabela 3- Quantidade e percentual do uso dos indicadores e demais critérios utilizados pelas áreas

Verifica-se que as áreas adotam diferentes critérios para avaliar a produção científica em periódicos, segundo duas possibilidades:

- A presença na Web of Science
 - Uso de indicadores bibliométricos
- Não presença na Web of Science
 - Presença em outras bases de dados
 - Estrutura dos artigos e do periódico

No quadro4, os critérios e indicadores variam da presença da Web of Science e do uso de indicadores bibliométricos, à ausência da Web of Science e à presença de outras bases de dados. Em alguns casos, há até mesmo a simples estrutura editorial das revistas e seus artigos.

Após o uso dos critérios e indicadores, cada periódico recebe uma nota que varia entre A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, e C. Tem-se A1 para um periódico de excelente qualidade e C para revistas não científicas.

Como se pode ver no Quadro 5, nem mesmo dentro de uma mesma grande área existe consenso. Como resultado, um periódico pode receber diferentes notas, de acordo com o campo de conhecimento que o avalia. Como exemplo, é possível ver a classificação do periódico ‘Anais da Academia Brasileira de Ciências (impresso) – ISSN: 0001-3765’.

Estrato	Área
A1	Interdisciplinar
	Engenharias III
A2	Planejamento Urbano e Regional/ Demografia
	Geografia
	Ciências Ambientais
	Biodiversidade
	Engenharias IV
	Antropologia / Arqueologia
	Ensino
B1	Medicina Veterinária
	Engenharias I
	Educação Física
	Geociências
	Zootecnia / Recursos Pesqueiros
	Psicologia
	Engenharias II
	Nutrição
	Ciências Sociais Aplicadas I
	Ciências Agrárias (I)
	Enfermagem
B2	Ciência da Computação
	Farmácia
	Medicina I
	Medicina II
	Ciência de Alimentos
	Química
	Saúde Coletiva
	Matemática, Probabilidade e Estatística
	Medicina III
	Economia
	Materiais
B3	Ciências Biológicas I
	Ciências Biológicas II
	Astronomia / Física
	Biotecnologia
B4	Ciências Biológicas III

Quadro 5 - Estratos do mesmo periódico em áreas diferentes

É possível dizer que um campo do conhecimento deveria dar ao periódico uma classificação diferente, a fim de encorajar os pesquisadores desse campo a publicarem

em revistas da área. Outra razão possível seria a relevância do periódico para a área. Porém, quando se classifica um mesmo periódico com diferentes notas, pode ocorrer como consequência o desencorajamento do exercício da interdisciplinaridade – fato que vai contra a evolução da ciência na contemporaneidade e contra os próprios objetivos da CAPES, manifestos no PNPG 2011-2020.

Um retorno aos objetivos e, principalmente, aos pressupostos da avaliação do último triênio, mostra que há lacunas entre o que CAPES assume como processo e o que é apresentado em diferentes relatórios de avaliação. Esse fato mostra a necessidade de aprimoramento do processo seu monitoramento.

6.2.2 Avaliação de Livros

Enquanto a classificação de periódicos é vista com detalhes em todas as áreas, independentemente dos indicadores ou critérios utilizados para sua estratificação, a avaliação e classificação de livros e capítulos de livros requer consolidação.

A avaliação dos livros e seus capítulos tem como diretriz o Roteiro de Classificação de Livros. Em geral, a classificação de livros se dá em cinco estratos: L4 o maior, L3, L2, L1 e L0 ou LNC para livros com baixa ou nenhuma pontuação. No entanto, cada área atribui a quantidade de pontos a cada estrato, havendo quem use de 0 a 2 pontos, como as áreas Ensino e Interdisciplinar ou de 0 a 300 pontos, como área de Filosofia/Teologia.

Nem todas as áreas consideram os livros como item de Produção intelectual ou utilizam as diretrizes da CAPES, como é possível ver na Tabela 4:

	Não classifica		Classifica segundo diretrizes CAPES		Classifica com critérios ad hoc	
	nº	%	nº	%	nº	%
Livros	17	35,42%	8	16,66%	23	47,92%

Tabela 4 - Uso em quantidade e porcentagem da classificação de livros.

Na tabela acima é possível ver que quase 65% das áreas utilizam a classificação de livros na Produção intelectual, ainda que algumas afirmem que o processo se dá de forma indireta ou simplesmente não apresentem esses critérios.

Não consideram os livros como itens de Produção intelectual as seguintes áreas:

- Astronomia / Física
- Biodiversidade
- Ciência da Computação
- Ciências Agrárias (I)
- Enfermagem
- Engenharias I
- Engenharias II
- Engenharias III
- Engenharias IV
- Matemática, Probabilidade e Estatística
- Materiais
- Medicina I
- Medicina II
- Medicina III
- Medicina Veterinária
- Odontologia
- Zootecnia / Recursos Pesqueiros

Classificam os livros, porém de forma indireta ou sem indicar os critérios:

- Ciências Biológicas II
- Economia
- Geociências
- Geografia
- História
- Química
- Serviço Social
- Sociologia

Classificam os livros apresentando critérios formais explícitos, as seguintes áreas:

- Administração, Ciências Contábeis e Turismo
- Antropologia / Arqueologia
- Arquitetura e Urbanismo
- Artes / Música
- Biotecnologia
- Ciência de Alimentos
- Ciência Política e Relações Internacionais
- Ciências Ambientais
- Ciências Biológicas I
- Ciências Biológicas III
- Ciências Sociais Aplicadas I
- Direito
- Educação
- Educação Física
- Ensino
- Farmácia
- Filosofia / Teologia
- Interdisciplinar
- Letras / Linguística
- Nutrição
- Planejamento Urbano e Regional/ Demografia
- Psicologia
- Saúde Coletiva

Mesmo com a maioria das áreas utilizando a classificação de livros, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Os pesos entre livros, capítulos de livros, coletâneas e verbetes são pouco explícitos, principalmente no que se refere aos tipos de livros considerados como publicação científica. Algumas áreas citam como obras a serem os dicionários, anais de eventos e coletâneas. Há dúvidas também sobre as fontes para coleta de informações. A única área que cita essa preocupação é a de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, que consulta um banco de dados proposto por uma IES da região Sul.

6.2.3 Avaliação de produção técnica e artística

Algumas áreas incluem sua produção técnica e trabalhos de eventos em outros itens de classificação, como Corpo docente, Corpo discente, Inserção nacional e Internacionalização. Aqui serão apenas consideradas as áreas que indicam o Qualis como instrumento para classificação destes tipos de produção.

Nota-se que em muitas áreas a classificação da produção em eventos, técnica e artística, suscita dúvidas. A classificação se dá de modo indireto, sem critérios quantitativos ou de parâmetros explícitos de qualidade. No Quadro 6, é demonstrado o uso de classificação para cada tipo de produção, com a seguinte marcação: Não – não faz classificação, Sim – faz a classificação, mas não explicita ou ainda não tem critérios específicos e formalizados, e Sim (grifado em amarelo) – faz classificação com critérios formalizados:

Área	Eventos	Técnica	Artística
Administração, Ciências Contábeis e Turismo	Não	Não	Não
Antropologia / Arqueologia	Sim	Sim	Sim
Arquitetura e Urbanismo	Sim	Sim	Não
Artes / Música	Sim	Não	Sim
Astronomia / Física	Não	Não	Não
Biodiversidade	Não	Não	Não
Biotecnologia	Não	Sim	Não
Ciência da Computação	Não	Sim	Não
Ciência de Alimentos	Sim	Sim	Não
Ciência Política e Relações Internacionais	Não	Sim	Não
Ciências Agrárias (I)	Não	Não	Não
Ciências Ambientais	Sim	Sim	Não
Ciências Biológicas I	Não	Sim	Não
Ciências Biológicas II	Não	Sim	Não
Ciências Biológicas III	Não	Sim	Não
Ciências Sociais Aplicadas I	Não	Sim	Não
Direito	Não	Não	Não
Economia	Não	Não	Não
Educação	Não	Não	Não
Educação Física	Sim	Sim	Não
Enfermagem	Não	Não	Não
Engenharias I	Sim	Sim	Não

Engenharias II	Não	Não	Não
Engenharias III	Sim	Sim	Não
Engenharias IV	Não	Sim	Não
Ensino	Sim	Sim	Não
Farmácia	Não	Sim	Não
Filosofia / Teologia	Não	Não	Não
Geociências	Não	Não	Não
Geografia	Não	Não	Não
História	Não	Não	Não
Interdisciplinar	Sim	Sim	Não
Letras / Linguística	Não	Não	Não
Matemática, Probabilidade e Estatística	Não	Não	Não
Materiais	Não	Sim	Não
Medicina I	Não	Não	Não
Medicina II	Não	Não	Não
Medicina III	Não	Não	Não
Medicina Veterinária	Não	Não	Não
Nutrição	Não	Não	Não
Odontologia	Não	Não	Não
Planejamento Urbano e Regional/ Demografia	Sim	Sim	Não
Psicologia	Não	Sim	Não
Química	Não	Sim	Não
Saúde Coletiva	Não	Sim	Não
Serviço Social	Não	Sim	Não
Sociologia	Sim	Sim	Não
Zootecnia / Recursos Pesqueiros	Não	Não	Não

Quadro 6 - Uso das classificações de eventos, técnica e artística pelas áreas.

Em termos percentuais, há a seguinte situação (Tabela 5):

	Não Usa		Usa		Usa com critérios	
	nº	%	nº	%	nº	%
Eventos	36	75%	6	12,50%	6	12,50%
Técnica	23	47,91%	16	33,33%	9	18,75%
Artística	24	95,83%	0	0%	2	4,16%

Tabela 5 - Quantidade e percentual do uso da classificação da produção em eventos, técnica e artística.

É possível ver que a maioria das áreas não computa trabalhos em eventos. O caso da produção técnica, no entanto, metade dos programas utiliza a classificação da produção técnica, ainda que menos de 20% das áreas tenham critérios definidos para isso.

Infer-se dos dados do Quadro 6 e da Tabela 5 que a classificação da Produção intelectual expressa em livros, trabalhos artísticos e de eventos requer maior clareza

conceitual e definição de parâmetros explícitos. Observou-se, até agora, como a CAPES estrutura o processo de avaliação do SNPG (capítulo 3) e como apresenta seus resultados por meio dos documentos de Área (neste capítulo). A seguir, serão apresentadas e analisadas as opiniões da comunidade acadêmica sobre esse processo.

7 CRÍTICAS À AVALIAÇÃO CAPES PELA COMUNIDADE ACADÊMICA

Neste capítulo, serão apresentadas as críticas da comunidade acadêmica ao processo de avaliação da pós-graduação. Para isso, foram analisados artigos publicados em periódicos científicos. A coleta de dados foi realizada na Base de Periódicos da CAPES e Web of Science. Os termos utilizados foram Avaliação ou *Evaluation* e CAPES. No levantamento foram identificados 62 artigos, publicados entre 1997 e 2013, sendo:

- 89 comentários: positivos, negativos, sugestões e constatações.
- Artigos escritos por um ou até cinco autores contabilizando, sem repetições, 88 autores individuais mais 2 autorias coletivas.
- Artigos de pesquisa, editoriais, debates, opiniões e informes.

Foi observado, de forma geral, que as críticas se dirigem principalmente à avaliação da Produção intelectual, embora outros quesitos tenham sido também objeto de discussão.

Em geral, as críticas foram feitas por membros de uma área sobre a avaliação da própria área, embora alguns autores tenham tecido comentários sobre grandes áreas ou sobre o conjunto das 48 áreas.

7.1 Críticas da comunidade acadêmica⁵⁷

Avaliar não é fácil. Tampouco ser avaliado. Basicamente, notou-se que as Ciências Humanas tentam argumentar contra a avaliação, as Engenharias se preocupam com a diminuição da subjetividade, propondo a adoção de fórmulas matemáticas, e a Saúde Pública incentiva o debate, reconhecendo os pontos fortes da avaliação e apresentando sugestões para eliminar os pontos fracos. As áreas bem pontuadas, por outro lado, pouco se manifestam, ou, quando o fazem, como é o caso da Medicina, limitam-se a criticar algum rebaixamento de nota de periódico.

⁵⁷Os 62 artigos que formam o *corpus* da pesquisa e que são trabalhados neste capítulo estão listados separadamente no Apêndice C.

Se antes a comunidade acadêmica tecia suas críticas apenas com base nos resultados, pouco a pouco ela passou a conhecer e compreender os critérios e bases do processo avaliativo. Começam então os questionamentos mais profundos sobre o que seria de fato adequado à realidade brasileira. De acordo com o levantamento e análises realizados, as críticas começam a circular, nos mais diversos periódicos, na segunda metade da década de noventa, ainda que de forma incipiente. É de 2000 em diante, acompanhando a tomada de corpo do novo formato de avaliação, que artigos, cartas e editoriais questionando os critérios CAPES proliferam nas revistas científicas.

As críticas e comentários foram organizados por temas, de acordo com os critérios de avaliação da CAPES: Proposta do programa, Corpo docente, Corpo discente, teses e dissertações, Produção intelectual, Inserção social, e Internacionalização. Também foram agrupadas as críticas ao processo de avaliação como um todo. Por ser o item mais comentado, e pela complexidade de sua organização, optou-se por deixar Produção intelectual como a última categoria a ser apresentada.

Proposta do programa

Em 2011, membros da coordenação da área de Educação Física (ou área 21, como a área costuma referir-se a si mesma), publicaram um editorial contestando o modo como era realizada a avaliação pela CAPES. Para os autores, na tentativa de se alinharem aos parâmetros da avaliação, muitos programas de pós-graduação deixaram de lado suas vocações e características a fim de focar todos os seus esforços na avaliação.

Um exemplo deste fato é o engano cometido por alguns programas ao inserir pesquisadores altamente produtivos de outras áreas do conhecimento que têm pouca ou nenhuma relação com a área ou linhas de pesquisa do programa de pós-graduação. Se, por um lado, esta estratégia mostrou ser positiva nos aspectos quantitativos e permitiu que o programa de pós-graduação recebesse escore maior no sistema de avaliação, por outro lado ela produziu uma série de efeitos secundários. Um desses efeitos secundários deve-se à incorporação de um número considerável de periódicos com baixa identidade como o campo da área de conhecimento, o que levou à duplicação do valor médio do principal indexador (Journal Citation Reports – JCR) no interstício da avaliação trienal (RODAKI; MARTINELLI; GUIRRO, 2011, p.V)⁵⁸.

⁵⁸Traduzido de: “An example of this fact is the deception used by some programs to insert highly productive researchers from other areas of knowledge that have little or no relationship to the area or

Corpo Docente e Corpo Discente, Teses e Dissertações

Em 2001, um grupo de consultores internacionais analisou a avaliação da CAPES. De acordo com Hortale,

dos comentários feitos pelos observadores, o que mais chamou a atenção foi que o sistema de avaliação da CAPES está mais orientado para a pesquisa do que para a qualidade do ensino. No instrumento de avaliação utilizado, não há indicadores próprios para avaliar os métodos de ensino, a qualidade é inferida com base na análise do número de publicações, da qualificação do corpo docente, das orientações realizadas e da carga horária docente no Programa (HORTALE, 2003, p.1839).

Silva, por sua vez, faz críticas às alterações no processo de avaliação quando afirma que “vale mais uma pesquisa bem elaborada e publicada em periódicos de impacto do que uma discussão pública de monografias ou teses volumosas” (SILVA, 2007, p.360). Publicando críticas desde 1999, Silva considera que a CAPES falha ao não privilegiar uma formação humanística, deixando de incentivar a formação de recursos humanos de qualidade, quando foca excessivamente na produção de artigos. Para o autor, faltam incentivos para o fortalecimento de revistas nacionais.

Inserção social

Souza e Pereira afirmam que a mudança de classificação anterior, de A a E, para a estratificação de 1 a 7 foi feliz para “distinguir qualitativamente os programas e os seus estágios de desenvolvimento” (2002, p.162). No entanto:

Pode-se afirmar que os critérios utilizados pela CAPES para concessão de recursos não são válidos para todos os Estados brasileiros, uma vez que não consideram especificidades, necessidades e condições estruturais presentes em cada região, nem são orientados por um projeto próprio que evidencie suas potencialidades e vocações. Agindo a partir de uma política padronizada de fomento à qualificação profissional e formação de centros multiplicadores de ciência e de tecnologia, a CAPES viabilizou a ineficiência do seu modelo, conseguindo o desenvolvimento da pós-graduação no País, apenas, em alguns

research lines of the postgraduate program. If, on one hand, this strategy had shown to be positive in quantitative aspects and allowed the postgraduate program to obtain a higher score on the evaluation system, on the other hand, it produced a series of side effects. One of these side effects occurred by the incorporation of a considerable number of journals with low identity with the field of knowledge of the area, which led to the doubling of the median value of the main indexer (Journal Citation Reports-JCR) in the interstice of a triennium evaluation”.

Estados, os quais, coincidentemente, estão localizados, em sua maioria, na região Sudeste (SOUZA; PEREIRA, 2002, p. 165).

Para Loffredo e outros, a mudança de critérios do Qualis foi prejudicial. Os autores, membros do comitê editorial de um periódico da área da Psicologia, receberam com estranheza a mudança da classificação do periódico de A (estrato mais alto) para C (estrato sem valor). De acordo com eles, houve mudança de peso dos critérios, e mesmo que a revista tenha recebido nota A em três dos quatro critérios considerados na área, o C que recebeu no quarto critério derrubou drasticamente sua nota. É preciso entender que cada um dos critérios recebia diferentes pesos. E, justamente, o critério de peso maior recebeu nota baixa da CAPES. Esse critério refere-se à autoria, e à questão da endogenia. Os autores acreditam que o problema não está na revista, mas sim no critério, que é mal definido. Além disso, por conta de diferentes naturezas de abordagem científica em cada instituição e em cada região do país, a colaboração entre autores de locais diferentes é muito mais um desafio a ser enfrentado do que uma colaboração efetivamente realizada. (LOFFREDO et al., 2003).

Ainda segundo Horta e Moraes, a CAPES deixou de fora (pelo menos até 2003) o quesito Inserção social, que é extremamente forte e característico das ações da área de Educação. E isso, de algum modo, pode ter prejudicado as avaliações da área realizadas até então (HORTA; MORAES, 2005). Mais tarde, porém, em 2006, após consulta à comunidade acadêmica, o quesito Inserção social é finalmente criado, “com indicadores de impacto educacional, social, cultural, tecnológico e econômico, assim como indicadores de solidariedade entre programas de pós-graduação e de visibilidade e transparência deles” (BARROS, 2006, p. 47).

Internacionalização

Loffredo e outros afirmam que o conceito de Internacionalização é mal definido (LOFFREDO et al., 2003), e isso implica não saber, na avaliação, se a participação em um congresso internacional, por exemplo, deve ser avaliada como item do quesito Corpo docente, como Produção em eventos ou como Inserção Internacional. Correia, Alvarenga e Gracia (2012, p.241-245) corroboram essa ideia. Elas entendem que a colaboração internacional existe, citando como exemplo o caso de pesquisadores brasileiros que recebem bolsas para desenvolverem seus trabalhos em instituições de

outros países. No entanto, as autoras não veem essa forma de colaboração internacional contabilizada na avaliação da CAPES.

Avaliação como um todo

Para Prates, a CAPES, ao criar o credenciamento de cursos a fim de autorizar seu funcionamento, fazia uma “ação cartorialista típica de regimes totalitários, onde o Estado planeja, provê, vigia, cabresta e pune a livre iniciativa” (PRATES, 1997, p.22). Para o autor,

É preciso ter em mente que a pós-graduação, em particular a de *stricto-sensu*, não é uma mera ação programática como o é a graduação voltada às profissões regulamentadas por lei. Universalmente a pós-graduação tem caráter solidamente livre, exatamente para permitir a experimentação e a formação do espírito de investigação criativa e de crítica intelectual. É o que se observa de maneira clara nos países mais civilizados, onde não se admitem organismos estatais centralizadores e normalizadores da atividade de pós-graduação, que é privativa da necessária autonomia universitária (PRATES, 1997, p.22).

Apesar de não citar propriamente o sistema de avaliação, Prates não vê com bons olhos a intervenção da CAPES na criação e organização de cursos, criticando também os pedidos de apoio financeiro a essa instituição. Para ele, esses pedidos deveriam ser encaminhados para as Fundações de Amparo à Pesquisa de âmbito estadual (FAPs). Vale lembrar que, por muitos anos, a CAPES foi considerada uma agência que apenas concedia bolsas, e não propriamente uma instituição de avaliação (CAPES, 2002).

No mesmo mote, Silva pede à CAPES, em editorial, que promova um reestudo de sua política de avaliação da pós-graduação. Para o autor, “punir ou penar alguns [programas de pós-graduação] porque não se enquadram em um só paradigma, é desestimular, retardar ou impedir que todos caminhem, por seus próprios esforços, para a excelência” (SILVA, 1999, p.VII).

Gatti e outros, ao analisarem a avaliação de 1998 para a área de Educação, esperam que a CAPES dê mais apoio aos programas:

A valorização e a sustentação de um processo de avaliação continuada em uma sociedade democrática dependem de seus pares, mas sobretudo do retorno

construtivo de seus resultados. Se a avaliação se define como diagnóstica, deve ser evitado o caráter punitivo e reforçado seu aspecto educativo, de detectar pontos críticos e encaminhar propostas para que possam ser trabalhadas (GATTI et al., 2003, p.138).

Os autores também criticam os critérios utilizados. Para eles “Não se considera obrigatório que todas as áreas sejam avaliadas com os mesmos critérios. Parece mais conveniente ter critérios gerais, de âmbito nacional, e flexibilizar sua operacionalização segundo as especificidades e o amadurecimento das diversas áreas” (GATTI et al., 2003, p. 139). É importante lembrar que essa crítica foi feita com base na avaliação de 1998. No entanto, de acordo com Barros (2006, p. 45),

Naquele momento [1997] cada área foi chamada a fazer ajustes e a definir, dentro de certas margens, o peso dos critérios que integravam cada quesito. Esta participação era parte da proposta de avaliação realizada por pares. Assim, os critérios foram propostos pela CAPES, revistos, modificados e aceitos pelas áreas de avaliação (grifo nosso).

E ainda segundo Smit, após essa avaliação, a CAPES convidou os programas para indicarem pontos específicos a cada área (SMIT, 1999). Vale lembrar que essas alterações ocorreram com alguma frequência e em 2006 a comunidade científica foi novamente convidada a propor alterações nos critérios (Barros, 2006, p.45).

Em 1998, a CAPES mudou a forma de classificar os programas de pós-graduação de A a E (A o melhor, E o pior), para valores de 1 a 7 (1 o pior e 7 o melhor). Foram atingidos os seguintes resultados:

- o ajustamento do sistema de avaliação à profunda alteração que se vem processando na concepção do Sistema Nacional de Pós-Graduação;
- a melhor discriminação dos estágios de desenvolvimento dos programas;
- a identificação dos programas com padrões de excelência internacional;
- a distinção dos níveis diferenciais de desenvolvimento das áreas avaliadas (SOUZA; PEREIRA, 2002, p. 162).

Sobre essas mudanças, Francisco Sampaio, que foi coordenador da Medicina, III afirma: “O desempenho dos programas de pós-graduação em medicina continuou respondendo com importante crescimento aos critérios mais rigorosos da CAPES” (SAMPALIO, 2006, p.343). O autor refere-se às áreas Médicas como “grupo de excelência” (idem).

Todo esse processo faz parte do esforço de melhoria e adequação da avaliação, que passou a ter maior reconhecimento ao longo dos anos. Por outro lado, cresceram também as críticas por parte da comunidade acadêmica brasileira.

É possível afirmar que a transparência do processo foi fortemente impulsionada com a criação do boletim INFOCAPES, que hoje atende pelo título RBPG (Revista Brasileira de Pós-Graduação). Na verdade, desde a criação da CAPES em 1951, a coordenação contou com uma publicação ou outra, mas ou seu conteúdo não abordava diretamente a avaliação e/ou sua circulação não era homogênea⁵⁹.

Em 1998, além de ter assumido o formato atual de avaliação, a avaliação trienal, a CAPES recebe críticas favoráveis à sua transparência. Como afirma Laranjeira, referindo-se a avaliação após as mudanças de 1997/1998, “A grande vantagem do processo que ocorre no momento na CAPES é a transparência do procedimento de avaliação e a relativa objetividade dos critérios usados” (LARANJEIRA, 2000, p.158).

Atualmente, tanto os quesitos quanto os resultados da avaliação ficam disponíveis na página da CAPES na internet e, dessa forma, os membros dos programas podem visualizar também os resultados das demais áreas e acompanhar seus ajustes. Para Martins e outros (2012, p.160), “Esta transparência do sistema brasileiro permite que os programas possam aprender uns com os outros, o que, em última análise, eleva o padrão e as exigências do sistema em cada triênio”.

Shigaki e Patrus lembram que o modelo de avaliação da CAPES pode de fato ser questionável quando o assunto é a medida da qualidade mas é, inegavelmente, “um fator decisivo na manutenção do elevado nível da pós-graduação no Brasil” (SHIGAKI; PATRUS, 2012, p.146). Além disso, a CAPES, com suas políticas, incentiva “a configuração de tal cultura nos programas, representando um modelo de controle para

⁵⁹Outros informativos da CAPES: ‘CAPES Boletim Informativo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior’ ou simplesmente ‘Boletim CAPES’, de cunho noticioso, circulando de 1952 a 1971; ‘Informe CAPES’ (boletim interno) e CAPES DEBATES (informativo), ambos circulando entre 1981 e 1982. Fonte: RBPG. Histórico. Disponível em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/index.php/historico> Acesso em 23 de fev. 2014.

medir o desempenho e compará-lo” com outros programas (SHIGAKI; PATRUS, 2012, p.147).

A coordenadora da área de Enfermagem, durante o período de 2008-2010, em editorial sobre a área e a CAPES, não tece críticas, apenas afirma que a Enfermagem busca sua consolidação por meio de incentivos à Internacionalização e ao fortalecimento regional (ERDMANN, 2008).

Para Barros, apesar das melhorias que ainda precisam ser feitas, a avaliação apresenta um efeito propulsor rumo ao constante aprimoramento. De todo modo, ele acredita que alguns itens terão que ser repensados:

Assim, é prioritário discutir questões voltadas à produção na forma de livros e capítulos e estudar com profundidade as diferentes bases de indexação e fontes de indicadores bibliométricos de forma a otimizar a classificação Qualis dentro de seu objetivo fundamental: estimular a publicação de artigos nos periódicos de maior relevância para a área. Nesse sentido, atingir o público-alvo da informação produzida e disponibilizar de forma integral e gratuita os artigos são aspectos que merecem valorização ao lado do potencial de citação do periódico (BARROS, 2006, p.49).

Para Ribeiro, trata-se de um ciclo virtuoso:

Sem o fomento, a avaliação corre o risco de ser apenas um exercício acadêmico. Mas, sem a avaliação, o fomento pode ser cego. A relação virtuosa entre os dois é assegurada pela tradição brasileira da avaliação dos cursos de pós-graduação, iniciada pelo então diretor-geral Cláudio de Moura Castro, em 1976, e que é vista pela maior parte dos especialistas como o fator que assegura que na pós-graduação *stricto sensu* a educação brasileira tenha qualidade internacional. (RIBEIRO, 2007).

Também Maccari, Lima e Riccio (2009, p.76) elogiam o processo:

A rigor, ao estabelecer as metas e requisitos de qualidade que orientam o desenvolvimento desse nível de ensino, o sistema de avaliação conduzido pela CAPES assegurou bases sólidas ao processo de expansão e consolidação da pós-graduação nacional e contribuiu para a criação das condições essenciais para que se efetivassem grandes avanços no campo da pesquisa científica e tecnológica no País.

O *ranking* da CAPES é visto com bons olhos pelos coordenadores de programas da área da Administração, “que a consideram um importante fator de distinção de qualidade entre eles. Este sistema auxilia ainda os programas na orientação de seus próprios

esforços, para que evoluam constantemente e atinjam uma melhor nota” (MACCARI et al., 2009, p.13).

A área das Engenharias III é um caso à parte. Alguns artigos foram encontrados com a palavra-chave “Avaliação de pós-graduação”, no entanto, a discussão não era sobre os critérios utilizados, mas sobre a proposição de metodologias de apoio à decisão, com base nos critérios já definidos pela CAPES, para a área (MIRANDA e ALMEIDA, 2003; 2004). As críticas mais diretas afirmam que a CAPES não utilizar métodos ADM (auxílio multicritério à decisão) (NEVES; COSTA, 2006, p.277).

Produção intelectual

Das 89 críticas identificadas, 62 tiveram como tema a Produção intelectual. Os comentários foram agrupados da seguinte maneira: Constatações, Sugestões, Críticas Positivas, e Críticas Negativas.

- Constatações

O Qualis sofreu alterações ao longo da existência da avaliação da CAPES. Começou como um instrumento para organizar e classificar a produção dos pesquisadores brasileiros, mas, com o tempo, passou a ter outras funções: tornou-se ferramenta para orientar a concessão de fundos para a inclusão de novos títulos em bibliotecas, indicador para auxiliar os pesquisadores na escolha dos periódicos para submissão de seus artigos, bem como parâmetro para incentivar os editores a aprimorar os padrões de qualidade das revistas (FERREIRA et al., 2010, p.337).

O Qualis costuma ser visto como um dos itens mais importantes do processo de avaliação da CAPES. A análise das fichas de avaliação demonstrou que, entre os seis quesitos avaliados, a Produção intelectual corresponde de 35 a 40% da nota final do programa. No entanto, um estudo da área de Administração concluiu que “a produção intelectual, embora seja necessária, não é requisito suficiente para alcançar uma boa nota na avaliação da CAPES” (SHIGAKI; PATRUS, 2012, p.147).

Carvalho e outros fizeram uma pesquisa sobre a produção científica da área da Sociologia e notaram que seus principais membros, aqueles que têm bolsas de

produtividade do CNPq, têm grande parte de suas publicações em forma de artigos. Apesar da importância do livro com meio didático, o artigo ganhou espaço, transformando-se no principal meio de produção dessa área (CARVALHO et al., 2013).

Como maneira de aumentar a produtividade, há pesquisadores que publicam a mesma pesquisa em forma de diversos artigos. Esse fenômeno, que ficou conhecido como ‘Ciência Salame’⁶⁰ tem sido criticado por ser um artifício desleal na luta por melhores notas na classificação. Mas, como já foi visto em Bourdieu (2004), toda vez que são criados novos critérios, surgem novas formas de competição e de luta por distinção e poder. Dessa forma, “a existência de regras também produz o esforço de manipulá-las” (VAZ, 2013, p.1714). Quando os métodos eram qualitativos, o esforço era de aproximação dos juízes, com os métodos quantitativos atuais, são criados, por exemplo, os clubes de citação recíproca (VAZ, 2013, p.1714):

Em suma, quando a distribuição do valor dos indivíduos decorre de um julgamento, haverá questionamento tanto de quem julga, quanto dos critérios aplicados. Haverá também esforço para distorcer as regras a favor de grupos ou indivíduos. Haverá, por fim, efeitos gerados pela aceitação consentida. A maior parte dos pesquisadores não manipula, mas joga segundo as regras que estimulam a produção e, assim, publicam cada vez mais. Perdemos de vista aquilo que as métricas visavam medir: a qualidade da pesquisa. A publicação-salame não é uma jogada faltosa, como a falsa coautoria; é, sim, um modo de jogar tornado possível pelas novas regras. Quem o adota só pensa em vencer, não se importando mais com a singularidade do jogo que está jogando (VAZ, 2013, p.1714).

- Sugestões

Em 2008, o editor da revista da área de Medicina I sugeriu que a CAPES considerasse como Produção intelectual os pareceres dos revisores de artigos publicados. Para o

⁶⁰ O professor da USP, Reinaldo Reinach afirma que ouviu o termo em 1985, e o define como “a prática de fatiar uma única descoberta, como um salame, para publicá-la no maior número possível de artigos científicos. O cientista aumenta seu currículo e cria a impressão de que é muito produtivo. O leitor é forçado a juntar as fatias para entender o todo. As revistas ficam abarrotadas e avaliar um cientista fica mais difícil. Apesar disso, a “Salami Science” se espalhou, induzido pela busca obsessiva de um método quantitativo capaz de avaliar a produção acadêmica” REINACH, Reinaldo. Darwin e a prática da ‘Salami Science’. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 ago. 2014. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,darwin-e-a-pratica-da-salami-science-imp-,1026037>>. Acesso em: 10 out. 2014.

editor, isso serviria como meio de incentivar os revisores (que normalmente não são remunerados) e também para que estes entregassem os pareceres dentro dos prazos estipulados, de modo a não prejudicar a periodicidade da revista (CARAMELLI, 2008, p. 95).

Para a ABEC (Associação Brasileira de Editores Científicos) as regras da CAPES e do Qualis fazem com que os periódicos nacionais tenham de competir com os periódicos internacionais. Para o presidente da associação, essa competição é desigual, pois editores brasileiros teriam que se comparar aos editores profissionais das revistas internacionais. Sua sugestão é que sejam ofertadas bolsas para que os editores possam se profissionalizar. Além disso, as revistas brasileiras, majoritariamente mantidas por fundos universitários, deveriam receber incentivos financeiros do governo e da iniciativa privada, de modo a manter seus editores. Embora a CAPES e o CNPq distribuam fundos para alguns periódicos, esses recursos não são considerados suficientes para manter uma posição competitiva das revistas brasileiras. (BARRAVIERA, 2009, p.355-356).

Alcino Lázaro da Silva, em texto sobre Medicina I, Medicina II, e Medicina III, propõe a criação, pela CAPES, de três periódicos de alto nível, um para cada área. A ideia seria facilitar o acesso dos pesquisadores brasileiros que quisessem publicar. Isso, para o autor, resolveria a dificuldade de publicar em revistas internacionais, normalmente americanas (SILVA, 2011, p.371).

Sobre o uso de indicadores, algumas sugestões foram feitas. Alguns pesquisadores acreditam que é preciso abrir mão de indicadores quantitativos em prol de uma avaliação qualitativa, enquanto outros propõem o equilíbrio entre esses dois critérios, como será visto mais a frente. Entretanto, observa-se que, independentemente do método utilizado, os resultados podem ser parecidos. O que pode modificar o panorama da avaliação de periódicos é o peso dado para o qualitativo e o quantitativo em cada área: “A força da correlação entre os resultados positivos e negativos nas duas abordagens tem se mostrado variável, dependendo da área de conhecimento em que o estudo foi realizado, mais forte nas *hard sciences*, mais fraca nas *soft sciences*” (NOVAES, 2013, p.1715). Assim, não seria interessante abrir mão dos critérios quantitativos. O ideal seria equilibrar qualidade e quantidade:

É sempre bom lembrar que o processo de decisão dos comitês assessores do CNPq já se baseou em avaliações subjetivas no passado, e que esta dinâmica levou a uma disputa fratricida entre áreas do conhecimento, por exemplo, entre física e matemática versus ciências humanas e saúde coletiva, e atritos internos a cada um dos comitês, opondo pesquisadores que utilizam uma metodologia quantitativa àqueles que utilizam uma metodologia qualitativa. Essa tensão é desnecessária nos dias atuais, já que dispomos de várias abordagens metodológicas que permitem a síntese explícita de um componente subjetivo a um componente objetivo empírico, como o Bayesianismo, entre outras (STRUCHINER, 2013, p.1716-1717).

É preciso lembrar que os índices de citação não nasceram com o propósito de avaliar pesquisadores ou instituições. Seu criador, Eugene Garfield, procurava, com essa ferramenta, “acelerar o seu processo de pesquisa, avaliar o impacto do seu trabalho, mostrar tendências científicas e traçar a história do pensamento científico moderno” (BARRETO, 2013a, p.1720). Em outro texto, Barreto afirma:

A quantidade e a forma com que se escreve e a intensidade com que se cita varia entre os campos científicos. Entretanto, é importante se reconhecer que não há ciência sem escrita nem ciência sem citação. Assim, a avaliação bibliométrica tornou-se de grande relevância para a avaliação científica em geral e central em alguns campos científicos ou modos de fazer ciência. Contudo, seria de se esperar que essa abordagem tivesse significado menor naqueles campos ou modos de fazer ciência em que se espera por produtos para além da produção ou citação bibliográfica. Essa diferença entre os modos de fazer ciências foi bem estabelecida por Gibbons, o qual separou a ciência acadêmica tradicional, baseada em disciplinas e centrada em um sistema de mérito que se baseia na publicação e nos seus efeitos detectados pela bibliometria (denominada modo 1), de uma prática científica orientada por problemas, não restrita a disciplinas específicas e cujos produtos vão além das publicações, sem evidentemente excluí-las (denominada modo 2). No entanto, apesar de proposições como a de Gibbons terem forte influência na forma em que se concebe a organização da ciência, o que também se observa é a tendência a não diferenciação dos processos de avaliação, que continuam pesadamente centrados na bibliometria (BARRETO, 2013b, p.835).

Os periódicos que têm maior fator de impacto são os das áreas básicas e experimentais, enquanto os das áreas aplicadas ficam nos extratos mais baixos do Qualis. Para a Educação Física, por exemplo, que publica nos dois tipos de órgãos, haveria uma perda da identidade epistemológica: em busca de aumentar sua nota na classificação, a área deixaria de publicar artigos relativos às áreas aplicadas, a fim de focar nas pesquisas básicas e experimentais. Para essa área, uma possível solução seria rever os critérios de avaliação, dando crédito a periódicos específicos da área, além de considerar a indexação em diversas bases de dados, como é feito por outras áreas (RODACKI; MARTINELLI; GUIRRO, 2011).

De acordo com esse mesmo autor, desde o início dos anos 2000 alguns países, como Inglaterra e Holanda, passaram a considerar outras publicações e a buscar medidas não bibliométricas para avaliar sua produção. O autor cita o *Royal Academy of Engineering. Measuring excellence in engineering research. London; 2000*, e *Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, Council for Medical Sciences. The societal impact of applied health research: towards a quality assessment system. Amsterdam; 2002* (BARRETO, 2013b, p.836). A ideia seria utilizar o que chamam de ‘impactos não bibliométricos’ que mediriam não só a citação entre pares, mas também o uso dos trabalhos em outros tipos de produção: material didático, livros, aulas.

Um exemplo do uso concomitante de bibliometria e outros critérios pode ser visto no Global Research Council – GRC. Criado em 2012, com mais de 50 países membros representados por seus conselhos e agências nacionais de pesquisa, o GRC estabeleceu condições para o julgamento da pesquisa baseadas em princípios, como transparência e imparcialidade, e o conceito de ‘Integridade na pesquisa’. A aplicação deste último princípio seria vital para receber e manter financiamento para atividades de pesquisa (VASCONCELOS, 2013, p.1722).

- Críticas positivas

Apesar das críticas negativas feitas à punição, há quem a veja como uma alternativa, um incentivo para melhorar a qualidade da produção científica:

Logo, é mais sensato acreditar em Castro (1998, p.86), quando visualiza o sistema de incentivos como **estímulo** aos docentes/pesquisadores brasileiros, repetindo John Stuart Mill, para quem o homem morre por um ideal, mas não morre de fome por um ideal: “*Não sabemos muito bem se a disciplina férrea em um mosteiro trapista é produto da fé ou medo de ir para o inferno. Entre nós, seres mais telúricos, as recompensas e as perdas têm forte influência no comportamento*”. De resto, cabe ao pesquisador seguir seu caminho ético, sem concessões que firam suas crenças e ideais, consciente de que a ciência é conhecimento público, e como tal, deve estar disponível para todos. Se não há norma rígida que determine com precisão em que momento o pesquisador deve interromper suas investigações para escrever seus achados e publicá-los, repetindo Ziman (1979), se o trabalho atingiu razoável fase de amadurecimento e consistência, deixar de publicar é um crime contra a ciência. Esta é uma posição que nem incentiva a compulsão da “*indústria de papéis*”, nem a

compulsão da perfeição de alguns cientistas” (TARGINO, 1999, p.61, grifo do autor).

Ao demonstrar os avanços na área que inclui as disciplinas: Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia e Educação Física, Costa não parece ver problemas no sistema de avaliação da CAPES. A área tem conseguido avançar e, de acordo com o autor, se há dificuldades, elas residem no fato da variação disciplinar da área – cada uma das subáreas (Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia e Educação Física) apresenta produções diferenciadas e nem todas têm periódicos adequados para publicarem. Isso torna “preocupante o reduzido número de periódicos internacionais especializados e de forte impacto nesta área, especialmente no processo de composição de um Qualis Periódicos que atenda satisfatória e integralmente as quatro áreas profissionais que a compõe” (COSTA, 2010, p.VI). A mesma crítica é apresentada pela subárea que une Botânica, Oceanografia e Zoologia, dentro das Ciências Biológicas I (MACHADO; ZAHER, 2010). Importante dizer que essa configuração valeu até a avaliação de 2007-2009, quando as três subáreas passaram para outra área, Biodiversidade, ação também criticada pelos autores. Associa-se a isso o grande número de áreas de concentração e linhas de pesquisa a serem avaliados, que precisam encontrar seus nichos de publicação (COSTA, 2010, p.vi).

João Pereira Leite, coordenador da área de Medicina II no triênio 2007-2009, pensa que as críticas negativas feitas ao Qualis, sobretudo sobre as mudanças para 2007, não têm fundamento. De acordo com ele, alguns mitos sobre a avaliação foram criados:

Mito 1: A adoção da nova classificação (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C) levará à “extinção” das revistas brasileiras. Para Leite:

não existe qualquer evidência de que a adoção do FI tenha levado ao fechamento de revistas brasileiras. Ao contrário, o que se observou neste período foi um incremento importante do número de revistas indexadas nas bases SciELO, Medline, Scopus e JCR. Entre 2002 e 2008, o Brasil teve um aumento de 205% no número de indexações na base JCR, a maior da América Latina. Ademais, houve incremento do FI das revistas brasileiras nesta base (LEITE, 2010, p.103).

Mito 2: Refere-se ao uso do Fator de Impacto para as áreas de Medicina. Supostamente, esse parâmetro foi tirado das *subject categories* do JCR e não teria relação com a área. O autor explica:

O procedimento adotado pelas áreas da CAPES (incluindo as Medicinas I, II, e III) foi justamente estabelecer o FI mediano da área baseado na produção científica dos programas de PG no triênio anterior (2004-2006). Assim, a relação com a produção científica da área é total (LEITE, 2010, p.103).

Mito 3: O novo Qualis teria repercussão negativa nas notas dos programas.

Conforme amplamente pactuado entre as diversas áreas, os dois estratos superiores foram estabelecidos para indicar o conjunto dos melhores periódicos de uma determinada área e não para se tornar um pré-requisito. Assim, cada área poderia fazer sua indução para o futuro, indicando a excelência da produção científica na área. Por estarem no “topo da pirâmide”, estes estratos devem ser necessariamente constituídos por um número relativamente pequeno de periódicos. Como consequência, é esperado nesta avaliação trienal que muitos programas com desempenho muito bom nas avaliações anteriores tenham a sua produção majoritariamente representada no estrato B1 (LEITE, 2010, p.103-104).

É importante salientar que o QUALIS é apenas uma ferramenta de medida, isto é, um “metro” na avaliação da produção dos programas. Portanto, a posição relativa da produção científica entre os programas de PG em uma determinada área não se altera (LEITE, 2010, p.104).

Mito 4: O Fator de Impacto do JCR é um critério muito discutível e outros critérios seriam mais úteis, como por exemplo, o índice H da base SCImago.

Leite afirma que testes foram feitos com outros índices e, independentemente do indicador, quase não há variação no resultado. De acordo com ele, “A base JCR foi mantida por ser mais estável e por sofrer menos oscilações que a base SCImago, particularmente quando analisamos os periódicos recém-indexados e os de menor impacto” (LEITE, 2010, p.104).

Apesar de se reconhecer que os indicadores apresentam problemas, é preciso entender para quê os mesmos foram criados – medir qualidade não é seu objetivo, mas sim verificar a circulação da informação. Outra importante questão seria a revisão qualitativa de pesquisadores individuais. Barata considera ser essa uma tarefa complexa:

Todos os editores científicos e os coordenadores de processos de avaliação de projetos para o fomento têm enfrentado enormes dificuldades com a revisão por pares. Cada vez torna-se mais difícil conseguir avaliadores e avaliações bem feitas que possam ser realmente úteis para as comissões encarregadas da aprovação ou priorização das propostas (BARATA, 2013, p.1712-1713).

Contudo, o que justificaria essa aceitação ou negação do uso de indicadores quantitativos na avaliação? Vaz sugere que:

Dentre as razões, podem ser destacadas a crença nos números como garantidor da objetividade, a facilidade de construção de consenso e a possibilidade de os juízes se eximirem do risco de julgar, isto é de se eximirem da necessidade de justificar suas escolhas perante seus pares (VAZ, 2013, p.1713).

Vaz acredita que os indicadores quantitativos consideram de fato o arbítrio de vários juízes (comitês editoriais, bases de dados indexadoras, e a avaliação da CAPES) e, portanto, têm seu mérito se comparados a uma avaliação feita apenas por um juiz (no caso, apenas a CAPES).

Souza acredita ser possível manter os índices de citações. O autor acredita que eles sejam um indicador de qualidade, uma vez que “a citação por outro cientista é um reconhecimento da relevância do produto científico publicado” (SOUZA, 2013, p.1719).

Evidentemente, há a insuficiência desses métodos, porém é preciso lembrar que a atividade científica é extremamente complexa de ser medida. Portanto, mede-se não o ideal, mas o que existe da pesquisa/a pesquisa concreta. Contudo, são poucas as alternativas aos índices bibliométricos e parece não existir uma sistemática avaliativa puramente qualitativa que possa dar conta da complexidade científica (BARRETO, 2013a, p.1721).

A despeito da discussão e críticas à predominância dos métodos quantitativos sobre os qualitativos, há quem considere que a avaliação vai muito bem. Uma análise da área da Matemática demonstrou que, por apenas publicar artigos, a área não encontra problemas com relação à Produção intelectual. “Nas áreas de Ciências Exatas, a produção intelectual é praticamente sinônimo de artigo original em revista científica” (CASTANHA; GRACIO, 2012, p.86).

Para os representantes dos programas de pós-graduação em Teologia, as sugestões da CAPES são consideradas importantes e benéficas, indo bem além dos periódicos, afirmando que a avaliação é importante por promover a constante auto-superação dos programas (GUINDANI, 2013).

- *Críticas negativas*

As críticas se dirigem à pouca atenção que outros tipos de Produção intelectual, além dos artigos científicos, recebem na avaliação da CAPES. Por exemplo, a área da Educação não tem no periódico seu principal meio de produção:

No caso da área de educação, é preciso explicitar, em primeiro lugar, em que consiste a produção de um programa de pós-graduação, inclusive lembrando o papel do livro didático e a cada vez mais frequente preparação de vídeos instrucionais; da divulgação das publicações por via eletrônica; e o lugar dos pareceres solicitados pelas agências de financiamento e dos relatórios das visitas realizadas por indicação da CAPES; da promoção de eventos científicos; da participação em comitês e associações científicas. É preciso que haja uma melhor especificação e diferenciação entre os diversos tipos de produção de um programa, em especial entre produção científica, acadêmica, técnica e artística.

Em segundo lugar, se a publicação em periódicos internacionais não tem, na área de educação, o mesmo significado que tem para outras áreas, quais veículos vamos priorizar: se livros ou capítulos de livros (valerá o conhecimento e prestígio das editoras?); se ensaios e artigos publicados em periódicos com corpo editorial de ampla composição, com colaboração de articulistas de todo o país e mesmo internacionais, periodicidade regular, circulação nacional, peso significativo na divulgação dos resultados de pesquisa (GATTI et al., 2003, p.142).

O livro também é um meio importante na Educação Física. Apesar de pertencer às Ciências da Saúde, a Educação Física dialoga com a área da Educação, componente das Humanidades. Por isso, publica muitos livros em vez de artigos em periódicos científicos (MARCHLEWSKI; SILVA; SORIANO, 2011, p.109).

É também o caso da Saúde Coletiva. Esta área apresenta grande parte de suas publicações sob a forma de livros e capítulos de livros: “a divulgação científica em livros e capítulos de livros não é significativa nos programas com melhor avaliação na área de saúde Coletiva” (COSTA, 2012, p.682). Por isso, a CAPES e a área como um todo não se preocuparia em aprimorar a classificação de livros. Sobre o Qualis, Costa afirma que

“a experiência da avaliação dos PPGSC [programas de pós-graduação em Saúde Coletiva] pela CAPES não ratifica integralmente o projeto de divulgação e validação de sua produção intelectual. Pelo contrário, ela tem contribuído para o

enfraquecimento da produção científica nos marcos da interdisciplinaridade na saúde Coletiva” (COSTA, 2012, p.686).

O Qualis periódico acaba por ter um efeito indesejado, a desvalorização da publicação de livros. Apesar do esforço da CAPES para dar conta dos livros: “ainda estamos longe de restituir ao livro acadêmico de qualidade a condição que ele apresenta em outros contextos nacionais e na história da publicação científica no Brasil” (LIMA, 2013, p.1724).

Outro efeito indesejado é o desestímulo à interdisciplinaridade: a CAPES “apresenta, contudo, distorções importantes como é o caso da avaliação de periódicos que atribui conceituação diferente nas distintas áreas de conhecimento, desestimulando assim o exercício da interdisciplinaridade” (LIMA, 2013, p.1725).

O mesmo se dá na Astronomia e na Física: apesar de a área contar com muitos periódicos classificados como A1 ou A2, muitos de seus pesquisadores publicam em outras áreas cujos periódicos são A, porém, ao serem avaliados pela Física, por serem de outra área, recebem classificação menor (CORREIA; ALVARENGA; GRACIA, 2012, p.240).

Pesquisadores dessa área afirmam que, para terem suas pesquisas mais lidas e discutidas, determinados periódicos são mais interessantes, ainda que não estejam classificados em estratos superiores do Qualis. Dessa forma, a escolha do periódico seria feita de acordo com tipo de conteúdo e proposta do trabalho (CORREIA; ALVARENGA; GRACIA, 2012, p.241). Mesmo assim, a área como um todo incentiva a publicação em revistas Qualis A1, principalmente por conta da sua alta competitividade, o que leva o pesquisador a um dilema entre publicação de periódicos que interessem ao seu grupo e publicações que figuram nos estratos mais altos.

E como ocorre em diversas áreas, a colaboração entre áreas é uma realidade e leva ora o pesquisador de física a publicar em periódicos da sua área, ora na área com a qual colabora, como Matemática, Química, Farmácia, Odontologia, etc.. Na área de Física, 96% dos artigos são escritos em colaboração. Por essa razão, a despeito da qualidade do artigo ou da revista, o Qualis que a mesma recebe pode variar de acordo com sua área foco. (CORREIA; ALVARENGA; GRACIA, 2012, p.241-245).

Mas isso não pode nem deve ser minimizado. As revistas só adquirem Qualis após terem sido indicadas nos relatórios dos programas, por isso é importante publicar nas mesmas. Enquanto isso não ocorre, algumas revistas com qualidade podem permanecer com classificação inferior (ou sem) (CORREIA; ALVARENGA; GRACIA, 2012, p.240).

Além disso:

A crítica é relativa à ferramenta utilizada como um dos fundamentos no item de maior valor da avaliação da pós-graduação. Ao definir o nível das revistas, desconsidera-se o tamanho da comunidade, prejudicando áreas, o que leva o docente a publicar em periódicos com maior abrangência ao invés da especificidade, mas com baixa visibilidade para a temática, grupos de pesquisa e docentes especializados (CORREIA; ALVARENGA; GRACIA, 2012, p.242).

Tudo isso porque a produção bibliográfica é o quesito que dita a avaliação, gerando um círculo vicioso:

docentes de programas com alto conceito dedicam mais tempo à produção científica, garantindo assim a manutenção desses conceitos e o financiamento por parte dos órgãos que consideram fundamental o conceito no momento da distribuição das verbas. Entretanto, formam menos alunos, demoram mais para titulá-los e perdem mais alunos por abandono ou desligamento (Horta, 2002). Entretanto, docentes de programas com baixo conceito buscam desesperadamente que todos os seus orientandos se titulem o mais rapidamente possível, para que seus programas não percam bolsas da CAPES; conseguem isso, mas publicam menos, seus programas mantêm baixos conceitos e, conseqüentemente, tornam-se menos competitivos no momento de disputar financiamento (HORTA; MORAES, 2005).

Na área da Administração, a influência do sistema de avaliação da CAPES como principal direcionador das ações de contratação de professores é marcante. A Produção intelectual é o item principal considerado na contratação, tanto qualitativa como quantitativamente (MACCARI et al., 2009, p.11).

Considera-se que o uso dos indicadores de produtividade é excessivo. Maccari e outros explicam que há a perseguição da alta produtividade entre todos os docentes. Como reflexo disso, para aumentar a produtividade bastaria reduzir o número de docentes, o que teria conseqüências na formação de novos pesquisadores. Dessa forma, passa a existir um conflito entre aquilo que é proposto ou cobrado pela CAPES (aumento da produção do programa) com aquilo que é a vocação do programa (que nem sempre realiza e publica suas pesquisas em forma de artigos científicos). Toda estrutura dos

curso é formada não de acordo com a visão da universidade, mas de acordo com a avaliação da CAPES (MACCARI et al., 2009, p. 14).

Outra questão refere-se aos periódicos e ao lugar das revistas nacionais e internacionais no contexto da avaliação. Para Luis Nassif (2003, citado por SIMÕES, 2004, p.125)

ao instituir a quantidade de trabalhos publicados em periódicos especializados estrangeiros como o critério de excelência na avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil, a comunidade científica deu um passo correto para eliminar o “compadrio corporativo”. Por outro lado, distorções teriam sido criadas a partir dessa escolha, sendo a principal delas a utilização das publicações internacionais como “único critério de avaliação” da produção acadêmica no Brasil.

Para Simões, o modelo da CAPES é inadequado para avaliar a pós-graduação em Educação por não ser capaz de “contemplar a diversidade e a heterogeneidade necessárias à prática da educação na academia e fora dela” (SIMÕES, 2004, p.126). A autora vê a avaliação como majoritariamente quantitativa e considera que isso não é suficiente para dar conta das características da Educação.

Mesmo nas Medicinas, a crítica surge: “É notório o paradoxo hoje observado nas ações desenvolvidas pela CAPES ao apoiar o financiamento de periódicos brasileiros e prejudicá-los com um sistema falho de avaliação” (LUCENA e TIBÚRCIO, 2009, p.248).

Cabral Filho (2010, p.403-404), editor da *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, e Santos, editor da área da Farmácia, acreditam que o Qualis atrapalha mais do que ajuda a melhorar a qualidade dos periódicos nacionais:

Se, por um lado, o Governo Federal, através do CNPq, tem investido de forma considerável no apoio a periódicos brasileiros, o Novo Qualis parece fazer o papel inverso, pois, preocupados com a avaliação de seus Programas, os pesquisadores brasileiros procurarão publicar seus trabalhos em periódicos melhor estratificados, nos quais dificilmente encontraremos representantes nacionais (SANTOS, 2009).

Há também a cobrança por periodicidade. Por exemplo, o periódico *Food Science and Technology* teve, em 2013, aumento no seu fator de impacto, porém não manteve sua periodicidade, item que também é avaliado. As justificativas dos editores dessa revista caíram no processo moroso de revisão por pares (SOUZA; FURLONG, 2013, p.395).

Muitos revisores não aceitam ou nem respondem, sendo necessário recorrer a diversos pareceristas para avaliar os artigos recebidos.

Em 2009, Rocha-e-Silva discutiu os critérios empregados no Qualis periódicos. O autor não está convencido do motivo pelo qual apenas 25% dos periódicos do mundo podem estar no estrato A. Para ele, boa parte dos periódicos da Medicina I, II e III pode ser classificada como A1 ou A2, mas teria que ser rebaixada para se adaptar aos critérios Qualis. Segundo o autor, essa política não é coerente com os esforços da CAPES e do CNPq para o apoio à melhoria das revistas nacionais (ROCHA-E-SILVA, 2009a, 2009b).

Nas demais áreas da saúde, as críticas aparecem com relação ao estrato de apenas 20% das revistas com A1. O Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva afirma que o *ranking* Qualis de revistas científicas acaba por rebaixar revistas importantes brasileiras, quando afirma que apenas 20% poderão configurar no estrato mais elevado, A1 (FÓRUM, 2008).

No entanto, Dupont e Dias discordam dessa posição. De acordo com eles, até o triênio 2004-2006, grande parte das áreas apresentava mais de 30% das revistas no estrato mais alto do Qualis – o que, para eles, não significava comparar a qualidade, mas a simples inclusão de revistas em um determinado estrato. Afirmam: “Esta concentração artificial da qualidade distorcia e não permitia a comparação de desempenho de Programas nem mesmo dentro de uma grande área” (DUPONT; DIAS, 2008, p.1283).

Foi nesse momento que a CAPES, através do CTC (Conselho Técnico-Científico) discutiu com diversos coordenadores e representantes de área um novo modelo para o Qualis, chegando aos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. O objetivo era:

procurar uma linguagem comum, com novo Qualis que permita a qualquer pessoa de determinada área entender a avaliação de qualquer outra área. A classificação dos veículos se processa para qualquer área empregando os seguintes critérios básicos e comuns a todas áreas:

a) o(s) critério(s) de classificação dos veículos deve(m) levar em consideração todos os veículos disponíveis e não somente aqueles em que a área eventualmente publica;

b) veículos não indexados em alguma base de dados, sem corpo editorial e sem sistema de avaliação pelos pares devem ser classificados por todas as áreas como impróprio (C). Serão classificados de A (1,2) a B (1-5) somente os veículos indexados em alguma base de dados, com corpo editorial e com avaliação pelos pares (pareceristas *ad hoc*) (DUPONT; DIAS, 2008, p.1283).

Esse novo formato do Qualis buscava o padrão internacional de qualidade. Segundo os autores, nos estratos mais altos, A1 e A2 devem figurar apenas periódicos reconhecidos pela comunidade científica internacional. Porém, mesmo com essas indicações, os autores revelam a existência de exceções. O exemplo é dado pela própria área de Química, que coloca três periódicos nacionais, independentemente da sua classificação (a área apoia-se no Fator de Impacto) como A1, B1 e B1, respectivamente:

Os periódicos *Journal of the Brazilian Chemical Society*, *Química Nova* e *Anais da Academia Brasileira de Ciências* serão classificados como A2, B1 e B1, respectivamente, independente de seus FI, devido à importância estratégica dos mesmos para a área de Química no país (DUPONT; DIAS, 2008, p.1283).

Rocha-e-Silva faz um comentário interessante. De acordo com ele, entre os periódicos que figuram no estrato mais alto, com maior impacto e mais citações, cerca de 20% são de periódicos de revisão científica, aqueles que não apresentam pesquisas em andamento ou seus resultados, mas fazem a revisão bibliográfica de um tema. Para o autor, esse tipo de revista, que poderia ser excluído da contagem: “QUALIS 2008-2010 inclui em sua conta um número muito considerável de periódicos que nada tem a ver com a atividade de publicar ciência original” (ROCHA-E-SILVA, 2010, p.103).

Para Pinto e Cunha, o Fator de Impacto é adequado, porém os comitês avaliadores da CAPES estariam equivocados ao usar somente esse indicador. Para os autores, usar apenas o Fator de Impacto deixaria importantes revistas da área de Química e Ciências Biológicas de fora do estrato A1.

O emprego de indicadores para qualificar tanto periódicos científicos quanto o trabalho de pesquisadores é muito salutar e necessário, e deve fazer parte da rotina dos comitês de agências de fomento nas suas avaliações. Apesar de todas as críticas que são feitas ao Fator de Impacto, este indicador deve continuar sendo usado pelos comitês, mas não como critério absoluto de qualidade. É muito importante que os comitês conheçam as inconsistências dos indicadores que empregam nas suas avaliações (PINTO; CUNHA, 2008, p.2221).

Andrade e Galembeck fazem críticas ao uso do fator do Impacto ou Índice H e acreditam que o Qualis deveria utilizar múltiplos critérios para a avaliação dos periódicos (ANDRADE; GALEMBECK, 2009).

O Fator de Impacto (FI) era válido no momento da criação do Qualis, por ser, na época, a única métrica disponível. O próprio ISI já havia alertado que o FI não era medida de qualidade de artigo individualmente, mas do periódico como um todo. Dessa forma, não é a produção que é avaliada, mas sim o canal no qual a mesma é publicada. Além disso, com o passar dos anos, novas métricas surgiram (ROCHA-E-SILVA, 2009a): “a crescente cultura a favor da “objetividade” levou administradores e formuladores de políticas a abraçar o FI como uma ferramenta rápida para tomada de decisão, ignorando concomitantemente a questão básica do que está sendo de fato medido (EWING, 2006, apud MACHADO; ZAHER, 2010, p.501)⁶¹.

Andrade e Galembeck não concordam com a regra de 20% nos estratos maiores do Qualis. Para eles “o “sarrafo” muda de posição, mas a lógica da avaliação continua a mesma, exacerbando a importância de um dos aspectos da pós-graduação e subjugando a relevância sob indicadores erigidos em critérios finais e únicos” (ANDRADE; GALEMBECK, 2009).

Para a Odontologia, são desvantagens do FI: “a ausência de avaliação da qualidade das citações, a inclusão de autocitações, e uma análise centrada ao redor de publicações em inglês” (FERREIRA et al, 2010, p.337)⁶².

Para Yoshida, editor de revista da subárea Vascular, das Medicinas,

não parece fazer sentido a todos nós que, sendo todas as boas revistas nacionais indexadas no SciELO e Scopus (cujos fatores de impacto são superponíveis aos do ISI), a qualificação CAPES seja baseada somente no critério ISI, ao qual

⁶¹Traduzido de: “the growing culture in favor of “objectivity” has lead administrators and policymakers to embrace the IF as a quick tool for decision-making, ignoring concomitantly the basic question of what is being actually measured”.

⁶²Traduzido de: “the absence of citation quality assessment, the inclusion of auto-citations, an analysis centered around publications in English”.

poucas revistas nacionais têm acesso, por serem revistas emergentes (YOSHIDA, 2011, p.101).

Marchlewski, Silva e Soriano (2011) realizaram um levantamento das críticas ao Qualis na área de Educação Física. Para isso, observaram o que foi escrito em periódicos nacionais da área, tendo encontrado o seguinte: a primeira crítica diz respeito ao uso dos indicadores baseados em citações. De acordo com o levantamento das autoras, apenas cerca de 5% dos periódicos da área na WoS apresenta alto fator de impacto, prejudicando a comparação do restante das revistas. Isso também favoreceria uma ‘cultura da trapaça’ (CALLAHAN, 2004 apud DEPAUW, 2009, p.53 apud MARCHLEWSKI; SILVA; SORIANO, 2011, p.108), na qual os autores buscariam citar sempre os mesmos autores, realizar autocitação e fazer a mesma pesquisa, apenas com algumas alterações, perdendo a originalidade, mas ganhando em impacto. Isso também foi chamado de “ciência salame” (CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007, apud MARCHLEWSKI; SILVA; SORIANO, 2011, p.108).

Para as autoras, “As exigências de qualidade não orientariam o trabalho de aceitação pelos editores, mas sim o comércio das assinaturas de periódicos científicos” (MARCHLEWSKI; SILVA; SORIANO, 2011, p.109). Isso deixaria a qualidade científica de lado, apostando apenas no valor de mercado dos periódicos. Além disso, a área não conta com muitas revistas especializadas, e seus periódicos acabam por receber artigos de diferentes áreas, inclusive das Humanidades. Isso tornaria a comparação por fator de impacto inviável, pois diferentes áreas não seriam comparáveis (idem p.111). Para as autoras, uma alternativa seria o investimento em periódicos especializados em Educação Física.

As críticas aos critérios de impacto seguem. Os participantes do Fórum de Editores de Revistas da Área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, ocorrido em 2011, afirmam que “os critérios bibliométricos vêm respondendo mais à lógica de mercado com claro favorecimento dos periódicos internacionais, em detrimento de importantes esforços nacionais, como as citações por meio do SciELO” (MOÇÃO, 2011, p.533).

Para Costa, da área de Saúde Coletiva, existem problemas com relação ao uso de indicadores, como o índice H. Isso poderia ser até interessante para os artigos das

subáreas básicas da área, mas prejudicaria a parte que se relaciona às ciências sociais da saúde coletiva. (COSTA, 2012, p.682).

Camargo Jr., da Saúde Pública, parte do pressuposto de que os indicadores bibliométricos são problemáticos, principalmente aqueles que se baseiam no sistema de citações. E indica a recorrente questão de não buscar entender o que os números advindos desses indicadores significam. Para o autor, “A ênfase na suposta “objetividade” de indicadores numéricos leva a que não se questione o aspecto fundamental da utilização de tais indicadores, seu sentido” (CAMARGO JR., 2013a, p.1708). O autor cria uma metáfora sobre o atual processo avaliativo da CAPES:

Suponhamos que alguém desejasse ranquear “objetivamente” pintores segundo a sua “produtividade”. Um indicador óbvio seria o número de quadros, mas nem todos os quadros são iguais. Seria possível medir cada um e determinar a sua área, chegando a um indicador padronizado, que, para permitir comparações, poderia ser dividido pelo período de atividade do pintor. Poderíamos medir o tempo que apreciadores levam contemplando cada quadro, e seria possível estabelecer ainda uma relação de museus segundo a sua importância, levando em conta o número de visitantes. Melhor ainda, poderia ser computado o número de vezes que estudantes de artes fazem cópias dos quadros, o que daria uma medida da importância atribuída pelos próprios artistas à obra de cada pintor. Finalmente, os números de prêmios e críticas favoráveis recebidos por quadros e pintores poderia ser outro indicador. Ao final desse processo teríamos um conjunto de indicadores precisos, objetivos e facilmente reproduzíveis, segundo os quais Ticiano provavelmente seria um pintor mais produtivo que da Vinci. É provável que Bosch e da Vinci estivessem fora de listas de pintores mais produtivos, e talvez pintores relativamente medianos, mas com produção regular, se destacassem no conjunto. Artistas que tinham estúdios, como Rembrandt, se beneficiariam da autoria de trabalhos coletivos. A produção inicial dos impressionistas, porém, seria desqualificada, já que foi extremamente mal recebida pelos críticos – o próprio rótulo “impressionista” foi usado inicialmente de modo pejorativo. Poderíamos ainda concluir que apenas o Louvre e a Tate Gallery de fato contam como museus relevantes, orientando amantes da arte a não perder tempo com museus menores como L’Orangerie. A questão que caberia perguntar ao fim desse exaustivo exercício é se de fato haveria algum sentido nessas conclusões (CAMARGO JR., 2013a, p.1708-1709).

Camargo Jr. retoma os efeitos negativos da avaliação da produção científica de forma exclusivamente quantitativa – o que é feito pela área de Saúde Pública na CAPES (CAMARGO JR., 2013a, p.1709):

- Aumento da publicação de resultados positivos;
- Aumento do número de retratação por fraude ou má conduta na pesquisa, sobretudo nos periódicos de maior impacto;

- Produção em série de artigos sem inovação ou interesse;
- Multiplicação do número de autores por texto;
- Distribuição de conteúdos entre diversos periódicos, o que ficou conhecido com Publicação Salame;
- Criação do que poderia ser chamado de clubes de citação mútua, etc..

O autor defende o não uso de qualquer tipo de *ranking* ou dados quantitativos e a introdução da avaliação da produção científica totalmente baseada em critérios qualitativos. Ele cita o exemplo do pesquisador americano Bruce Alberts, editor da revista Science. Alberts recomenda que o pesquisador que deseja ser avaliado escolha cinco trabalhos que considera os mais importantes da sua carreira. Esses trabalhos serão lidos na íntegra. Se o pesquisador não fizer isso e simplesmente enviar para publicação toda a sua produção, Alberts afirma que não os lerá, apenas verá em quais periódicos foram publicados (CAMARGO JR., 2013a, p.1709-1710).

Coimbra Jr. considera importante a avaliação da Produção intelectual realizada pela CAPES e atribui a ela o constante aperfeiçoamento desse tipo de material. No entanto, acredita que essa mesma avaliação passou a ter um caráter produtivista, que faz com que seja esquecido o que exatamente está sendo medido. O autor reclama da falta de clareza sobre as medidas utilizadas, as bibliometrias, e teme que, ao usar tal sistema em demasia, a comunidade científica perca a capacidade de realmente avaliar um pesquisador ou uma área de pesquisa. Esse produtivismo, que transcende o papel da comunicação científica, levaria também a problemas éticos: plágio, publicações redundantes, autoria indevida, etc.. (COIMBRA JR., 2013, p.1726).

Para ele falta uma definição para “qualidade científica”:

Note-se, contudo, que a ausência de tal definição não impediu que se operassem ao longo da história da ciência várias formas de avaliação, desde a elaboração de pareceres sobre artigos até decisões envolvendo a destinação de vultosos recursos para pesquisa. Diria mais, que talvez exatamente por uma impossibilidade de definição de uma vez por todas do que seja qualidade em ciência é que a revisão por pares segue sendo a espinha dorsal da ciência, por mais que o processo seja criticado. Indo além, ainda que reconhecendo a tendência ao autoengano e todos os problemas cognitivos que aponta, diria que não há como imaginar uma atividade de avaliação da ciência que proceda de modo radicalmente diferente da própria ciência, muito menos disciplinada no seu cotidiano do que gostariam os epistemólogos mais normativos, e que ainda assim, produz conhecimento (CAMARGO JR., 2013b, p.1727-1728).

Para Camargo Jr., existe um aspecto muito esquecido nas discussões sobre a avaliação científica: “o dos conflitos intracomunidade científica, mais claramente, das disputas de poder, ao mencionar o risco da adoção de técnicas de avaliação predominantemente qualitativas em *campos de conhecimento conflagrados*” (CAMARGO JR., 2013b, p.1727). Por isso, a adoção de novas formas de avaliação e de outras métricas não garante avaliações justas, homogêneas: “acredito que a resposta para esse tipo de problema não é metodológica, e sim política: quanto mais democráticos e transparentes forem a seleção e funcionamento de tais comitês, menor o espaço para que decisões discutíveis tenham lugar”. E acrescenta: “o problema reside exatamente na falácia de que citação representa necessária e inequivocamente qualidade” (CAMARGO JR., 2013b, p.1728).

A Teologia também apresenta críticas ao Qualis. No entanto, o enfoque parece ser muito diferente. A área tem um forte viés religioso, tendo em vista que os programas brasileiros pertencem às instituições católicas em sua maioria e, por isso, seguem orientações advindas da Igreja em Roma. De acordo com essas orientações, as revistas dos programas devem representar a instituição e suas pesquisas, não existindo, originalmente, espaço para pesquisas de outras instituições. No entanto, para se adequarem aos requisitos das CAPES, os periódicos dos programas de Teologia passaram a publicar artigos com pesquisadores de instituições diferentes – uma tentativa de minimizar a questão da endogenia⁶³. E incorrem no que é chamado de desqualificação epistemológica da área. De acordo com o levantamento feito por Guindani, “o periódico passou a distanciar-se do PPGT [programa de pós-graduação em Teologia] a tal ponto que os coordenadores e editores preocupam-se em fortalecer outras revistas em vez de fortalecer a do seu Programa” (GUINDANI, 2013, p.159). Um dos representantes de programas afirma:

Para mim é mais interessante que haja outras revistas que sejam A1, A2, e B1 do que a nossa. Quero que a Umesp, a PUC tenham essas revistas, porque aí eu publico lá. A CAPES cobra negativamente qualquer tipo de endogenia. Se eu

⁶³ “prática de contratação onde as universidades contratam seus próprios doutores que, em virtude disto, permanecem na instituição onde estudaram, para trabalhar durante toda a sua carreira” (BERELSON, 1960 apud BRAGA; VENTURINI, s.d., p.1). No caso da avaliação da CAPES, trata-se da prática de um PPG publicar em seu periódico apenas artigos de pesquisadores ligados a esse programa.

investir na nossa revista, para ela ser B1, é mais interessante para os outros do que para mim (GUINDANI, 2013, p.159).

Enfim, como lembra o autor, “A avaliação da ciência é complexa, e não terá soluções simples” (CAMARGO JR., 2013b, p.1729).

7.2 Sistematização das críticas da comunidade científica

Foram apresentados até o momento os dados contidos nos 62 artigos publicados entre 1997 a 2013, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Número de Publicações por Ano

Esses 62 artigos publicados assumem a seguinte configuração (Gráfico 2):

Gráfico 2 - Tipos de Publicação

Em termos de autores envolvidos a cada ano nesses 62 artigos, há o Gráfico 3:

Gráfico 3 - Quantidade autores por ano, considerando as 62 publicações

Ao todo, nas 62 publicações, foram tecidos 89 comentários, distribuídos anualmente da seguinte forma (Gráfico 4):

Gráfico 4 - Quantidade de críticas por ano, considerando as 89 críticas feitas.

Das 48 áreas da CAPES (ver Quadro 2, no capítulo 3), 26 não receberam comentários específicos, a saber: Geociências; Ciências Biológicas I; Ciências Biológicas II; Ciências Biológicas III; Engenharias I; Engenharias II; Engenharias IV; Nutrição; Ciências Agrárias (I); Zootecnia / Recursos Pesqueiros; Medicina Veterinária; Direito; Arquitetura e Urbanismo; Planejamento Urbano e Regional/ Demografia; Serviço Social; Antropologia / Arqueologia; História; Geografia; Ciência Política e Relações Internacionais; Letras / Linguística; Artes / Música; Interdisciplinar; Ensino; Materiais; Biotecnologia; Ciências Ambientais.

Em termos de Grande Área, não recebeu nenhum comentário envolvendo suas áreas: Linguística; Letras e Artes; e Multidisciplinar.

Essas informações podem ser consultadas na Tabela 6.

GRANDES ÁREAS e Áreas	Nº de Comentários	Nº de Artigos	GRANDES ÁREAS e Áreas	Nº de Comentários	Nº de Artigos
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	0	0	MULTIDISCIPLINAR	0	0
Matemática/Probabilidade e Estatística	1	1	Interdisciplinar	0	0
Ciência da Computação	0	0	Ensino	0	0
Astronomia / Física	3	1	Materiais	0	0
Química	4	3	Biotecnologia	0	0
Geociências	0	0	Ciências Ambientais	0	0

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	0	0	ENGENHARIAS	0	0
Ciências Biológicas I	0	0	Engenharias I	0	0
Ciências Biológicas II	0	0	Engenharias II	0	0
Ciências Biológicas III	0	0	Engenharias III	3	3
Biodiversidade	2	1	Engenharias IV	0	0
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	0	0	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	0	0
Ciências Agrárias I	0	0	Direito	0	0
Zootecnia / Recursos Pesqueiros	0	0	Administração, Ciências Contábeis, Turismo	6	4
Medicina Veterinária	0	0	Economia	0	0
Ciência de Alimentos	1	1	Arquitetura e Urbanismo	0	0
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	0	0	Planejamento Urbano e Regional/Demografia	0	0
Letras / Linguística	0	0	Ciências Sociais Aplicadas I	1	1
Artes / Música	0	0	Serviço Social	0	0
CIÊNCIAS DA SAÚDE	4	4	CIÊNCIAS HUMANAS	0	0
Medicina I	1	1	Filosofia / Teologia	2	1
Medicina II	1	1	Sociologia	1	1
Medicina III	2	2	Antropologia / Arqueologia	0	0
<i>(críticas às Medicinas como um todo)</i>	6	2	História	0	0
Nutrição	0	0	Geografia	0	0
Odontologia	2	1	Psicologia	2	1
Farmácia	1	1	Educação	7	3
Enfermagem	1	1	Ciência Política e Relações Internacionais	0	0
Saúde Coletiva	21	15	AVALIAÇÃO COMO UM TODO	12	10
Educação Física	5	3	<i>total</i>	89	62

Tabela 6 - Comentários distribuídos pelas Áreas e Grande Áreas

Do ponto de vista dos autores, nesses 62 artigos foram identificados 88 nomes e mais duas autorias coletivas, o Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, e a Moção do Fórum de Editores de Revistas da Área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Estes foram considerados como um autor cada, totalizando 90 ocorrências. Os autores foram organizados em três categorias: Pesquisador; Editor de periódico científico; e Consultor da CAPES (considerando sua participação nos comitês de avaliação da CAPES). Todos são pesquisadores num primeiro momento, mas suas diferentes posições, como editores ou consultores, por exemplo, talvez seja um fator determinante no conteúdo de suas críticas. A distribuição pode ser vista na figura no Gráfico 5. Há 43 pesquisadores, 28 editores (24 apenas editores e 4 que acumulam também a função de consultor), e 23 consultores (19 apenas consultores e 4 que acumulam também a função de editor científico).

Gráfico 5 - Quantidade de pesquisadores, editores científicos e consultores CAPES entre os autores das críticas.

Percebe-se que as principais críticas são feitas:

1. Ao processo avaliatório como um todo
2. Ao sistema Qualis de classificação da Produção intelectual

Essa distribuição pode ser vista no Gráfico 6:

Gráfico 6 - Teor dos comentários.

Como mostrado no gráfico acima, o teor das críticas foi classificado em cinco grupos, de acordo com os quesitos examinados na avaliação da CAPES e também na avaliação como um todo, com os seguintes resultados:

1. Críticas ao quesito Proposta do programa: 1 ocorrência.
2. Críticas aos quesitos Corpo docente e/ou ao Corpo discente, teses e dissertações: 2 ocorrências.
3. Críticas ao quesito Produção intelectual: 62 ocorrências.
4. Críticas ao quesito Inserção social: 3 ocorrências.
5. Críticas ao quesito Internacionalização: 2 ocorrências.
6. Críticas à avaliação da CAPES como um todo: 19 ocorrências.

Além disso, as críticas foram organizadas em quatro categorias, de acordo com o tipo do comentário, a saber: Positivo, Negativo, Sugestão e Constatação. O resultado dessa classificação pode ser visto no Gráfico 7:

Gráfico 7 - Tipo de comentários.

Apresenta-se, a seguir, a sistematização das críticas. As tabelas estão organizadas de modo a indicar a crítica feita, autores, ano, alvo da crítica (se esta é dirigida a alguma área específica ou a toda a CAPES) e tipo da crítica.

Proposta do programa

Como se pode ver no Quadro 7, apenas uma crítica foi feita ao quesito Proposta do programa, que consiste no esforço dos programas em se adequar ao processo de avaliação. Os autores pensam que, na busca dessa adequação, os programas de pós-

graduação em Educação Física acabam por se afastar de sua missão, ou de sua vocação. (RODAKI; MARTINELLI; GUIRRO, 2011).

Crítica	Autores	Ano	Área	Tipo
Muitos programas de pós-graduação deixaram de lado suas vocações e características a fim de focar todos seus esforços de na avaliação.	RODAKI; MARTINELLI; GUIRRO	2011	Educação Física	Negativa

Quadro 7 - Críticas ao quesito Proposta do programa

Corpo Docente e Corpo Discente, Teses e Dissertações

Sobre os corpos discente e docente, os autores das críticas chamam a atenção aos problemas de formação de recursos humanos e a certa desconsideração ao ensino. Eles entendem que a avaliação acaba demasiadamente preocupada com a Produção intelectual e menos preocupada com a formação dos alunos (HORTALE, 2003; SILVA, 2007). Um item que chama a atenção são os dois únicos anos de publicação dessas críticas, 2003 e 2007. Nenhuma crítica similar apareceu em textos mais recentes do *corpus* (Quadro 8).

Crítica	Autores	Ano	Área	Tipo
Sistema orientado para pesquisa. Faltam indicadores sobre ensino.	HORTALE	2003	Todas	Negativa
Faltam incentivos à formação de recursos humanos de qualidade.	SILVA	2007	Todas	Negativa

Quadro 8 - Críticas aos quesitos Corpo docente e Corpo discente, teses e dissertações.

Inserção social

Assim como as críticas ao Corpo docente e Corpo discente, o quesito Inserção social sofreu comentários em publicações não tão recentes. Os comentários sugerem mais clareza na linguagem: pedem definições por área e definições de conceitos, com destaque para os conceitos de Endogenia e Internacionalização, no Quadro 9 (SOUZA; PEREIRA, 2002; LOFFREDO et al., 2003; HORTA; MORAES, 2005).

Crítica	Autores	Ano	Área	Tipo
A CAPES deveria fazer distinções de acordo com a região geográfica dos	SOUZA; PEREIRA	2002	Todas	Negativa

programas.					
Não há clareza na definição da endogenia.	LOFFREDO et al.	2003	Psicologia	Negativa	
Faltava Inserção social (até 2003).	HORTA; MORAES	2005	Educação	Negativa	

Quadro 9 - Críticas ao quesito Inserção social.

Internacionalização

A Internacionalização também é um item pouco discutido. Novamente, faltam definições sobre seu conceito e sobre o que deveria ser medido nesse quesito (Quadro 10) (LOFFREDO et al., 2003; CORREIA; ALVARENGA; GRACIA, 2012).

Crítica	Autores	Ano	Área	Tipo
Não há clareza na definição de Internacionalização.	LOFFREDO et al.	2003	Psicologia	Negativa
A CAPES não contabiliza colaboração internacional quando esta ocorre com pesquisadores brasileiros que recebem bolsas para irem pesquisar em centros de excelência no exterior.	CORREIA; ALVARENGA; GRACIA	2012	Astronomia /Física	Negativa

Quadro 10 - Críticas ao quesito Internacionalização.

Avaliação como um todo

As críticas à avaliação como um todo estão no Quadro 11: das dezenove críticas à avaliação com um todo, doze são itens positivos. Referem-se ao aumento da transparência do processo e também ao incentivo ao aprimoramento dos programas de pós-graduação (LARANJEIRA, 2000; SAMPAIO, 2006; BARROS, 2006; RIBEIRO, 2007; ERDMANN, 2008; MACCARI; LIMA; RICCIO; 2009; SHIGAKI; PATRUS, 2012; MARTINS et al., 2012). Os autores lembram que as áreas são convidadas a questionar e validar os critérios, enfatizando que a própria avaliação vem melhorando com o passar do tempo (SMIT, 1999; SOUZA; PEREIRA; 2002; BARROS, 2006). Há três artigos que apresentam sugestões em relação à metodologia de apoio a decisão que a CAPES deveria utilizar (MIRANDA; ALMEIDA; 2003; 2004; NEVES; COSTA, 2006). Finalmente, há quatro ocorrências de críticas negativas, contra a punição dos

programas, contra a intervenção da CAPES e contra o uso de critérios iguais para avaliar diferentes áreas. (PRATES, 1997; SILVA, 1999, GATTI et al, 2003).

Crítica	Autores	Ano	Área	Tipo
Contra intervenção da CAPES - os cursos precisam de autonomia.	PRATES	1997	Todas	Negativa
Punir não leva à excelência, mas incentivos sim.	SILVA	1999	Todas	Negativa
CAPES convida os programas para discutirem os critérios.	SMIT	1999	Ciências Sociais Aplicadas I	Positiva
Qualidade: aumento da transparência após 1998.	LARANJEIRA	2000	Medicina I	Positiva
A CAPES vem melhorando a avaliação, a mudança das notas de A a E para 1 a 7 foi benéfica.	SOUZA; PEREIRA	2002	Todas	Positiva
A CAPES deveria usar metodologias de apoio à decisão.	MIRANDA; ALMEIDA	2003	Engenharias III	Sugestão
Punir não leva à excelência, mas incentivos sim.	GATTI et al.	2003	Educação	Negativa
Há critérios diferentes para cada área.	GATTI et al.	2003	Educação	Negativa
A CAPES deveria usar metodologias de apoio à decisão.	MIRANDA; ALMEIDA	2004	Engenharias III	Sugestão
A CAPES deveria usar metodologias de apoio à decisão.	NEVES; COSTA	2006	Engenharias III	Sugestão
Os programas continuam respondendo com crescimento aos critérios mais rigorosos da CAPES.	SAMPAIO	2006	Medicina III	Positiva
Os critérios foram propostos pela CAPES, revistos, modificados e aceitos pelas áreas de avaliação.	BARROS	2006	Saúde Coletiva	Positiva
Efeito propulsor rumo ao constante aprimoramento.	BARROS	2006	Saúde Coletiva	Positiva
A avaliação da CAPES assegura que na pós- graduação <i>stricto sensu</i> a educação brasileira tenha qualidade internacional.	RIBEIRO	2007	Todas	Positiva
Estamos satisfeitos com a CAPES e buscamos aprimoramento na nossa área.	ERDMANN	2008	Enfermagem	Positiva
As metas de qualidade fortaleceram e aprimoram o sistema de avaliação.	MACCARI; LIMA; RICCIO	2009	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	Positiva
Modelo da CAPES é fator decisivo na manutenção do elevado nível da pós-graduação Brasil.	SHIGAKI; PATRUS	2012	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	Positiva
A disponibilização dos dados da avaliação via <i>website</i> aumenta a transparência e permite que se aprenda com as experiências dos outros programas e áreas.	SHIGAKI; PATRUS	2012	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	Positiva
A disponibilização dos dados da	MARTINS	2012	Administração	Positiva

avaliação via *website* aumenta a et al. , Ciências
transparência e permite que se aprenda Contábeis e
com as experiências dos outros Turismo
programas e áreas.

Quadro 11 - Críticas à Avaliação da CAPES como um todo.

Produção intelectual

Como visto antes, o item Produção intelectual foi o que mais recebeu atenção, com a grande maioria das críticas sendo sobre ele (62 das 89 críticas ou 70% dos comentários). Por conta do número extenso de comentários, os resultados desse item são apresentados em 4 tabelas: Constatações, Sugestões, Comentários Positivos, e Comentários Negativos, cuja distribuição pode ser verificada no Gráfico 8:

Gráfico 8 - Distribuição dos comentários sobre a Produção intelectual.

No Quadro 12, as constatações indicam as mudanças na percepção do Qualis (FERREIRA et al., 2010), demonstram que a Produção intelectual não é o único item avaliado (SHIGAKI; PATRUS, 2012), afirmam que são publicados mais artigos do que livros (CARVALHO et al, 2013) e colocam questões como a “Publicação Salame” como efeito indesejável da valorização da Produção intelectual e não como um problema criado pelo processo de avaliação (VAZ, 2013).

Crítica	Autores	Ano	Área
Qualis mudou de papel: de classificação da produção para concessão de fundos, guia para	FERREIRA et al	2010	Odontologia

escolha de onde publicar, guia sobre qual periódico adquirir.				
A Produção intelectual, embora seja necessária, não é requisito suficiente para alcançar uma boa nota na avaliação da CAPES.	SHIGAKI; PATRUS	2012	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	
Pesquisadores top publicam muito mais artigos do que livros.	CARVALHO et al	2013	Sociologia	
Publicação Salame não é falta, mas um jeito de jogar conforme as regras.	VAZ	2013	Saúde Coletiva	

Quadro 12 - Constatações sobre o quesito Produção intelectual.

A seguir, são apresentadas as sugestões da comunidade acadêmica (Quadro 13), que seguem dois caminhos principais: a questão editorial e o uso de indicadores bibliométricos. No primeiro, há interesse na consideração do trabalho de pareceristas e revisores, a profissionalização dos editores e a criação, pela CAPES, de periódicos de alto nível para cada área (CARAMELLI, 2008; BARRAVIERA, 2009; SILVA, 2011). Em relação aos indicadores, a discussão recai sobre seu uso de maneira responsável, associada a critérios qualitativos e não bibliométricos (NOVAES, 2013; STRUCHINER, 2013; VASCONCELOS, 2013; BARRETO, 2013b).

Crítica	Autores	Ano	Área
A CAPES deveria considerar as listas de pareceristas e revisores de artigos que são publicadas nas revistas, de modo a aumentar as notas.	CARAMELLI	2008	Todas
A CAPES deveria promover a profissionalização dos editores.	BARRAVIERA	2009	Todas
A CAPES deveria criar periódicos de alto nível para cada área	SILVA	2011	Medicinas I, II, III
Não precisamos abrir mão dos indicadores quantitativos, mas somá-los a critérios qualitativos.	NOVAES	2013	Saúde Coletiva
Não precisamos abrir mão dos indicadores quantitativos, mas somá-los a critérios qualitativos.	STRUCHINER	2013	Saúde Coletiva
É preciso buscar princípios, como ética e integridade, para direcionar o uso dos indicadores bibliométricos.	VASCONCELOS	2013	Saúde Coletiva
É preciso usar a bibliometria concomitantemente a outros métodos não bibliométricos.	BARRETO (b)	2013	Todas

Quadro 13 - Sugestões para o quesito Produção intelectual

No Quadro 14, muitos pesquisadores acreditam que, mesmo com alguns aspectos a serem revistos, a avaliação é algo positivo, faz com que os programas de pós-graduação se aprimorem (Machado; Zaher, 2010; Leite, 2010; Costa, 2010; Castanha; Gracio, 2012; Guindani 2013). O uso de indicadores também é visto por alguns com bons olhos, reforçando-se a necessidade de compreender seus limites (LEITE, 2010; BARATA, 2013; VAZ, 2013; SOUZA, 2013; BARRETO, 2013a). Os autores creem que os

estratos utilizados para classificar periódicos são adequados e não diminuem as notas dos programas (LEITE, 2010). Além disso, a nota de um programa é resultado do bom desempenho em vários aspectos, não somente na Produção intelectual (TARGINO, 1999).

Crítica	Autores	Ano	Área
Bons artigos científicos não necessariamente vêm apenas de bons programas, e a punição talvez seja importante para melhorar a qualidade da produção científica.	TARGINO	1999	Todas
A avaliação é boa, os problemas são os poucos periódicos especializados internacionais.	MACHADO; ZAHER	2010	Biodiversidade
A avaliação é boa, mas mitos foram criados sobre as publicações e o Qualis.	LEITE	2010	Medicinas I, II, III
Estratos são adequados.	LEITE	2010	Medicinas I, II, III
Usar fator de impacto é adequado	LEITE	2010	Medicinas I, II, III
O novo Qualis não diminui notas dos programas.	LEITE	2010	Medicinas I, II, III
Independentemente do indicador, quase não há variação no resultado, portanto a avaliação é boa.	LEITE	2010	Medicinas I, II, III
Avaliação é boa, o problema são os poucos periódicos especializados internacionais.	COSTA	2010	Educação Física
Avaliação é boa, pois a área só publica sob forma de artigo.	CASTANHA; GRACIO	2012	Matemática, Probabilidade e Estatística
Indicadores bibliométricos têm problemas, mas é preciso entender que servem a um propósito: verificar a circulação de informações. Avaliações qualitativas não são cabíveis.	BARATA	2013	Saúde Coletiva
Indicadores quantitativos têm mérito pois consideram a avaliação de diversos "juízes". Sempre haverá discussão, não importa o tipo de critério.	VAZ	2013	Saúde Coletiva
Indicadores bibliométricos têm em sua constituição medidas da qualidade.	SOUZA	2013	Saúde Coletiva
Indicadores bibliométricos têm mérito, ainda que sejam insuficientes. Porém, a ciência é complexa de medir, e temos que medir o que temos à mão. Não existem ainda alternativas à altura.	BARRETO (a)	2013	Saúde Coletiva
Constante auto-superação, os benefícios vão para outros quesitos além dos periódicos, a avaliação é boa.	GUINDAN I	2013	Teologia

Quadro 14 - Críticas positivas ao quesito Produção intelectual.

Finalmente, são apresentadas as críticas negativas (Quadro 15). Como é possível ver, diversos pontos são levantados. Na análise, foram identificadas algumas abordagens de insatisfação no que tange à avaliação da Produção intelectual. Entre os assuntos mais abordados, há as críticas ao uso de indicadores bibliométricos, tais como o Fator de

Impacto, o Índice H e as análises de citação e co-citação. Muitos autores reclamam que o fator de impacto não é adequado, ou que deveria ser utilizado com outros indicadores (ANDRADE; GALEMBECK, 2009; ROCHA-E-SILVA, 2009a, FERREIRA et al, 2010; YOSHIDA, 2011; MACHADO; ZAHER, 2010; COSTA, 2012; PINTO; CUNHA, 2008). Por conta do uso desses indicadores, há quem considere a avaliação como de caráter excessivamente quantitativo (SIMÕES, 2004), afirmando que o real sentido desses indicadores não é compreendido e, seu uso, equivocado (CAMARGO JR., 2013a; COIMBRA JR., 2013). Como resultado, os pesquisadores são avaliados por sua produtividade, provocando a emergência de práticas condenáveis como a autocitação e a “Ciência Salame” (MARCHLEWSKI; SILVA; SORIANO, 2011, CAMARGO JR., 2013a).

Crítica	Autores	Ano	Área
Periódico não é o meio mais importante na área.	GATTI et al	2003	Educação
Publicações internacionais como único critério de avaliação.	SIMÕES	2004	Educação
Avaliação como majoritariamente quantitativa.	SIMÕES	2004	Educação
A produção bibliográfica é o quesito que dita a avaliação: docentes de bons programas formam menos alunos e produzem mais. Docentes de programas piores formam mais alunos e produzem menos. Circulo vicioso.	HORTA; MORAES	2005	Educação
O estrato A deve ser menor, para permitir comparação de desempenho dos programas.	DUPONT; DIAS	2008	Química
Fator de impacto é adequado, mas deve ser utilizando junto com outros indicadores.	PINTO; CUNHA	2008	Química
Por que só 25% dos periódicos estão em A?	FÓRUM	2008	Saúde Coletiva
Por que só 25% dos periódicos estão em A?	ANDRADE; GALEMBECK	2009	Química
Fator de impacto não é mais adequado.	ANDRADE; GALEMBECK	2009	Química
Por que só 25% dos periódicos estão em A?	ROCHA-E-SILVA (b)	2009	Ciências da Saúde (GRANDE AREA)
Fator de impacto não é mais adequado.	ROCHA-E-SILVA (a)	2009	Ciências da Saúde (GRANDE AREA)
Paradoxo: apoiar o financiamento de periódicos brasileiros e prejudicá-los com um sistema falho avaliação.	LUCENA; TIBURCIO	2009	Ciências da Saúde (GRANDE AREA)
O Qualis faz com que os periódicos nacionais tenham de competir com os internacionais de forma desigual.	BARRAVIERA	2009	Todas

O novo Qualis desestimula autores a publicarem em periódicos nacionais – visam apenas os internacionais, enfraquecendo as revistas brasileiras.	SANTOS	2009	Farmácia
Uso excessivo de indicadores de produtividade faz a contratação e manutenção de professores estar vinculada mais à sua produção.	MACCARI et al	2009	Administração , Ciências Contábeis e Turismo
Fator de impacto não é mais adequado, ninguém discute o que é de fato avaliação.	MACHADO; ZAHER	2010	Biodiversidade
Periódicos de revisão científica não deveriam entrar na avaliação – capes os utiliza e representam 20% do estrato mais alto.	ROCHA-E-SILVA	2010	Ciências da Saúde (GRANDE AREA)
O novo Qualis desestimula autores a publicarem em periódicos nacionais – visam apenas os internacionais, enfraquecendo as revistas brasileiras.	CABRAL FILHO	2010	Medicina II
Fator de impacto não é mais adequado.	FERREIRA et al	2010	Odontologia
Fator de impacto não é mais adequado, há outros indicadores.	YOSHIDA	2011	Medicina III
Crítérios bibliométricos atendem à lógica de mercado, favorecendo os periódicos internacionais em detrimento de esforços nacionais, como as citações por meio do SciELO.	MOÇÃO	2011	Saúde Coletiva
O uso de indicadores baseado em citações leva a trapças e à “ciência salame”.	MARCHLEWSKI; SILVA; SORIANO	2011	Educação Física
A CAPES não orientaria o aprimoramento dos periódicos nacionais, mas seguiria uma lógica de mercado editorial.	MARCHLEWSKI; SILVA; SORIANO	2011	Educação Física
A produção em livros não é considerada.	MARCHLEWSKI; SILVA; SORIANO	2011	Educação Física
CAPES não lida bem com a transdisciplinaridade: muitos pesquisadores publicam em periódicos que são avaliados como A em outras áreas, mas na Física recebem estratificação mais baixa.	CORREIA; ALVARENGA; GRACIA	2012	Astronomia / Física
O Qualis não considera o tamanho da comunidade, o que leva o docente a publicar em periódicos com maior abrangência em vez de buscar especificidade, mas com baixa visibilidade para a temática, grupos de pesquisa e docentes especializados.	CORREIA; ALVARENGA; GRACIA	2012	Astronomia / Física
Índice H não é adequado para a produção da subárea de Ciências Sociais da Saúde.	COSTA	2012	Saúde Coletiva
A produção em livros não é considerada.	COSTA	2012	Saúde Coletiva
Ênfase no uso de indicadores bibliométricos sem entender seu significado.	CAMARGO JR (a)	2013	Saúde Coletiva
Incentivo à “Ciência salame”, a clubes de citação mútua, etc..	CAMARGO JR (a)	2013	Saúde Coletiva
A CAPES precisa reconhecer a importância dos	LIMA	2013	Saúde Coletiva

livros na comunicação científica.				
Diferentes notas dos periódicos por área prejudica a interdisciplinaridade.	LIMA	2013	Saúde Coletiva	
Não há clareza na definição do que é medido no quesito publicação científica – as “metrias”.	COIMBRA JR.	2013	Saúde Coletiva	
Produtivismo desmedido leva a problemas éticos: plágio, redundância, etc..	COIMBRA JR.	2013	Saúde Coletiva	
Ausência de definição sobre o que é qualidade na ciência.	CAMARGO JR (b)	2013	Saúde Coletiva	
A morosidade da avaliação por pares resulta em dificuldades de manter a frequência do periódico. Mas a CAPES não leva isso em conta.	SOUZA; FURLONG	2013	Ciência de Alimentos	
Para evitar endogenia, os editores fortalecem revistas de outros PPGs ao invés das próprias revistas. Forte desqualificação epistemológica da área.	GUINDANI	2013	Teologia	

Quadro 15 – Críticas negativas ao quesito Produção intelectual.

Outro grupo de críticas direciona-se à necessidade de criação e aperfeiçoamento dos periódicos nacionais. Alguns autores acreditam que a avaliação da CAPES prejudica o desenvolvimento das revistas brasileiras ao pontuar melhor os periódicos internacionais, produzidos no exterior. Os indicadores bibliométricos, por outro lado, favoreceriam uma lógica comercial de mercado, sem base em compromissos científicos (MARCHLEWSKI; SILVA; SORIANO, 2011; MOÇÃO, 2011; SANTOS, 2009; CABRAL FILHO, 2010; BARRAVIERA, 2009). Alguns autores indicam as dificuldades de manter um periódico de acordo com os requisitos esperados e citam problemas como a morosidade de pareceres, as revisões e a questão da endogenia. Sentem falta também de editores com formação específica, como também de recursos financeiros adequados para manter um bom conselho editorial em seus periódicos (SOUZA; FURLONG, 2013; GUINDANI, 2013; LUCENA; TIBURCIO, 2009). Como resultado dessa busca de sobrevivência dos periódicos nacionais, muitos acabariam por mudar suas linhas e contrariar suas vocações científicas.

Com relação às notas recebidas pelos periódicos, a maior parte das críticas se dirige ao critério de estratificação dos periódicos, ou seja, ao fato de apenas cerca de 20% a 25% dos periódicos poderem figurar nos estratos mais altos (A1 e A2) (FÓRUM, 2008; ANDRADE; GALEMBECK, 2009; ROCHA-E-SILVA, 2009B). Há, por outro lado, os que defendem que essa porcentagem deveria ser ainda menor (DUPONT; DIAS, 2008). Novamente, surge o entendimento de que apenas revistas internacionais poderiam ser classificadas como A1 ou A2. Uma crítica interessante é a que questiona a presença de

artigos de revisão em revistas dos estratos mais altos do Qualis periódicos (ROCHA-E-SILVA, 2010).

O produtivismo, ou a cobrança por produtividade, de professores e pesquisadores também é alvo de críticas negativas. Essa cobrança tem sido fonte de problemas éticos como plágio, redundâncias, Ciência Salame (COIMBRA JR., 2013; HORTA; MORAES, 2005; MACCARI et al, 2009) etc.. Acredita-se que a avaliação da CAPES não leva em conta o tamanho da universidade, mas apenas os números de produção (CORREIA; ALVARENGA; GRACIA, 2012). Faltaria, ainda, a definição sobre o que é qualidade na ciência (CAMARGO JR., 2013b).

As áreas de Educação e Saúde Coletiva foram as únicas que lembraram outras formas de publicação intelectual além dos artigos em periódicos científicos. O argumento é que o periódico não é o meio mais importante de difusão e comunicação da ciência (GATTI et al., 2003). Para diversos autores, o livro precisa ser reconhecido de fato como importante indicador de Produção intelectual. (MARCHLEWSKI; SILVA; SORIANO, 2011; COSTA, 2012; LIMA, 2013).

Finalmente, algumas palavras foram levantadas sobre a interdisciplinaridade e a avaliação dos periódicos. Os autores consideram ruim o fato de um mesmo periódico receber diferentes notas, de acordo com a área em que é classificado (CORREIA; ALVARENGA; GRACIA, 2012; LIMA, 2013).

7.3 Discussão dos resultados

É possível afirmar que a CAPES apresentou respostas às críticas da comunidade acadêmica, ao longo dos anos, expressas nas alterações do modelo de avaliação. Muitas das críticas têm seu foco no quesito Produção intelectual, sobretudo na figura do Qualis (70%). É importante lembrar que este sistema surgiu com o objetivo de subsidiar a avaliação das publicações científicas brasileiras. O seu uso para atrair autores e outros recursos é consequência, mas não o foco do sistema.

Além disso, é possível verificar que a preocupação da comunidade acadêmica com o processo de avaliação da CAPES passou a existir com mais peso em 2009. Parte das críticas foi, em alguma medida, considerada na última avaliação trienal (2010-2012). Exemplo disso é o uso do fator de impacto em concomitância com outros índices.

Uma questão parece ser recorrente: com a reformulação do Qualis, os periódicos que tiveram suas notas diminuídas consideram inadequada a comparação com periódicos internacionais com maior tradição e maior história de publicação. Os problemas mais citados pelos pesquisadores, em relação aos periódicos nacionais, referem-se à infraestrutura precária, à falta de profissionalização dos editores, à demora da comunidade de revisores em cumprir prazos, entre outros itens, fatores que têm impactos negativos, por exemplo, na manutenção da periodicidade das revistas. A avaliação qualitativa da Produção intelectual, proposta por muitos setores da comunidade acadêmica, evoca algumas questões:

- Quem será responsável pela medição da qualidade dos livros ou mesmo dos artigos, se critérios como Fator de Impacto, Índice H e indexação em bases de dados deixarem de ser usados como indicadores?
- A CAPES poderá nomear um grupo para ler na íntegra todos os artigos produzidos por uma área e, a partir desse procedimento, criar um grupo que faça uma avaliação qualitativa destes artigos? Ou deve-se confiar no processo editorial, que já conta com as revisões por pares? É possível confiar nos critérios de indexação de periódicos em bases de dados internacionais que, por sua vez, dispõem de mecanismos para atribuir diversas métricas a eles (FI, H, etc.)?
- Esse modelo, que parece ser viável em países pequenos, com poucas universidades como a Holanda (que conta com 13 Universidades), é de fato viável no Brasil (2.648 instituições brasileiras de ensino superior, de acordo com o MEC em abril 2014)?

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se neste trabalho discutir a avaliação da pós-graduação no Brasil, analisando, de um lado, o sistema de avaliação da CAPES e, de outro, a opinião da comunidade acadêmica sobre esse sistema, focando especificamente nos critérios e instrumentos utilizados para esse fim. Utilizando a Análise de Conteúdo, elaborou-se a sistematização de acordo com os critérios utilizados na avaliação (Proposta do programa, Corpo docente, Corpo discente, teses e dissertações, Produção intelectual, Inserção social, e Internacionalização). A base foram as críticas propostas pela comunidade acadêmica e as informações fornecidas pela CAPES. Além disso, foram separados os tipos de conteúdos de acordo com o problema discutido, no caso dos documentos de área (Unidade de Avaliação; Número de Programas *versus* Número de Cursos; Distribuição Regional dos Cursos; Denominação da Área; Tipo de Instituição; Apresentação de Resultados Numéricos; Revisão de Dados; Associação entre Instituições; Abrangência da Área), e de acordo com o tipo de comentário, no caso das críticas da comunidade acadêmica (comentários positivos, comentários negativos, sugestões, e constatações).

Foi possível perceber que os seis critérios são alvo de discussão em algum momento, mas, sem sombra de dúvida, o quesito Produção intelectual é o ponto central dos comentários coletados, tanto para elogios como para comentários negativos. Esse item recebeu 70% da atenção entre os 89 comentários feitos nos 62 artigos coletados no período de 1997 a 2013. Para os demais quesitos, há as seguintes porcentagens: Proposta do programa – 1%; Corpo docente e Corpo discente, teses e dissertações – 2%; Internacionalização – 2%; Inserção social – 4%; e a Avaliação como um todo – 21%. Dentre os comentários, foram considerados quatro tipos de posições: críticas positivas, críticas negativas, constatações, e sugestões.

Com relação aos comentários sobre Proposta do programa; Corpo docente, Corpo discente, teses e dissertações; Internacionalização; e Inserção social, todas as críticas foram negativas. Os comentários sobre a avaliação como um todo foram majoritariamente positivos (63%), embora tenha havido alguns negativos (21%) e alguns com caráter sugestivo (16%). Para a Produção intelectual, a distribuição foi a

seguinte: críticas negativas – 60%, críticas positivas – 23%, sugestões – 11%, e constatações 4%.

Entre as críticas sobre Produção intelectual, 60% são negativas (positivas são 23%, sugestões são 11%, e constatações são 6%). São questões levantadas pela comunidade acadêmica os tipos de indicadores utilizados, a natureza qualitativa ou quantitativa, e o que é classificado (artigos, livros, trabalhos de evento, entre outros). A melhoria da produção e sua inserção nacional e internacional são preocupações tanto da comunidade acadêmica como do PNPG. Além disso, da Produção intelectual irradiam questões que acabam por esbarrar em outros critérios, como Corpo docente, Corpo discente, teses e dissertações, e Internacionalização.

A tensão que existe entre o uso de métricas bibliométricas e uma avaliação qualitativa foi alvo de sugestões e de comentários positivos e negativos. No caso das sugestões, é expresso o desejo de que, além da bibliometria, uma avaliação qualitativa seja feita. Entre os comentários negativos, está a insatisfação com o uso dos indicadores bibliométricos: os autores dessas críticas acreditam que a CAPES deva realizar uma avaliação qualitativa ou que some métodos qualitativos aos indicadores bibliométricos. No entanto, os comentários positivos alertam para um aspecto no mínimo interessante: os indicadores bibliométricos são o resultado de diversas avaliações, pois são construídos com base no uso dos artigos indexados em bases de dados reconhecidas academicamente. Portanto, o artigo já foi revisto por pares para ser aceito pelo periódico, e o periódico em si, já foi avaliado pelas bases de dados. Além disso, há as revisões que certamente ocorrem entre colegas antes do envio do artigo para a revista. Não seriam todas estas etapas revisões qualitativas?

Outra questão que divide a comunidade é aquela com relação aos estratos utilizados para classificação dos periódicos. De maneira geral, as áreas recomendam que o número de periódicos classificados em A1 seja menor do que o número de periódicos classificados em A2, e assim por diante, de modo que a soma de A1 e A2 represente até 25% dos periódicos classificados no triênio, e a soma A1 + A2 + B1 represente até 50% do total de periódicos nos quais a área publicou no triênio. Entre os comentários negativos, há quem critique essa distribuição, alegando que todos os periódicos, ou pelo menos uma porção bem maior do que 25%, seja de excelência. No entanto, é preciso

lembrar que essa classificação não é apenas para medir a excelência do periódico; mais do que isso, existem questões de escolhas de onde publicar e principalmente onde investir. Dessa forma, é possível afirmar que a avaliação não é uma questão de saber quem é pior, mas sim de saber quem, entre os melhores, têm mais mérito.

Entre os periódicos melhor classificados, figuram os internacionais. Talvez aqui, de fato, se encontre uma questão delicada. Quando a abordagem da avaliação se volta à Internacionalização da pós-graduação brasileira, parece coerente (e esperado) que boa parte da produção nacional e de alta qualidade esteja nela presentes. No entanto, quando se pensa no fortalecimento dos periódicos nacionais, chega-se a um dilema: para haver periódicos brasileiros de qualidade, que sejam indexados em bases de dados internacionalmente reconhecidas, é preciso incentivar autores brasileiros e do exterior a publicar nessas revistas. Porém, ao classificar periódicos não brasileiros como os melhores de cada área, a CAPES ratifica a ideia de que é melhor publicar fora do Brasil. Uma saída possível seria a publicação de dois *rankings* de periódicos: um para periódicos nacionais, outro para revistas do exterior. Dessa forma, seria possível ver de maneira mais clara a evolução das edições nacionais, sem perder de visto aquilo que acontece fora do Brasil.

Alguns comentários voltam-se à questão dos artigos *versus* livros como meio principal da publicação. Provavelmente, nesse debate, o mais interessante seria voltar ao conceito de comunicação científica e entender todo processo de produção da ciência. De forma resumida, é possível dizer que, a despeito da forma como as áreas constroem seu saber científico, em algum momento esse saber deve ser comunicado socialmente, com finalidade de divulgação não didática. É aquilo que Ziman chama de contribuição para o consenso do saber público. Uma discussão dos formatos apresentados como artigos de comunicação científica deveria acontecer. Além disso, um reconhecimento da vocação para publicação de cada área poderia ser levado em conta, de modo a pontuar suas publicações (didáticas e não didáticas) de uma forma, e aquilo que de fato é comunicação científica, de outra, que em conjunto com os demais critérios levariam à classificação dos programas de pós-graduação brasileiros.

É importante lembrar que a CAPES conta com o *Roteiro para classificação de livros*, de 2009, que propõe a estratificação livros, que é utilizado de forma livre e não

obrigatória pelas áreas. Trata-se de um instrumento recente, porém, face aos periódicos, a classificação de livros ainda não conta com uma base consistente e cientificamente reconhecida que ateste seu valor, da mesma maneira que as bases de dados como, por exemplo, a Web of Science, fazem com os periódicos. Quais seriam então os critérios cabíveis para essa avaliação? As grandes bibliotecas acadêmicas que adquirem essas obras? Um *ranking* de editoras científicas? Um caminho precisa ser perseguido nesse sentido.

Ainda sobre a Produção intelectual, há a questão de diferentes notas para o mesmo periódico de acordo com a área que o está avaliando. Do ponto de vista do periódico, isso pode não fazer muito sentido. Ou o periódico é bom, tem qualidade, ou não tem. Para responder a essa necessidade existem os indicadores utilizados pelas bases de dados que os indexam. Porém, para a avaliação da CAPES, além de apresentar qualidade, o periódico deve ter relevância para área. Uma pesquisa médica publicada num periódico de turismo deve ter a mesma nota de uma pesquisa médica publicada num periódico médico? Existe de fato uma falta de incentivo à interdisciplinaridade ou na verdade existe uma busca de adequação e pertinência? A CAPES avalia os periódicos ou a contribuição do periódico para as áreas? Uma possível abordagem é, novamente, entender o papel dos periódicos como instrumentos de comunicação científica e, dessa forma, entender que sua divulgação é feita, em larga medida, para o reconhecimento pelos pares. Por conta disso, ela deve ser feita em periódicos lidos pelos pares. Para as áreas de natureza multidisciplinar, como a própria Ciência da Informação, é preciso identificar quais são os periódicos lidos por possíveis pares.

Quanto aos demais quesitos (Proposta do programa, Corpo docente, Corpo discente, teses e dissertações, Inserção social, e Internacionalização), todas as críticas, embora poucas, foram negativas: oito comentários, somando os cinco quesitos, metade deles relacionados à questão da definição do quesito medido. Ao final da pesquisa, tem-se a impressão de que ou esses quesitos de fato não são tão problemáticos para a classificação ou a comunidade acadêmica prioriza a discussão sobre a Produção intelectual deixando de fazer questionamentos sobre os outros quesitos.

Quando o foco é o sistema de avaliação como um todo, observa-se o reconhecimento da importância da avaliação da CAPES: dos dezenove comentários, doze são positivos e

três são sugestões. Entende-se que o sistema é, portanto, reconhecidamente caro à comunidade acadêmica. Esta vê a avaliação como necessária, como um procedimento fundamental para a melhoria dos processos. Além disso, reconhece que o processo está cada vez mais transparente, e que as áreas tem liberdade para discutir os critérios e forma de aplicá-los na avaliação. A comunidade acadêmica vê a avaliação da CAPES como um momento de aprendizado com a própria evolução da área, bem como as experiências das demais áreas do conhecimento. Evidentemente, como o próprio PNPG 2011-2020 aponta, há muito para ser aprimorado. As questões que aparecem como críticas negativas, como definições de Internacionalização e endogenia, atenção ao ensino, formação de recursos humanos e distribuição geográfica são pontos lembrados no plano. O convite à constante colaboração da comunidade acadêmica continua e, além das propostas para o decênio, pontos para discussão são o seu enfoque.

Avaliar é uma atividade complexa. Faz parte de quase todo procedimento e seus resultados são utilizados como justificativas para escolhas e investimentos em instituições, projetos e recursos humanos. Como consequência, assume um papel fundamental na sociedade contemporânea.

Sua importância, no entanto, não isenta a avaliação de críticas e revisões, sobretudo em relação aos critérios e procedimentos utilizados na avaliação de programas de pós-graduação. De fato, cada vez mais, os processos de avaliação têm sido alvo de críticas. Somente os procedimentos pactuados entre a CAPES e a comunidade acadêmica poderá torná-los mais justos e coerentes.

O processo de avaliação, prestes a completar 40 anos de existência (o que ocorrerá em 2016), apesar de maduro e reconhecido pelas instituições que são avaliadas, segue em busca de aprimoramento para dar conta da diversidade de áreas que constituem a pós-graduação brasileira.

Nessa busca por melhorias, constantemente são coletadas sugestões e críticas, tanto pela própria CAPES, nas figuras dos PNPGs e dos documentos de área, como pela comunidade acadêmica: pesquisadores, editores científicos, e consultores e membros das comissões de avaliação das 48 áreas de conhecimento da CAPES. Reconhecer os méritos do processo de avaliação e também as críticas e propostas da comunidade

científica em relação a esses processos, são, portanto, passos importantes para percorrer o caminho do aprimoramento da pós-graduação no país.

A avaliação é o momento para repensar as experiências pelas quais a pesquisa brasileira está passando, de modo a ratificar as boas propostas e alterar aquilo que não é satisfatório. É, por isso, um momento potencialmente controverso. Avaliar a avaliação em si é tentar trazer uma nova visão sobre velhas práticas e quebrar hábitos e convicções existentes (DAHLER-LARSEN, 2011, p.13-14).

Dahler-Larsen sugere que somente seja avaliado aquilo que é possível medir (2011, p.71). Seguindo esse pensamento, entende-se que é possível medir a Produção intelectual numericamente e avaliar sua qualidade de acordo com a qualidade do periódico em que é publicada, justamente porque cada periódico já é avaliado no momento da indexação por bases de dados, com Web of Science e Scopus. No entanto, para outros tipos de Produção intelectual ainda não há instrumentos consolidados que deem conta da avaliação de qualidade. Dessa forma, é preciso insistir na clareza da enunciação dos critérios utilizados na avaliação.

Coerentes ou não, parece evidente que os comentários dos autores não são levianos. Criticar a avaliação é necessário, pois após algumas edições da avaliação os avaliados tendem a se comportar de acordo com o que é avaliado (DAHLER-LARSEN, 2011, p.205). Questionar faz parte da dinâmica dos campos científicos que, para Bourdieu, são campos de forças, com lutas que buscam manter ou mudar essas forças (BOURDIEU, 2004, p.22-23).

Por fim, encontra-se a comunidade acadêmica satisfeita com a necessidade de avaliação, mas sempre em constante vigília, de modo a garantir que esse processo seja sempre o mais claro e coerente possível. De seu lado, a CAPES mantém-se aberta às propostas dos pesquisadores, como se viu tanto no PNPG 2011-2020, como nas falas de alguns dos comentários coletados.

Encerra-se esta pesquisa com forte desejo de que as contribuições apresentadas sejam úteis para o aprimoramento da avaliação dos programas de pós-graduação brasileiros. Por meio da sistematização oferecida, é possível que alguns itens recorrentes em formas

de dúvidas e críticas com relação à avaliação tenham sido esclarecidos, e o diálogo entre CAPES e comunidade acadêmica possa ser fortalecido. Além disso, a construção da sistematização dos resultados mostra o papel da Ciência da Informação como organizadora de informações, de modo a colocá-las em circulação: comentários e críticas que estavam dispersos em diferentes periódicos, de diferentes áreas foram organizados e classificados de acordo com seu conteúdo e tiveram valor agregado uma vez que funcionam em conjunto, como um sistema que avalia a avaliação.

A partir disso, algumas propostas foram feitas, mas evidentemente, somente a prática e a discussão pelas áreas poderá validar de fato o que foi elencado e analisado neste trabalho. Supondo que essas sugestões sejam implantadas, seria necessário realizar um novo levantamento para verificar a posição da comunidade acadêmica, após alguns ciclos de avaliação. O que não caberia, por certo, dentro do tempo previsto para realização de uma tese de doutorado.

Uma questão a ser resolvida ainda pela CAPES é a melhoria do acesso às informações para pesquisadores. A publicação de resultados tem acontecido de forma cada vez mais transparente, no entanto, ainda não existe um canal eficiente de comunicação para quem deseja estudar os dados de avaliação armazenados nos sistemas da CAPES. Durante a realização deste trabalho, foram feitas algumas solicitações que permaneceram sem resposta até a fim da pesquisa, e infelizmente o prazo se esgotou. Por conta disso, muito tempo é perdido na organização de dados do site da página da CAPES, que provavelmente já estão sistematizados. Uma proposta possível seria a criação de um canal específico para atendimento àqueles que estudam a própria CAPES, uma vez que os resultados desses estudos são importante material para o aprimoramento da instituição e de seus processos.

Para o futuro, seria interessante continuar a estudar a questão da Produção intelectual, de forma a comparar seu uso entre as 48 áreas. Existem alguns trabalhos com tema similar, mas seu objeto costuma ser apenas cada área considerada individualmente. A comparação entre todas as áreas é importante para esclarecer o processo de avaliação diante da própria CAPES e para resolver dúvidas que surgem em uma área, mas que já foram superadas por outras. Um estudo da Produção intelectual de todas as áreas também permitirá entender o limite desse quesito, sobretudo quando se abordam outros

quesitos como Corpo docente, Corpo discente, teses e dissertações, e Internacionalização. Por conta disso, estudos desses quesitos, comparando as 48 áreas, seriam extremamente enriquecedores para haver um quadro completo dos procedimentos da avaliação da CAPES.

A comparação do sistema brasileiro de avaliação de programas de pós-graduação com os sistemas de outros países é um estudo que pode trazer importantes contribuições para aprimorar o sistema CAPES. Novos problemas com relação à avaliação certamente surgirão. Portanto, é fundamental continuar acompanhando a avaliação e as áreas, de modo a continuar a construir uma história desse processo.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIC RANKING OF WORLD UNIVERSITIES. *About Academic Ranking of World Universities*. Disponível em:
<<http://www.shanghairanking.com/aboutarwu.html>>. Acesso em: 13 jul. 2014.
- AGUILLO, I. F. et al. Comparing university *rankings*. *Scientometrics*, Amsterdam, v. 85, n. 1, p. 243-256, 23 fev. 2010.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.275-304.
- BILLAUT, J.-C.; BOUYSSOU, D.; VINCKE, P. Should you believe in the Shanghai ranking? *Scientometrics*, Amsterdam, v. 84, n. 1, p. 237-263, 2 dez. 2009.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: BOURDIEU, Pierre, ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BRASIL a. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *História e missão*. Brasília, [s.d.]. Disponível em:
<<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 26 maio 2014.
- BRASIL b. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Evolução do sistema de avaliação da pós-graduação*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/evolucao-da-avaliacao-enviado-ed-26fev.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- BRASIL c. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Qualis-Periódicos*. Brasília, [s.d.]. Disponível em:
<<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 28 maio 2014.

BRASIL d. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Classificação da produção intelectual*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL e. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Caracterização do Sistema de Avaliação da Pós-graduação*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/caracterizacao_sistema_avaliacao_pos.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2014.

BRASIL f. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Avaliação da pós-graduação*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em 23 jan. 2014.

BRASIL g. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Coordenadores de área*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/coordenadores-de-area>>. Acesso em 23 jan. 2014.

BRASIL a. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Documento de área 2013: Administração, Ciências Contábeis, e Turismo*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Administra%C3%A7%C3%A3o_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 19 out. 2013.

BRASIL b. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Documento de área 2013: Geografia*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Geografia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BRASIL c. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Objetivos*. Brasília, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/home-page/objetivos>>. Acesso em 23 jan. 2014.

BRASIL d. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Pressupostos*. Brasília, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/home-page/pressupostos>>. Acesso em 23 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Relatório da Comissão Internacional de Avaliação sobre o processo de avaliação do programa de pós-graduação da CAPES. *Infocapes*, Brasília, v.5, n.2, p.21-26, abr./jun. 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Roteiro para classificação de livros*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro_livros_Trienio2007_2009.pdf>. Acesso em: 24 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plataforma Sucupira*. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020*. Brasília, DF: CAPES, 2010. v.1

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Infocapes: Boletim informativo*, Brasília, v.2, n.3, jul./set. 1994.

BUELA-CASAL, G. et al. Comparative study of international academic *rankings* of universities. *Scientometrics*, Amsterdam, v. 71, n. 3, p. 349–365, jun. 2007.

CAPES, 50 ANOS: depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília: CAPES, 2002.

CLAPHAM, C.; NICHOLSON, J. *The Concise Oxford Dictionary of Mathematics*. Oxford: Oxford University Press: 2013. Disponível em: <<http://www.oxfordreference.com.ezproxy.leidenuniv.nl:2048/view/10.1093/acref/9780199235940.001.0001/acref-9780199235940>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

CWTS LEIDEN RANKING. *Methodology*. 2014. Disponível em: <<http://leidenranking.com/methodology/datacollection>>. Acesso em: 13 de jul. 2014.

DAHLER-LARSEN, Peter. *The evaluation society*. Standford, CA: Standford Business Books, 2011.

DE FILIPPO, D. et al. Visibility in international rankings. Strategies for enhancing the competitiveness of Spanish universities. *Scientometrics*, Amsterdam, v.93, n.3, p.949-966, 2012.

DILL, D. D.; SOO, M. Academic quality, league tables, and public policy: A cross-national analysis of university *ranking* systems. *Higher Education*, Amsterdam, v. 49, n.4, p.495-533, jun. 2005.

FERNANDES, I.; NUNES, E. *Rankings internacionais: a irresistível polêmica em torno de seus sentidos e metodologias*. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2011. (Documento de trabalho, 97). Disponível em: <http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_97.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. *Como é feito o Ranking Universitário Folha*. 2013. Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2013/comoefeitooruf/>. Acesso em 14 de jul. 2013.

HORTA, José Silvério Baía; MORAES, Maria Célia Marcondes. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. *Revista Brasileira de Educação*, n.30, p.95-116, set./dez. 2005.

HORTALE, Virginia Alonso. Modelo de avaliação da CAPES: desejável e necessário, porém incompleto. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.19, n.6, p. 1837-1840, nov./dez. 2003.

KRIPPENDORFF, Klaus. *Metodología de análisis de contenido: teoría y práctica*. Barcelona: Paidós, 1990. // KRIPPENDORFF, Klaus. *Content Analysis: an introduction to its methodology*. Beverly Hills, CA: SAGE Publications, 1980.

MELÉNDEZ FERRER, Luis; PÉREZ JIMENEZ, César. Propuesta estructural para la construcción metodológica em investigación cualitativa como dinâmica del conocimiento social. *Enl@ce: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento*, Maracaibo, ano 3, n.3, p.33-50, set./dez. 2006.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n.37, p.7-32, 1999.

MOREIRA, Carlos Otávio F.; HORTALE, Virgínia Alonso; HARTZ, Zulmira de Araújo. Avaliação da pós-graduação: buscando consenso. *Revista Brasileira da Pós-Graduação*, Brasília, v.1, n.1, p.26-40, jul. 2004. Disponível em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1_1_jul2004/_26_40_avaliacao_da_posgraduacao.pdf> Acesso em: 19 ago. 2013.

MUGNAINI, Rogerio. Avaliação da produção científica brasileira: contextualização e indicadores. In: Dinah A. Población; Geraldina P. Witter; Lúcia M. S. V. C. Ramos; Vânia de O. Funaro. (Org.). *Revistas Científicas Dos Processos Tradicionais às Perspectivas Alternativas de Comunicação*. 1 ed. São Paulo: Ateliê Editorial/EDUSP, 2011, v. 1, p. 43-68.

MUGNAINI, Rogerio; SALES, D.P. Mapeamento do uso de índices de citação e indicadores bibliométricos na avaliação da produção científica brasileira. In: ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, *XII ENANCIB: POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO PARA A SOCIEDADE*. Brasília (2011).

PRANDI, Reginaldo. A pesquisa na USP. *Cadernos USP*: Quanto vale uma universidade? A avaliação na pesquisa acadêmica. São Paulo, p.41-49, out. 1986.

QS TOP UNIVERSITIES. *QS Top Universities*. Disponível em: <<http://www.topuniversities.com/qs-world-university-rankings>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

RANKING WEB OF UNIVERSITIES. *Methodology*. Disponível em: <<http://www.webometrics.info/en/Methodology>>. Acesso em 13 jul. 2014.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições na pós-graduação do Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.24, n.83, p.627, 641, ago. 2003.

SCIMAGO RESEARCH GROUP. *Metodology (English)*. 2014. Disponível em: <<http://www.scimagoir.com/pdf/iber/SCImago%20Institutions%20Rankings%20IBER%20en.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

SOUZA, Elaina Pereira de; PAULA, Maria Carlota de Souza. Qualis: a base de qualificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação CAPES. *Infocapes*, Brasília, v.10, n.2, p.6-24, abr./jun. 2002.

TIMES HIGHER EDUCATION WORLD UNIVERSITY RANKINGS. *World University Rankings 2013-2014 methodology*. Disponível em: <<http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2013-14/world-ranking/methodology>>. Acesso em 13 jul. 2014.

VELHO, Lea. *Modos de produção de conhecimento e inovação: o estado da arte e implicações para a política científica, tecnológica e de inovação: nota técnica*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, fev. 2010. (Projeto nova geração de políticas de ciência, tecnologia e inovação).

WALTMAN, L. et al. The Leiden *Ranking* 2011/2012 : data collection, indicators, and interpretation. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New York, v.63, n.12, p.2419-2432, 2012.

WALTMAN, L.; VAN ECK, N. J. A new methodology for constructing a publication-level classification system of science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New York, v.63, n.12, p. 2378–2392, dez. 2012.

ZIMAN, John M. *Public knowledge: an essay concerning the social dimension of science*. Cambridge: University Press, 1968.

Apêndice A – Artigos de Ciência da Informação

Trabalho de Ciência da Informação

Instituição	Autor	Orientador	Título	Ano	Nível
UEL	Zanetti, Rosângela Ramsdorf	Silva, Terezinha Elisabeth da	Os programas stricto sensu da UEL na perspectiva do regime de informação : contribuições para o processo de avaliação	2012	ME
UFBA	Barros, Susane Santos	Jambeiro, Othon	Políticas de comunicação da produção científica da Universidade Federal da Bahia e o movimento de acesso livre à informação	2010	ME
UFBA	Silva, Maria Creuza Ferreira da	Oddone, Nanci Elizabeth	O Impacto do portal de periódicos CAPES na produção científica entre os pesquisadores da área de saúde coletiva da UFBA	2010	ME
UFBA	Café, Anderson Luis da Paixão	Carvalho, Kátia de	A produção científica do campo da sociologia brasileira face aos critérios de avaliação do CNPq e da CAPES : 2007-2009	2012	ME
UFBA	Marinho, Rafael de Barros	Villalobos, Ana Paula de Oliveira	Arquitetura de informação para a Web : projetando a experiência do usuário do portal de periódicos CAPES	2012	ME
UFF	Martins, Maria de Fátima Moreira	Freire, Isa Maria; Pinheiro, Lena Vânia Ribeiro	Estudo do uso do Portal da CAPES no processo de geração de conhecimento por pesquisadores da área biomédica	2006	ME
UFF	Silva, Roberta Pereira da	Souza, Rosali Fernandez de	A interdisciplinaridade e os aspectos conceituais e de representação : análise da área "multidisciplinar" da Tabela de Áreas do Conhecimento em uso pela CAPES	2007	ME
UFMG	Correia, Anna Elizabeth Galvão Coutinho	Alvarenga, Lidia; Garcia, Joana Coeli Ribeiro	A influência exercida pelo sistema de avaliação da CAPES na produção científica dos Programas de Pós-Graduação em Física	2012	DO
UFMG	Maia, Luiz Cláudio Gomes	Cendon, Beatriz Valadares	Uso de periódicos eletrônicos : um estudo sobre o Portal de Periódicos CAPES na Universidade Federal de Minas Gerais	2005	ME
UFMG	Cunha, Adriana Aurea Lara	Cendon, Beatriz Valadares	Uso de bibliotecas digitais de periódicos: um estudo comparativo no Portal de Periódicos CAPES entre áreas do conhecimento	2009	ME
UFMG	Souza, Juliana Lopes de Almeida	Cendon, Beatriz Valadares	Satisfação dos usuários do Portal de Periódicos da CAPES	2011	ME
UFMG	Fernandes, Wesley Rodrigo	Cendon, Beatriz Valadares	Portal Periódicos CAPES : estudo dos não-usuários docentes das IFES brasileiras	2012	ME
UFMG	Rolim, Elizabeth Almeida.	Cendon, Beatriz Valadares	Análises das bases teóricas dos estudos de uso do Portal de Periódicos CAPES	2012	ME
UFMG	Coelho, Maria de Fátima Pinto	Cendon, Beatriz Valadares	A utilização do Portal de Periódicos da CAPES para a produção de patentes na área de engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais	2013	ME
UFMG	Ribeiro, Nádia Ameno	Cendon, Beatriz Valadares	Estudo do comportamento de busca dos usuários do Portal Periódicos CAPES	2013	ME

UFMG	Waete, Ranito Zambo	Moura, Maria Aparecida; Mangue, Manuel Valente	Uso de periódicos eletrônicos nas instituições do ensino superior e de pesquisa em Moçambique	2013	ME
UFPB	Costa, Luciana Ferreira da	Ramalho, Francisca Arruda	Usabilidade do Portal de Periódicos da CAPES	2008	ME
UFPB	Duarte, Janete Silva	Tavares, Olga Maria; Ramalho, Francisca Arruda	Uso do Portal de Periódicos da CAPES pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos	2010	ME
UFPE	Silveira Junior, Antonio Carlos da	Santos, Raimundo Nonato Macedo dos	Avaliação da produção científica em Universidade: A convergência entre critérios de avaliação universitários e os da CAPES	2006	ME
UFPE	Costa, Rubenildo Oliveira da	Santos, Raimundo Nonato Macedo dos	Análise do uso de periódicos científicos na transição do meio impresso ao eletrônico em dissertações e teses: o impacto do portal de periódicos/CAPES na produção do conhecimento	2007	ME
UFSC	Reis, Margarida Maria de Oliveira	Blattmann, Ursula	Acesso e uso do Portal de Periódicos CAPES pelos professores da Universidade Federal do Acre	2005	ME
UFSC	Vieira, Rodrigo	Santos, Raimundo Nonato Macedo dos	Produção científica brasileira sobre terceiro setor [dissertação] : uma análise bibliométrica e cienciométrica baseada no Banco de Teses da CAPES	2011	ME
UnB	Mattos, Marisa Trindade	Oliveira, Luiz Severino Macedo de	CAPES : A opção pela eficácia	1993	DO
UnB	Oliveira, Marlene de	Mueller, Suzana Pinheiro Machado	A investigação científica na ciência da informação : análise da pesquisa financiada pelo CNPq	1998	DO
UnB	Targino, Maria das Graças	Miranda, Antonio	Comunicação científica : o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação	1998	DO
UnB	Marinho, Iracema	Ancona Lopez, André Porto	A comunicação científica e o modelo de comunicação organizacional: análise quantitativa de produtividade dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação por meio do Currículo Lattes	2007	ME
UnB	Souza, Katyusha Madureira Loures de	Amaral, Sueli Angélica do	Personalização de serviços de informação oferecidos na web: estudo do portal de periódicos da CAPES	2010	ME
Unesp	Rosas, Fábio Sampaio	Grácio, Maria Cláudia Cabrini	Indicadores de impacto, visibilidade e colaboração para a produção científica da Pós-graduação brasileira: um estudo nos programas de excelência na área de Zootecnia	2013	ME
Unesp	Castanha, Renata Cristina Gutierrez	Grácio, Maria Cláudia Cabrini	Indicadores de avaliação de programas de pós-graduação no Brasil: uma análise multivariada na área de Matemática	2014	ME

USP	Kroeff, Marcia Silveira	Vergueiro, Waldomiro	Pós-graduação em educação física no Brasil: estudo das características e tendências da produção científica dos professores doutores.	2000	DO
USP	Mugnaini, Rogério	Población, Dinah Aguiar	Caminhos para a adequação da avaliação da produção científica brasileira: impacto nacional versus internacional.	2006	DO

Apêndice B – Documentos de Área CAPES

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Administração, Ciências Contábeis e Turismo*. Brasília, 16 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Administra%C3%A7%C3%A3o_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Antropologia / Arqueologia*. Brasília, 21 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Antropologia_Arqueologia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Arquitetura e Urbanismo*. Brasília, 16 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Arquitetura_Urbanismo_e_Design_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Artes / Música*. Brasília, 16 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Artes_Musica_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Astronomia / Física*. Brasília, 9 dez. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Astronomia_Fisica_doc_area_e_comiss%C3%A3o01.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Biodiversidade*. Brasília, 9 dez. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Biodiversidade_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área*

2013: *Biotecnologia*. Brasília, 9 dez. 2013. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Biodiversidade_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Ciência da Computação*. Brasília, 8 out. 2013. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ci%C3%A2ncia_da_Computa%C3%A7%C3%A3o_doc_area_e_comiss%C3%A3o_att08deoutubro.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Ciência de Alimentos*. Brasília, 21 out. 2013. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ci%C3%A2ncia_de_Alimentos_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Ciência Política e Relações Internacionais*. Brasília, 21 out. 2013. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/CI%C3%A2ncia_Pol%C3%ADtica_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Ciências Agrárias I*. Brasília, 21 out. 2013. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ci%C3%A2ncias_Agr%C3%A1rias_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Ciências Ambientais*. Brasília, 9 dez. 2013. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ciencias_Ambientais_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Ciências Biológicas I*. Brasília, 9 dez. 2013. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ciencias_Biologicas_I>

[cias_Biologicas_I_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf](#)>. Acesso em: 26 nov. 2013

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Ciências Biológicas II*. Brasília, 9 dez. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ciencias_Biologicas_II_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Ciências Biológicas III*. Brasília, 9 dez. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ciencias_Biologicas_III_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Ciências Sociais Aplicadas I*. Brasília, 16 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ciencias_Sociais_Aplicadas_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Direito*. Brasília, 16 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Direito_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Economia*. Brasília, 16 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Economia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Educação*. Brasília, 21 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Educacao%C3%A7%C3%A3o_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Educação Física*. Brasília, 8 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Educa%C3%A7%C3%A3o_F%C3%ADsica_doc_area_e_comiss%C3%A3o_att08deoutubro.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Enfermagem*. Brasília, 8 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Enfermagem_doc_area_e_comiss%C3%A3o_att08deoutubro.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Engenharias I*. Brasília, 16 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Engenharias_I_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Engenharias II*. Brasília, 16 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Engenharias_II_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Engenharias III*. Brasília, 16 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Engenharias_III_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Engenharias IV*. Brasília, 16 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Engenharias_IV_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Ensino*. Brasília, 9 dez. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ensino_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Farmácia*. Brasília, 30 ago. 2013. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Farm%C3%A1cia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_att08deoutubro.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Filosofia / Teologia*. Brasília, 21 out. 2013. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Filosofia_Teologia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Geociências*. Brasília, 8 out. 2013. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Geoci%C3%Ancias_doc_area_e_comiss%C3%A3o_att08deoutubro.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Geografia*. Brasília, 21 out. 2013. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Geografia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: História*. Brasília, 21 out. 2013. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Hist%C3%B3ria_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Interdisciplinar*. Brasília, 9 dez. 2013. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Interdisciplinar_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Letras / Linguística*. Brasília, 9 out. 2013. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Letras_Linguistica_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Matemática / Probabilidade e Estatística*. Brasília, 8 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Matematica_Probabilidade_Estatistica_doc_area_e_comiss%C3%A3o_att08deoutubro.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Materiais*. Brasília, 16 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Materiais_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Medicina I*. Brasília, 30 ago. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Medicina_I_doc_area_e_comiss%C3%A3o_att08deoutubro.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Medicina II*. Brasília, 8 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Medicina_II_doc_area_e_comiss%C3%A3o_att08deoutubro.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Medicina III*. Brasília, 8 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Medicina_III_doc_area_e_comiss%C3%A3o_att08deoutubro.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Medicina Veterinária*. Brasília, 21 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Medicina_Veterin%C3%A1ria_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Nutrição*. Brasília, 8 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Nutri%C3%A7%C3%A3o_doc_area_e_comiss%C3%A3o_att08deoutubro.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Odontologia*. Brasília, 8 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Odontologia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_att08deoutubro.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Planejamento Urbano e Regional / Demografia*. Brasília, 16 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Planejamento_Urbano_Demografia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Psicologia*. Brasília, 21 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Psicologia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Química*. Brasília, 8 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Quimica_doc_area_e_comiss%C3%A3o_att08deoutubro.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Saúde Coletiva*. Brasília, 8 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Saude_Coletiva_doc_area_e_comiss%C3%A3o_att08deoutubro.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Serviço Social*. Brasília, 16 out. 2013. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Servi%C3%A7o_Social_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Sociologia*. Brasília, 21 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Sociologia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de Área 2013: Zootecnia / Recursos Pesqueiros*. Brasília, 21 out. 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Zootecnia_Recursos_Pesqueiros_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

Apêndice C – Artigos com críticas à Avaliação CAPES

ANDRADE, Jailson B. de; GALEMBECK, Fernando. Qualis: quo vadis? *Química Nova*, v.32, n.1, p.5, 2009.

BARATA, Rita Barradas. Medir ou classificar a produção científica de pesquisadores? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n.9, p.1712-1713, set. 2013.

BARRAVIERA, Benedito. The ABEC, research grants agencies, CAPES' mandatory evaluations and how Brazilian journals can pay their bills. *Brazilian Oral Research*, v.23, n.4, p.355-356, out./dez. 2009.

BARRETO, Mauricio L. Como avaliar as ciências com uma deficiente ciência da avaliação científica? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n.9, p.1719-1721, set. 2013a.

BARRETO, Mauricio L. O desafio de avaliar o impacto das ciências para além da bibliometria. *Revista de Saúde Pública*, v.47, n.4, p.834-837, 2013b.

BARROS, Aluísio J. D. Produção científica em saúde coletiva: perfil dos periódicos e avaliação da CAPES. *Revista de Saúde Pública*, v.40, n. especial, p.43-49, 2006.

CABRAL FILHO, J.E. O Qualis CAPES e além. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v.10, n.4, p.403-404, out. /dez. 2010.

CAMARGO JR, Kenneth Rochel de. Produção científica: avaliação da qualidade ou ficção contábil? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n.9, p.1707-1711, set. 2013.

CARAMELLI, Bruno. Revisões, revisores e a CAPES. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v.54, n.2, p.95-104, 2008.

CARVALHO, Kátia et al. Aspectos gerais da política científica brasileira: um olhar sobre a produção científica do campo da sociologia face aos critérios de avaliação do CNPq e da CAPES. *Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*, Porto Alegre, v.19, n.1, p.187-212, jan./jun. 2013.

CASTANHA, Renata Cristina Gutierrez; GRACIO, Maria Cláudia Cabrini. Indicadores de avaliação de programas de pós-graduação: um estudo comparativo na área da Matemática. *Em Questão*, Porto Alegre, v.18, ed. especial, p.81-97, dez. 2012.

CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; ALVARENGA, Lídia; GRACIA, Joana Coeli Ribeiro. Produção científica: reflexos da avaliação nos programas de pós-graduação em Física. *Em Questão*, Porto Alegre, v.18, n. especial, p.231-247, dez. 2012.

COSTA, Dirceu. Avaliação trienal 2007-2009 dos Programas de Pós-Graduação da Área 21 pela CAPES. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, v.14, n.6, p.V-VII, nov./dez. 2010.

COSTA, Nilson Rosário. A avaliação da produção intelectual e o declínio da interdisciplinaridade na Saúde Coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.681-699, 2012.

DUPONT, Jairton; DIAS, Luiz Carlos. Renovação do Qualis: o exemplo da Química. *Química Nova*, v.31, n.6, p.1283-1284, 2008.

ERDMANN, Alacoque Lorenzini. Desafios da Enfermagem na CAPES: produtos altamente qualificados. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v.42, n.2, p.2016-217, jun. 2008.

FERREIRA, Christiane Alves; LOUREIRO, Carlos Alfredo Salles; SACONATO, Humberto, ATALLAH, Alvaro. Validity of Qualis database as a predictor of evidence hierarchy and risk of bias in randomized controlled trials – a case study in dentistry. *Clinics*, v.66, n.2, p.337-342, 2010.

FÓRUM de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Nota do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva sobre o novo Qualis Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Ministério da Educação, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.24, n.11, p.2720-2721, nov. 2008.

GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli; FÁVERO, Osmar; CANDAU, Vera Maria F. O modelo de avaliação da CAPES. *Revista Brasileira de Educação*, n.22, p.137-144, jan./abr. 2003.

GUINDANI, Evandro Ricardo. Os efeitos da política de avaliação da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos programas de pós-graduação. *Eccos Revista Científica*, São Paulo, n.30, p.147-162, jan./abr. 2013.

HORTA, José Silvério Baía; MORAES, Maria Célia Marcondes. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. *Revista Brasileira de Educação*, n.30, p.95-116, set./dez. 2005.

HORTALE, Virginia Alonso. Modelo de avaliação da CAPES: desejável e necessário, porém incompleto. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.19, n.6, p. 1837-1840, nov./dez. 2003.

LARANJEIRA, Ronaldo. Os critérios de avaliação da pós-graduação em psiquiatria pela CAPES. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v.22, n. 4, p.157-158, 2000.

LEITE, João Pereira. O novo QUALIS e a avaliação dos Programas de Pós-Graduação na área médica: mitos e realidade. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v.32, p.2, p.103-105, jun. 2010.

LOFFREDO, Ana Maria; BICALHO, Helena Maria Sampaio; FERNANDES, Helena Maria Sampaio; BERGMASCO, Niélsy Helena Buglia. Comentários sobre as avaliações realizadas pelas comissões CAPES / ANPEPP para avaliação dos periódicos da área de Psicologia. *Psicologia USP*, São Paulo, v.14, n.3, p.201-272, 2003.

LUCENA, Adson Freitas; TIBÚRCIO, Rachel Vasconcelos. Qualis Periódicos: visão do acadêmico na graduação médica. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v.55, n.3, p.247-278.

MACCARI, Emerson Antonio; LIMA, Manolita Correia; RICCIO, Edson Luiz. Uso do Sistema de Avaliação da CAPES por Programas de Pós-Graduação em Administração no Brasil. *Revista de Ciências da Administração*, v.11, n.25, p.68-96, set/dez 2009.

MACCARI, Emerson Antonio; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de; NISHIMURA, Augusto Takerissa; RODRIGUES, Leonel Cezar. A gestão dos programas de pós-graduação em Administração com base no sistema de avaliação da CAPES. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v.16, n.4, p.1-16, out./dez. 2009.

MACHADO, Fábio A.; ZAHER, Hussam. Pitfalls of artificial grouping and stratification of scientific journals based on their impact factor: a case study in Brazilian Zoology. *Zoologia*, v.27, n.4, p. 493-502, Aug. 2010.

MARCHLEWSKI, Camila; SILVA, Priscilla Maia da; SORIANO, Jeane Barcelos. A influência do sistema de avaliação Qualis na produção de conhecimento científico: algumas reflexões sobre a Educação Física. *Motriz*, Rio Claro, v.17, n.1, p.104-116, jan./mar. 2011.

MARTINS, Cibele Barsalini; MACCARI, Emerson Antonio; STOROPOLI, José Eduardo; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de; RICCIO, Edson Luiz. A influência do sistema de avaliação nos programas de pós-graduação stricto sensu brasileiro. *Revista Gual*, Florianópolis, v.5, n.3, p.155-178, dez. 2012.

MIRANDA, Caroline Maria Guerra de; ALMEIDA, Adiel Teixeira de. Avaliação de pós-graduação com método ELECTRE TRI – o caso das Engenharias III da CAPES. *Revista Produção*, v.13, n.3, p.101-112, 2003.

MIRANDA, Caroline Maria Guerra de; ALMEIDA, Adiel Teixeira de. Visão multicritério da avaliação de programas de pós-graduação pela CAPES: o caso da área Engenharia III baseado nos métodos ELECTRE II e MAUT. *Gestão & Produção*, v.11, n.1, p.51-64, jan./abr. 2004.

MOÇÃO de apoio à revisão dos parâmetros de classificação das revistas na área de Saúde Coletiva da CAPES. *Saúde Soc.*, São Paulo, v.20, n.2, p.533-534, 2011.

NEVES, Roberta Braga; COSTA, Helder Gomes. Avaliação de programas de pós-graduação: proposta baseada na integração ELECTRE TRI, SWOT e sistema CAPES. *Sistemas & Gestão*, v.1, n.3, p.276-298, set./dez. 2006.

NOVAES, Hillegonda Maria Dutilh. Muitas dúvidas, poucas certezas, enquanto isso... *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.29, n.9, p. 1715-1716, set. 2013.

PINTO, Angelo C.; CUNHA, Andréa S. Avaliação da pós-graduação da área de química na CAPES e a internacionalização das revistas da Sociedade Brasileira de Química: Journal of The Brazilian Chemical Society e Química Nova. *Química Nova*, v.31, n.8, p.221-2226, 2008.

PRATES, Maurício. Algumas considerações críticas sobre a pós-graduação brasileira. *Transinformação*, v.9, n.2, p.21-16, maio/ago. 1997.

RIBEIRO, Renato Janine. Para que serve a avaliação da CAPES. S.l., 18 jul. 2007. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/artigos/Artigo_18_07_07.pdf Acesso em: 13 fev. 2014.

ROCHA-E-SILVA, Mauricio. Carta Aberta ao Presidente da CAPES: o novo Qualis, que não tem nada a ver com ciência do Brasil. *Pró-Fono Revista de Atualização Científica*, v.21, n.4, p.275-278, out-dez, 2009a.

ROCHA-E-SILVA, Mauricio. O novo Qualis, ou a tragédia anunciada. *Clinics*, v.64, n.1, p.1-4, 2009b.

ROCHA-E-SILVA, Mauricio. Qualis 2011-2013 – os três erres. *Jornal Vascular Brasileiro*, v.10, n.2, p.103-104, 2011.

RODACKI, André L. F.; MARTINELLI, Maria C.; GUIRRO, Rinaldo R. J. Perspectives and challenges of the triennium 2010-2012 for the postgraduate programs of the area 21 by CAPES. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, v.15, n.6, p.V-VI, nov./dez. 2011.

SAMPAIO, Francisco. Pesquisa em cirurgia, pós-graduação stricto sensu e sistema de avaliação da CAPES. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, v.33, n.6, p.343, nov./dez. 2006.

SANTOS, Cid Aimbiré M. Revista Brasileira de Farmacognosia e novo Qualis da CAPES. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v.19, n.3, jul. 2009.

SHIGAKI, Helena Belintani; PATRUS, Roberto. O papel da produção intelectual no sistema de avaliação dos programas de administração pela CAPES. *Teoria e Prática em Administração*, v.2, n.2, p.126=150, 2012.

SILVA, Alcino Lázaro da. Avaliação da CAPES. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, v.XXVI, n.4, p.VI-VII, 1999.

SILVA, Alcino Lázaro da. CAPES e revista de impacto. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, v.38, n.6, p.371, 2011.

SILVA, Alcino Lázaro da. Pós-Graduação e CAPES. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, v.34, n.6, p.360, nov./dez. 2007.

SIMÕES, Regina Helena Silva. Da avaliação da educação à educação da avaliação: o lugar do(a) educador(a) no processo da avaliação da pós-graduação no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, v.16, n.1 (especial), p. 124-134, 2004.

SMIT, Johanna W. A política governamental para a pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. *Informação e Sociedade: Estudos*, v.9, n. 2, p.1-10, 1999.

SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes de. O desafio da avaliação da produção científica. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n.9, p.1717-1719, set. 2013.

SOUZA, José Paulo de; PEREIRA, Laércio Barbosa. Pós-graduação no Brasil: análise do processo de concentração. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 24, n.1, p.159-166, 2002.

SOUZA, Nilson Evelázio de; FURLONG, Eliane Badiale. Impact factor of the journal citation reports (JCR) and QUALIS CAPES in Food Science and Technology. *Food Science and Technology*, Campinas, v.33, n.3, p.395, jul./set. 2013.

STRUCHINER, Claudio José. Avaliação da qualidade da produção científica e suas consequências imprevistas e indesejadas: um conceito auto evidente? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n.9, p.1716-1717, set. 2013.

TARGINO, Maria das Graças. Avaliação dos cursos de pós-graduação: estímulo ou coerção? *Transinformação*, v.11, n.1, p.54-62, jan./abr. 1999.

VASCONCELOS, Sonia Maria Ramos de. [O texto de Camargo Jr. é sem dúvida um convite a uma reflexão extremamente contemporânea sobre a avaliação da produção científica]. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n.9, p.1713-1714, set. 2013.

VAZ, Paulo. Por um novo jogo. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n.9, p.1713-1714, set. 2013.

YOSHIDA, Winston Bonetti. O Jornal Vascular Brasileiro, CAPES e o corpo editorial. *Jornal Vascular Brasileiro*, v.10, n.2, p.101-102, 2011.